



T·E·C·H·N·U·M
CONSULTORIA

Produto 5
Relatório Final - Volume II
Relatório Técnico

Plano Diretor Participativo

Laranjeiras





T · E · C · H · N · U · M
CONSULTORIA

Produto 5
Relatório Final - Volume II
Relatório Técnico

Plano Diretor Participativo

Laranjeiras



LARANJEIRAS

SERGIPE

PRODUTO 5
Relatório Final - Volume II
RELATÓRIO TÉCNICO

MAIO DE 2008

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS

Prefeita Maria Ione Macedo Sobral

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA

Secretário Urbano José Gonsalves Freire

Technum Consultoria SS

DIREÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL

Izabel Neves da Silva Cunha Borges Arquiteta/Urbanista
Mônica von Glehn Herkenhoff Arquiteta/Urbanista

EQUIPE TÉCNICA

Aislan Borges	Administrador
Alessandra Andrade Bernardo	Geógrafa
André Cobbe	Arquiteto e Urbanista -
Daisy Maria Cadaval Basso	Pedagoga - Especialista em Gestão Municipal
Daniel Reis Camargo	Arquiteto e Urbanista
Elisabeth van den Berg	Arquiteta e Urbanista – Especialista em Planejamento Regional
Isabela Mazza	Engenheira Agrônoma
José Alexandre Monteiro Fortes	Engenheiro Civil – Especialista em Planejamento Ambiental
Leticia Chagas Bortolon	Arquiteta e Urbanista
Potira Hermuche	Geógrafa
Priscila Erthal Risi	Arquiteta e Urbanista
Shaiane Vargas	Turismóloga
Vera Francisca Amorelli	Advogada
Willington Gondim	Engenheiro Civil

SUMÁRIO DO VOLUME II

1	METODOLOGIA APLICADA	10
1.1	Etapa 1 – Estruturação do trabalho e adequação da metodologia proposta	10
1.2	Etapa 2 – Leitura da realidade municipal	12
1.3	Etapa 3 – Definição dos eixos estratégicos, temas prioritários e formulação de propostas.....	14
1.4	Etapa 4 – Elaboração do anteprojeto de lei do plano diretor	16
1.5	Etapa 5 – Capacitação da equipe de gestão do município.....	17
2	SÍNTESE DO CENÁRIO DE PARTIDA DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS – SE	18
3.1	Histórico	18
3.2	Caracterização do cenário de partida.....	19
3.3	Análise dos ambientes interno e externo	24
3	CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA LARANJEIRAS.....	35
3.1	Características e Condições de Viabilização.....	35
4	ARCABOUÇO LEGAL.....	38
4.1	A situação dos instrumentos atuais.....	38
4.2	O Plano Diretor como instrumento básico da Política de Desenvolvimento Municipal.....	38
4.3	Princípios Norteadores do Plano Diretor.....	38
	Diretrizes Norteadoras do Plano Diretor	39
4.4	Diretrizes para as leis do perímetro urbano, parcelamento e de ordenamento do uso e ocupação do solo municipal.....	41
	Considerações sobre Zona Urbana e Zona Rural.....	41
4.5	INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA	50
4.6	Considerações sobre instrumentos previstos pelo Estatuto da Cidade – Lei Federal nº 10.257	51
4.7	Considerações sobre as políticas previstas na Lei Orgânica do Município de Laranjeiras/SE	56
	A Lei Orgânica do Município de Laranjeiras/SE estabelece no seu Capítulo IX, artigos 147a 207, as Políticas Municipais, seus objetivos e diretrizes:	56
5	TEMAS PRIORITÁRIOS E LINHAS ESTRATÉGICAS	57
6	DIRETRIZES PARA A POLÍTICA URBANA DO MUNICÍPIO	63
6.1	Ordenamento territorial	63
6.2	Sistema viário municipal.....	64
6.3	Instrumentos de política urbana.....	65
6.4	Zoneamento da área urbana	66
7	ANEXOS	70

APRESENTAÇÃO

A democracia está evoluindo sustentavelmente em nosso país e se tornando um instrumento essencial da participação popular na definição dos caminhos do desenvolvimento político, econômico, ambiental e social, através da escolha de seus representantes visando realizar os desejos individuais e, sobretudo, os coletivos. Isto é uma conquista que está ocorrendo após várias décadas de exclusão participativa e consolidada pela Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 05 de setembro de 1988.

Na Constituição Federal tem-se inserido os princípios fundamentais da cidadania, da dignidade da pessoa humana, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e, dentre seus objetivos fundamentais a de construir uma sociedade livre, justa e solidária e, principalmente, promover o bem estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Essa participação popular sobre a administração pública em relação aos problemas sociais e urbanos está explícita no Capítulo II da Política Urbana no seguinte artigo:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Nesse contexto, foi instituído o Estatuto da Cidade, Lei Federal no 10.257 de 10 de julho de 2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece parâmetros e diretrizes para que o município possa intervir no planejamento, gestão e desenvolvimento urbano e territorial, e dessa forma, garantir a realização do direito do cidadão à cidade desejada.

O Estatuto da Cidade define como obrigatória a elaboração do Plano Diretor para os municípios:

- a. Com mais de 20 mil habitantes;
- b. Integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
- c. Com áreas de especial interesse turístico;
- d. Situadas em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental na região ou no país.

Dessa forma, o município de Laranjeiras está inserido nos itens a, b e c, pois consta no censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de 2000 uma população de 23.560 habitantes, fazendo parte de uma aglomeração urbana significativa e está inserido no Pólo Costa dos Coqueirais do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/II NE.

A elaboração do Plano Diretor Participativo Municipal – PDP de Laranjeiras constituiu-se em uma oportunidade de ação compartilhada entre o Poder Público, o setor privado e a população do município, com o objetivo comum de buscar soluções adequadas para aperfeiçoar o planejamento, a gestão e o desenvolvimento das potencialidades econômicas, culturais, sociais e turísticas do Município.

Este documento consubstancia o Relatório Final referente ao contrato estabelecido entre a Prefeitura Municipal de Laranjeiras-Sergipe e a Technum Consultoria SS para elaboração do Plano Diretor Participativo do Município.

O Plano Diretor é o instrumento norteador da política de desenvolvimento do município e de ordenamento dos seus núcleos urbanos, que em conformidade com o Estatuto da Cidade, estabelece as ações de planejamento e gestão, com a participação da sociedade, tendo por objetivo maior o desenvolvimento municipal e urbano alicerçado na sustentabilidade. A partir dele é elaborado o anteprojeto de Lei Complementar do Plano Diretor.

O trabalho, desenvolvido no âmbito do PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO NORDESTE/ Segunda fase – PRODETUR/ NE II, é parcialmente financiado com os recursos do Contrato de Empréstimo nº 1392/OC-BR, celebrado entre o BID e o Banco do Nordeste S/A em 27 de setembro de 2002, e da contrapartida financeira correspondente do Ministério do Turismo – Mtur e da Prefeitura Municipal de Laranjeiras.

Entende-se que o Plano Diretor de um município tem por objetivo maior interferir no processo de desenvolvimento local, a partir do entendimento dos aspectos políticos, sociais, econômicos, financeiros, culturais e ambientais, que determinam sua evolução e contribuem para a ocupação do seu território. Dessa forma, trata-se de um instrumento que deve indicar caminhos e não apenas atuar como ordenador espacial de atividades, captando inclusive as ações de âmbito intermunicipal, estadual e/ou nacional, que tenham repercussões sobre seu território.

Com esse enfoque o desenvolvimento dos trabalhos para a elaboração do Plano Diretor de Laranjeiras enfatizou na metodologia de trabalho o processo participativo, buscando a efetivação de acordos com a sociedade civil e com o Poder Público, nos diversos segmentos do Executivo e Legislativo.

A expectativa é de que na implementação dos programas e ações propostos haja a continuidade do acompanhamento de todo o trabalho, de forma articulada, para que se atinjam os propósitos definidos de um cenário futuro de desenvolvimento sustentável.

O presente documento sintetiza todo o processo de elaboração do Plano Diretor Participativo de Laranjeiras/SE e é composto por três volumes: o Volume I – ANTEPROJETOS DE LEIS, Volume II – RELATÓRIO TÉCNICO e Volume III - RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA.

No Volume I é apresentada a Minuta da Lei do Plano Diretor e respectiva mensagem de encaminhamento à Câmara Municipal, juntamente com as minutas das leis que a complementam, que consubstanciam o arcabouço legal de ordenamento territorial do Município de Laranjeiras: Lei do Perímetro Urbano, Lei de Uso e Ocupação do Solo, Lei de Parcelamento, Código de Obras e Código Ambiental.

O Volume II traz o Relatório Técnico propriamente dito, contendo as informações sobre o município que orientaram a formulação das leis apresentadas no Volume I e está dividido em 5 partes:

Na primeira parte é descrita a metodologia aplicada no processo de elaboração do Plano Diretor Participativo de Laranjeiras, complementada com as referências teóricas apresentadas no Anexo 1.

A segunda parte apresenta a consolidação das informações relativas às dimensões que compõem o cenário atual do município: ambiental, social, econômica, infra-estrutura e gestão; a análise matricial dos ambientes interno (forças e fragilidades) e externo (oportunidades e ameaças) estruturada a partir das mesmas dimensões adotadas para a configuração do cenário atual; e, finalmente, o cenário futuro de referência construído para cada dimensão que aponta o futuro desejável de desenvolvimento sustentável do município de Laranjeiras.

A terceira parte apresenta o arcabouço legal sobre o qual se estrutura a elaboração do Plano Diretor do município, onde se tecem considerações sobre os instrumentos disponíveis para o estabelecimento de políticas públicas de desenvolvimento sustentável.

Na quarta parte são apresentados os temas prioritários e linhas estratégicas, pactuados nas leituras comunitárias e oficinas, e as diretrizes estabelecidas para a política urbana do município que constituem o arcabouço da Minuta de Lei do Plano Diretor Participativo de Laranjeiras.

A quinta parte é constituída de dois anexos. O Anexo 1 complementa a descrição da metodologia adotada para o desenvolvimento dos trabalhos. O Anexo 2 contém as informações técnicas levantadas e os resultados das leituras comunitárias, o que tornou possível identificar o cenário atual do município que serviu de subsídio para elaboração da minuta de Lei do Plano Diretor Participativo e das demais leis que o complementam.

No intuito de estimular efetivamente a participação da população para se obter resultados positivos no processo do planejamento, gestão e desenvolvimento municipal, foi estabelecido um cronograma de reuniões e oficinas visando atrair e atender a população de todo o território municipal, abrangendo a sede e os povoados, cujos resultados são apresentados no Volume III – Relatório de Participação Comunitária, bem como o material produzido pela Technum para divulgação dos eventos.

1 METODOLOGIA APLICADA

Em conformidade com a metodologia formulada pela Technum Consultoria e apresentada na Proposta Técnica (ver Anexo 1 – Marco Teórico), o trabalho foi desenvolvido nas cinco etapas descritas a seguir:

Etapa 1 – Estruturação do trabalho e adequação da metodologia proposta

Etapa 2 – Leitura da Realidade Municipal

Etapa 3 – Definição dos Eixos Estratégicos, Temas Prioritários e Formulação de Propostas

Etapa 4 – Elaboração do Anteprojeto de Lei do Plano Diretor

Etapa 5 – Capacitação da Equipe de Gestão do Município

Vale ressaltar que a Etapa 5 – Capacitação da Equipe de Gestão do Município é constituída de atividades que permeiam todas as etapas de realização dos trabalhos.

1.1 Etapa 1 – Estruturação do trabalho e adequação da metodologia proposta

Atividade 1 – Organização dos atores

Nesta atividade foi formada a Comissão de Acompanhamento, discutido o papel e responsabilidade de cada uma das partes, e adequada a metodologia de trabalho proposta à realidade local.

Atividade 2 – Capacitação da Equipe de Gestão Municipal

A capacitação da equipe local responsável pelo acompanhamento e implementação do Plano Diretor foi feita em módulos, visando internalizar o conhecimento e as experiências acumuladas pela Consultoria.

MÓDULO 1 – sensibilização e convencimento dos atores;

objetivos, escopo e abrangência do Plano Diretor;

problemas, questões e dimensões envolvidas;

arcabouço institucional e legal;

MÓDULO 2 – roteiros alternativos de caracterização do cenário atual;

metodologia de sistematização dos dados e informações;

MÓDULO 3 – metodologia de análise e avaliação matricial;

construção de cenários;

MÓDULO 4 – identificação de ações estratégicas.

Atividade 3 – Mecanismo de Participação – (organização das oficinas)

Foram discutidos com a Comissão de Acompanhamento os mecanismos de participação a serem adotados, bem como definidos a metodologia para sua avaliação e aperfeiçoamento.

Foi apresentada a proposta para realização das Leituras Comunitárias – oficinas de participação popular – por meio de apresentação do processo de elaboração do Plano Diretor Municipal e de levantamento de informações junto às comunidades para conhecimentos das realidades locais, buscando obter resultados efetivos quando da

discussão do Plano Diretor, incorporando a concepção de planejamento participativo/estratégico, prevista no Estatuto da Cidade.

O respeito ao direito à participação significa o estabelecimento de mecanismos de participação para todas as fases do processo do Plano Diretor, desde o direito de iniciativa popular de apresentação de propostas e emendas ao plano, de audiências públicas como requisito obrigatório, de consultas públicas por meio de referendo ou plebiscito mediante a solicitação da comunidade.

Para que todos entendam e possam interferir no processo, é fundamental que o Plano Diretor Participativo seja construído em linguagem acessível e clara, da discussão à redação final, pois entender o PDP é condição essencial para saber defendê-lo e aplicá-lo.

Foram definidas a realização de palestras e reuniões em distritos e povoados, assentamentos e comunidades específicas, de modo a conferir um caráter efetivamente participativo do processo, permitindo, em momentos distintos, a participação dos diversos setores da sociedade.

Atividade 4 – Elaboração do Plano de Trabalho

O Plano de Trabalho, inicialmente proposto, foi ajustado em parceria com a equipe de acompanhamento local explicitando os seguintes pontos:

Etapas de elaboração do PDP;

Atividades e metodologia de elaboração correspondente a cada uma das etapas;

Projeto de sensibilização/mobilização/participação detalhado (com a identificação dos atores; estratégias; quantidade e formato das reuniões/oficinas/plenárias de sensibilização e coleta de informações, forma de divulgação dos resultados dessas reuniões, sempre fazendo registros em atas; formato da ampla divulgação pública em linguagem acessível; as Audiências Públicas/Conferência Final; o cronograma do processo desde o lançamento do início do processo de elaboração do PDP até a entrega do Produto Final)

Projeto de Capacitação detalhado (preferencialmente para as lideranças comunitárias, os movimentos sociais, profissionais especializados, técnicos da prefeitura, entre outros atores sociais). Atentando sempre em atender as disposições estabelecidas nas Resoluções nº 25 e 34 do Conselho das Cidades e demais Resoluções implementadas no decorrer do processo;

Cronograma de execução;

Conteúdo dos documentos produzidos;

Publicidade quanto aos documentos produzidos e forma de acesso da população aos documentos e informações;

Atividade 5 – Preparação de Material Didático

Em parceria com a equipe de acompanhamento local foi definido o material adequado para apresentação, divulgação, capacitação e sensibilização para a participação, tanto do corpo técnico quanto da população em geral.

Foram definidos três grupos distintos de material a ser produzido:

Material técnico sobre Plano Diretor, com premissas, conceitos e pressupostos – elaborados para capacitação e preparação de discussões técnicas e conceituais;

Material de capacitação e sensibilização popular: em linguagem acessível e formato mais “leve”, permitindo que a população, notadamente a de menor nível de instrução entenda as proposições e tenha participação mais relevante;

Material de divulgação do Plano Diretor: tanto de seu processo de revisão, quanto dos principais temas de seu escopo.

Para as sensibilizações iniciais e principalmente Leituras Comunitárias, foram elaboradas apresentações didáticas abordando questões essenciais ao entendimento do processo de elaboração do PDP:

“Porque Planejar” – abrangendo a diferenciação entre clientelismo e planejamento; a visão diferente de que cada grupo social tem de seus problemas e anseios; a necessidade de estabelecer uma “direção única para todos”.

“O que é o Plano Diretor” – explicando o que é o Plano, para que ele serve, como é feito, o porquê da necessidade de processo participativo.

“Processo Participativo” – envolvendo a necessidade de Participação da Sociedade e a forma de organização, indicando como cada pessoa pode e deve participar no processo em questão.

1.2 Etapa 2 – Leitura da realidade municipal

Atividade 6 – Coleta de informações

O âmbito dessa atividade foi coletar as informações existentes e necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos notadamente: bases cartográficas disponíveis; fotos aéreas recentes e informações de sobrevôos feitas no âmbito do Prodetur II/SE; informações e dados socioeconômicos, orientações e legislação aplicáveis à elaboração e revisão de Planos Diretores; legislação setorial no âmbito Federal, Estadual e Municipal, com destaque para o meio ambiente e o turismo; planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano ou de setores correlatos; sistemas, mecanismos e instrumentos de gestão municipal e do Plano Diretor.

À Unidade Executora Municipal coube a coordenação dos trabalhos, sendo assim responsável por compartilhar a responsabilidade pelos trabalhos do PDP e, inicialmente, disponibilizar e as seguintes informações:

Apresentação da situação do município, seu perfil econômico, e a indicação preliminar dos principais dilemas que o município enfrenta no momento;

Relação dos dados, indicadores, mapas/bases cartográficas do município, existentes na Prefeitura ou disponíveis em outras instituições.

Relação da legislação urbanística e tributária vigente, a Constituição Estadual, a Lei Orgânica do Município, o PDITS do Pólo Costa dos Coqueirais e outras leis porventura existentes de interesse para os trabalhos de elaboração do PDP;

Perfil das finanças públicas municipais (receitas e despesas);

Definição da Comissão de Acompanhamento, a qual tem por atribuição acompanhar e participar de cada uma das etapas de desenvolvimento do PDP;

Esta atividade, fundamental para a caracterização do cenário atual da realidade municipal, também englobou as oficinas de **Leituras Comunitárias**.

Atividade 7 – Análise técnica: questões internas / externas da situação

Esta atividade constituiu-se na leitura técnica preliminar, avaliando as principais questões e suas correlações e implicações no cenário atual e nos cenários futuros. Objetivou a análise externa e interna dos dados e informações, visando entender o porquê da situação – a realidade, como ela é, para onde tenderia, quais as demandas dos diferentes atores sociais, quais as ofertas que o poder público tem condições de oferecer, quais os assuntos que poderiam ou deveriam ser enfrentados a partir de “alianças” com atores externos, na forma de consórcios municipais e/ou outras formas, os aspectos positivos e/ou negativos que possam afetar o desenvolvimento social e econômico, ou os chamados “pontos fortes e fracos”, uma avaliação da oferta de equipamentos urbanos, dentre outros.

Foram registrados os vários dados e informações em relação à situação e localização do objeto de estudo, e em relação às dimensões social, econômica, físico/espacial/ambiental e administrativo/institucional, caracterizando tanto a população (dados socioeconômicos) quanto o meio ambiente físico-espacial (natural e construído).

A análise externa possibilitou conhecer as oportunidades e ameaças no âmbito urbano e municipal, derivada de acontecimentos externos que afetam o sistema funcional urbano, porém fora do seu controle.

Para executar esta etapa foram feitos três tipos de análise:

A primeira com o objetivo de prever e descrever as tendências mais significativas, exógenas ao aglomerado urbano, que podem afetar seu desenvolvimento socioeconômico;

A segunda detectou as demandas das empresas, investidores, instituições, moradores, turistas, (agentes econômicos e da sociedade civil);

A terceira detectou quais municípios/cidades/região com os quais o aglomerado urbano mantém “rivalidade” ou complementaridades em áreas específicas de atividade econômica ou de satisfação de seus habitantes.

A análise interna teve como objetivo identificar os pontos fortes e fracos através do diagnóstico da situação atual dos elementos de oferta urbana: recursos humanos, setores produtivos, infra-estrutura e serviços públicos, tendo como referência a caracterização do modelo de desenvolvimento.

Atividade 8 – Documento da Situação de Partida – preparação para a Oficina de Trabalho: Leitura da Realidade atual

O objetivo desta atividade foi a difusão e socialização das informações organizadas e sistematizadas, para o correto entendimento da situação de partida (cenário atual) e, desta forma, e o exercício efetivo do papel dos participantes nas discussões e análises.

A atividade constituiu-se na preparação de um relatório com informações sistematizadas – propiciando fácil leitura e entendimento da situação de partida. No relatório foram abordadas as questões de inserção regional, físico-ambientais, sociais, econômicas e de gestão, onde também estão apresentados os mapas temáticos produzidos à partir das informações obtidas.

Atividade 9 – Listagem das Forças, Fragilidades, Oportunidades e Ameaças

Esta atividade visou a integração das leituras técnicas com as leituras comunitárias num processo de troca e construção do conhecimento da realidade municipal. Foram apresentadas e discutidas com a população as principais tendências de crescimento do município no sentido de coletar subsídios em relação ao cenário futuro desejado.

Produto 1 - Ao final destas duas etapas foi apresentado um relatório contendo as informações sobre o desenvolvimento do Plano de Trabalho, relatando o estágio de andamento do trabalho, e apresentando a consolidação das informações obtidas nas leituras comunitárias e técnicas que configuram o cenário atual do município.

OFICINA 1 – LEITURA DA REALIDADE MUNICIPAL

A partir do material trabalhado pela equipe técnica, com a participação dos atores locais, as questões apontadas na caracterização do cenário atual do município foram discutidas e organizadas em variáveis internas e externas.

Variáveis internas – FORÇAS E FRAQUEZAS relativas ao desenvolvimento municipal.

Variáveis externas – OPORTUNIDADES E AMEAÇAS – Ambiente externo ao Município – incontroláveis pelo ambiente interno – agentes externos que influenciam o ambiente interno.

Em discussão com os participantes consolidou-se a síntese dos principais aspectos da realidade municipal, indicando o posicionamento atual do município em relação aos seus pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças.

1.3 Etapa 3 – Definição dos eixos estratégicos, temas prioritários e formulação de propostas

As atividades realizadas nessa etapa foram:

Atividade 10 – Matriz SWOT/ FOFA

À partir da síntese dos principais aspectos da realidade municipal consolidada na Oficina 1, indicando o posicionamento atual do município em relação aos seus pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças, montou-se a matriz FOFA (SWOT).

Atividade 11 – Análise 1: Cruzamentos/Caracterização Cenários

O cruzamento das informações inseridas na matriz possibilitou a formulação dos cenários de desenvolvimento do município, apontando os cenários possíveis para o município.

Atividade 12 – Cenários Possíveis

Através do cruzamento de forças, oportunidades, fragilidades e ameaças, a leitura da matriz mostra os cenários possíveis para o município: cenário tendencial, cenário de estagnação e/ou regressão, cenário desejado/ plausível/ viável.

Atividade 13 – Cenário de Referência

O cenário de referência caracteriza-se pela sua viabilidade e sustentabilidade. É o cenário que orienta os programas e ações a serem definidos pelo Plano Diretor.

Atividade 14 – Caracterização do modelo da situação futura/de chegada

Na busca de se alcançar o cenário futuro de referência fez-se necessária a definição dos principais temas e estratégias visando alcançar o desenvolvimento sustentável do município de Laranjeiras.

OFICINA 2 – DISCUSSÃO DA DEFINIÇÃO DOS EIXOS ESTRATÉGICOS E TEMAS PRIORITÁRIOS

Os Temas Prioritários e Eixos Estratégicos são questões de natureza estrutural que necessitam de intervenções claras de planejamento e de reorganização do município, seja na dimensão ambiental, social, econômica, de infra-estrutura ou de gestão.

Para cada tema são definidos objetivos, a serem pactuados e implementados com o Plano Diretor Participativo em conformidade com os princípios gerais de planejamento preconizados no Estatuto da Cidade e na Lei Orgânica Municipal, visando a construção coletiva da cidade que se deseja.

As propostas de definição dos eixos estratégicos contemplam:

Estratégias de intervenção – indicando como serão atingidos os objetivos desejados;

Instrumentos de política urbana – indicando quais os instrumentos a serem aplicados e os caminhos para se atingir os objetivos estabelecidos;

Uso e ocupação do solo urbano – definindo a organização territorial compatível com a capacidade da infra-estrutura, com o aproveitamento das potencialidades e a minimização das ameaças, respeitando as questões ambientais e culturais e promovendo a distribuição de equipamentos coletivos e serviços urbanos de forma socialmente justa e equilibrada. Os condicionantes são refletidos nos parâmetros urbanísticos de uso e ocupação do solo no território, enquanto os instrumentos de política urbana contribuem para viabilizar o uso do solo proposto;

Uso e ocupação do solo na área rural e nas áreas especiais de proteção ambiental e de interesse turístico – prevenindo e corrigindo a degradação ambiental, além de estabelecer as bases para a promoção de atividades econômicas sustentáveis e coerentes com as vocações e restrições estabelecidas na leitura da realidade municipal;

Sistema viário, transportes e mobilidade – estabelecendo diretrizes gerais e orientações relativas ao sistema viário, transporte e mobilidade, nas áreas urbana e rural do município, priorizando o acesso amplo e democrático ao espaço urbano e aos serviços oferecidos à população;

A gestão do Plano Diretor Participativo ou sistema de planejamento – Indicando a estrutura permanente, com participação do poder público e da sociedade, que deverá acompanhar a elaboração do plano diretor, acompanhar o processo de votação na Câmara de Vereadores, implementar, monitorar, avaliar a realização dos objetivos e propor mudanças de rotas e possíveis revisões.

A aplicação de instrumentos tributários - Indicando aqueles que viabilizarão as intenções expressas no PDP, tais como IPTU Progressivo, Imposto de Transmissão de Bens Intervivos – ITBI, ISS e outros, além de taxas públicas e tarifas diversas.

A definição de estratégias passa pelo entendimento da realidade e das ações mais adequadas a serem desenvolvidas, identificando as prioridades desejáveis.

Para o desenvolvimento desta etapa foram necessários:

A realização de reuniões para consolidar os temas prioritários e eixos estratégicos identificados na etapa anterior, envolvendo os diversos atores do poder público e sociedade civil; e

A elaboração de documentação contendo o cenário futuro e a sistematização das contribuições dos seminários/reuniões/audiências, incluindo a validação final da etapa.

OFICINA 3 – FORMATAÇÃO E PACTUAÇÃO DE PROPOSTAS

Nessa oficina foram apresentadas as linhas estratégicas e temas prioritários discutidos e definidos anteriormente, bem como as propostas de perímetro urbano e zoneamento do município, para serem discutidas e pactuadas em conjunto.

Como não se chegou a um consenso em relação à definição do perímetro urbano, fez-se necessária a realização de mais uma oficina de apresentação de nova proposta incorporando as sugestões dadas durante a realização da Oficina 3.

A Oficina 3.1 foi realizada na sala de sessão da Câmara Municipal, com a presença da maioria de vereadores, conforme relatado na Ata de Reunião apresentada no Anexo 2 – Leituras Comunitárias.

Produto 2 - Ao final desta etapa foi apresentado um relatório contendo a síntese da situação de partida, o desenvolvimento da matriz FOFA, o estabelecimento dos cenários e a formatação dos temas prioritários e linhas estratégicas. Como complemento ao relatório foi entregue um documento apresentando o arcabouço legal e os instrumentos para implementação da política urbana, bem como as diretrizes de zoneamento do município e da área urbana.

1.4 Etapa 4 – Elaboração do anteprojeto de lei do plano diretor

As atividades realizadas nessa etapa foram a estruturação da minuta de Lei do Plano Diretor Participativo de Laranjeiras, incorporando os temas prioritários e estratégias definidos anteriormente, para o estabelecimento de objetivos, diretrizes, planos e ações para se alcançar o cenário desejado.

A minuta de Lei constitui-se no detalhamento da etapa anterior, diferenciando-se pelo nível de detalhamento e precisão com relação às propostas e por ter um formato legal, organizado e hierarquizado, em linguagem clara e simplificada de projeto de lei complementar, com artigos, parágrafos, incisos e alíneas.

O conteúdo e a estrutura do projeto de lei do Plano Diretor contém:

Disposições iniciais – finalidades ou princípios gerais do processo de planejamento e do plano diretor;

Objetivos;

Diretrizes (estratégias) de intervenção;

Instrumentos de política urbana – contendo identificação precisa das áreas de incidência dos instrumentos, critérios, fórmulas e procedimentos de aplicação;

Zoneamento do município e da área urbana – delimitando e descrevendo cada zona e detalhando os parâmetros urbanísticos, com base em mapas cartográficos;

Uso do solo – delimitando e descrevendo cada uma das zonas e detalhando os parâmetros de ocupação, com referência a mapas com precisão cartográfica;

Sistema viário, transportes e mobilidade – definições, diretrizes e propostas básicas de reestruturação do sistema viário (hierarquia viária), de fortalecimento do transporte público e da ampliação da mobilidade urbana sustentável conforme conceito estabelecido pelo Conselho das Cidades.

A gestão do plano diretor ou sistema de planejamento – com definições e detalhamentos da estrutura de gestão e do sistema de planejamento, e proposições de estrutura de monitoramento e implementação do Plano Diretor.

OFICINA 4 – CONSOLIDAÇÃO DO ANTEPROJETO DE LEI

A Oficina 4 constituiu-se em uma Audiência Pública que teve como objetivo a apresentação da minuta da Lei do Plano Diretor Participativo de Laranjeiras.

No período legal que antecedeu a realização da Audiência Pública, foi entregue pela Consultoria, a versão preliminar da minuta da Lei, objetivando a sua publicação e conhecimento pela população do município.

Com o objetivo de facilitar o entendimento da Lei, foram enfatizadas na apresentação, as políticas contempladas na lei, os agentes envolvidos e as diretrizes para cada uma delas, como também a necessidade do fortalecimento institucional, para sua implantação e da consolidação do planejamento participativo e do fortalecimento da organização e representatividade da sociedade civil para o acompanhamento de sua implementação.

1.5 Etapa 5 – Capacitação da equipe de gestão do município

Como dito anteriormente, as ações de capacitação da equipe de gestão do município permearam todas as etapas de trabalho, seja através de oficinas, seja por meio de orientação oferecida pela Consultoria em relação a procedimentos de encaminhamento do trabalho.

2 SÍNTESE DO CENÁRIO DE PARTIDA DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS – SE

3.1. Histórico

O município de Laranjeiras que no século XVIII contava com mais de setenta engenhos distribuídos em pequenas propriedades que além da cana-de-açúcar, produziam mandioca, cereais e tecidos de algodão e palha, hoje, tem a sua atividade agrícola concentrada em poucas unidades de produção e industrialização da cana-de-açúcar.

A cidade de Laranjeiras é hoje uma cidade insulada em grandes propriedades agrícolas, sem relação econômica com as atividades agrárias.

No passado, Laranjeiras desempenhava as funções de entreposto comercial, como principal porto e centro de importação, exportação e distribuição de mercadorias da região. Com a implantação do porto de Aracaju, de ferrovias e posteriormente rodovias, a cidade entrou em processo de decadência.

Se por um lado, a decadência econômica da cidade resultou na substituição da população original por grupos sociais incapazes economicamente de manter a cidade, por outro, a falta de dinamismo econômico possibilitou que o conjunto arquitetônico e a forma urbana não fossem destruídos pelo crescimento acelerado e pela especulação imobiliária.

A existência desse acervo de grande significado cultural e histórico fez com que, em março de 1971, através do Decreto no. 2.048, do Governo Estadual, a cidade de Laranjeiras fosse elevada à categoria de Monumento Histórico.

No intuito de consolidar Laranjeiras como cidade monumento, em 1974 foi elaborado o Plano Urbanístico de Laranjeiras, que estabeleceu diretrizes, ações e normas tanto para o desenvolvimento econômico do município como para o crescimento e preservação das áreas urbanas.

Dentre os aspectos abordados pelo Plano Urbanístico de 1974, destacam-se:

Desenvolvimento econômico: com o intuito de diversificar e fortalecer a economia do município.

- Diversificação da agricultura;
- Criação de núcleo industrial; e,
- Desenvolvimento do turismo.

Ordenamento territorial: objetivando o ordenamento do uso e ocupação do solo.

- Zoneamento do município: zona rural, zona de expansão urbana e zona urbana de preservação;
- Zoneamento urbano: setor central (de preservação integral), setor intermediário (de preservação ambiental), setor periférico (de preservação paisagística);
- Normas de parcelamento, uso e ocupação do solo.

Sistema viário:

- Hierarquização das vias;
- Criação do anel viário, estacionamentos e outras medidas de controle de circulação de veículos.

Preservação visual e paisagística:

- Criação de um sistema de áreas verdes;
- Normatização de mobiliário urbano, letreiros, vitrines e toldos.

Preservação das edificações:

- Grau de proteção das edificações;
- Proteção direta;
- Proteção de referência.

Decorridas mais de três décadas, Laranjeiras é hoje uma cidade monumento cujo acervo encontra-se em estado de arruinamento onde a grande maioria das diretrizes e normas estabelecidas pelo Plano Urbanístico de 1974 não foram implantadas.

3.2 Caracterização do cenário de partida

A caracterização do Cenário Atual relativo à elaboração do Plano Diretor Participativo de Laranjeiras - SE resultou de estudo detalhado, iniciado com a realização de leituras comunitárias, abrangendo grupos representativos da comunidade local, cujos resultados estão apresentados no **Volume III – Relatório de Participação Comunitária**.

A partir das leituras comunitárias que indicaram a percepção da população quanto à realidade atual do município, os estudos foram aprofundados por meio de observações em campo, levantamento de dados secundários e de interlocução com a equipe gerencial e técnica do poder executivo municipal, com lideranças locais e com organismos envolvidos do poder executivo estadual e federal, apresentados no **Anexo 2 – Caracterização do Município**.

A análise e a consolidação de todas as informações assim coletadas resultaram no quadro a seguir que sintetiza o Cenário Atual do Município de Laranjeiras/SE.

OS quadros a seguir, construídos a partir das informações obtidas nas leituras comunitárias e técnicas, sobre os meios fisiográfico, biótico e antrópico, consideram as características municipais pertinentes às dimensões:

- inserção regional;
- meio ambiente;
- social;
- econômica;
- infra-estrutura urbana; e,
- gestão municipal.

Quadro 2.1 – Cenário atual do município de Laranjeiras/SE

DIMENSÃO	CENÁRIO ATUAL
INSERÇÃO REGIONAL	O município está localizado na região Leste do Estado de Sergipe e integra a Grande Aracaju, estando a sede distante 20km da capital.
	Está inserido na bacia hidrográfica do rio Sergipe sendo a rede principal (além do rio Sergipe) composta pelo rio Cotinguiba e os riachos Tramandaí e Madre ou Buti.
	Integra o Pólo Costa dos Coqueirais, definido como prioritário pelo PDITS/SE, integrante do PRODETUR NE II e visa o desenvolvimento do turismo no Estado.
	Está inserido na área de influência do Pólo Petroquímico, voltado ao aproveitamento do potencial mineral do estado, como forma de consolidação e integração do chamado "Eixo Químico do Nordeste". A FAFEN integra o Pólo Petroquímico.
	A malha rodoviária que intercepta o município é bem distribuída, constituída de 2 rodovias federais, 4 estaduais e outras municipais, mas apresenta problemas de conservação.
	A ferrovia Centro-Atlântica S.A. que interliga a capital Aracaju a Recife e Salvador passa por Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, Aracaju, São Cristóvão e Itaporanga D'Ajuda, sendo apontada no PDITS, como alternativa de ligação entre estes municípios que fazem parte do Pólo Costa dos Coqueirais.
	A FAFEN juntamente com as distribuidoras da Petrobrás e da White Martins geram um tráfego intenso de caminhões (cerca de 200/dia), ônibus e outros meios de transporte de carga e passageiros em Pedra Branca que precisa ser ordenado. Há cerca de sessenta empresas de transporte rodoviário instaladas em Pedra Branca. O único ponto de apoio de caminhoneiros e empresas transportadoras é o posto de abastecimento de combustíveis localizado na margem da BR-101, que não comporta a demanda. Há necessidade urgente da criação de um centro de apoio ao transporte rodoviário (porto seco) em Pedra Branca.
	Embora originariamente a cidade de Laranjeiras tenha surgido em função do porto, em razão do assoreamento do rio Cotinguiba, o município não dispõe, atualmente, de transporte hidroviário.
	Devido à proximidade com a capital, Laranjeiras usufrui da proximidade do aeroporto de Aracaju.
	A grande proximidade com Aracaju, pólo econômico consolidado, faz com que o município tenha grande dependência comercial e de serviços da capital.
DIMENSÃO	CENÁRIO ATUAL
MEIO AMBIENTE	O município possui Áreas de Preservação Permanente que como tal não podem ter o seu ambiente natural alterado ao longo dos corpos hídricos, em geral, e nas áreas de mangue, em especial.
	O rio Cotinguiba está assoreado e totalmente poluído pelo lançamento tanto de resíduos industriais como de esgoto sanitário sem tratamento, exigindo medidas urgentes de recuperação.
	A monocultura e a queima da cana-de-açúcar são elementos causadores de grande impacto ambiental negativo no município. A falta de cuidado no plantio promove a contaminação do solo e da água tanto pelo uso de fertilizantes, como pelo assoreamento dos corpos hídricos. A queima da cana além dos prejuízos ao solo, provoca mal-estar na população pelo excesso de fumaça e riscos de acidentes.
	Ocorrem no município ações de desmatamento para construção de viveiros de aqüicultura, abertura de frentes de cultivo, expansão de pastagens e exploração dos recursos naturais.

MEIO AMBIENTE	No contexto do município, as áreas com declividade acima de 15° representam menos de 0,2% do total, o que significa que o município não apresenta restrições de uso e ocupação relativas à declividade.
	As ocupações indevidas das áreas de preservação permanente dos rios e córregos, o lançamento de resíduos industriais e detritos nos principais corpos d'água, a falta de cuidado no manejo do solo nas áreas de cultivo, assim como a destruição das áreas de mangue conferem ao município um elevado grau de degradação que requer regulação e ações preventivas e educativas.
	A textura arenosa dos solos do município facilitam as ações erosivas. A retirada do recobrimento vegetal e a exposição às chuvas, somadas aos processos de lixiviação e de escoamento superficial, facilitam a degradação do mesmo. O controle da erosão requer plantio em curva de nível, proteção das encostas e cultivos de vegetação rasteira.
DIMENSÃO	CENÁRIO ATUAL
DIMENSÃO SOCIAL	Em 1974, a população de Laranjeiras tendia ao declínio. Em pouco mais de três décadas passou de cerca de 13.000 habitantes para 26.972, segundo projeções do IBGE. Hoje, 90% da população do município vive em áreas urbanas. Não há dados demográficos específicos dos povoados.
	As oportunidades de emprego oferecidas pelas indústrias que se instalaram no município, bem como as atividades de apoio (empresas de transporte de carga rodoviária não absorvem a mão de obra local por falta de qualificação.
	Os equipamentos públicos de saúde, no que se refere à atenção básica, existem mas o atendimento é deficiente. A população depende totalmente de Aracaju e municípios vizinhos para qualquer outro atendimento em saúde, inclusive para internações.
	Há um hospital que se encontra fechado.
	O ensino fundamental mantido pelo município não atende a toda a demanda. O número de creches também é deficitário.
	Existem deficiências no atendimento quanto ao ensino médio, que é ofertado apenas na sede e há uma forte dependência de Aracaju e outros municípios vizinhos.
	No decorrer do ano acontecem vários eventos culturais, em sua maioria, de cunho religioso. Os mais relevantes para a população são o reisado e as festas juninas.
	Há uma oficina escola do IPHAN, que oferece cursos práticos de restauro. Há necessidade de outros cursos profissionalizantes.
	Há uma unidade da UNIT – Universidade Tiradentes, com cursos à distância, e a Universidade Federal de Sergipe oferece os cursos de Arquitetura, Museologia, Arqueologia e Teatro. Outros cursos dependem de Aracaju.
	São poucas as opções de lazer para a população, tanto na sede como nos povoados. Há acentuada carência de equipamentos públicos de esporte e lazer tanto na sede como nos povoados. Foram detectados problemas de comercialização e consumo de drogas, e também, de alcoolismo.
Há grande demanda pelas atividades de promoção social oferecidas pelo poder público.	
Os conflitos sociais são relativos à prostituição infantil e adulta, ao consumo de drogas e violência motivada por vingança.	

DIMENSÃO	CENÁRIO ATUAL
DIMENSÃO ECONÔMICA	As atividades rurais estão concentradas no cultivo e industrialização da cana-de-açúcar e em pastagens. Existem poucas unidades de agricultura de subsistência, cujos produtos são limitados e servem ao consumo familiar e local, raramente vendidos para municípios vizinhos.
	A monocultura da cana é um dos aspectos conflituosos da economia do município, pois a falta de diversificação, além dos impactos ambientais, dificulta o abastecimento do município.
	Existem três unidades industriais de porte no município: a Usina Pinheiro, de processamento da cana-de-açúcar, a fábrica de cimento Poti e a indústria de fertilizantes FAFEN, além de uma distribuidora da Petrobrás e outra da White Martins. A mão-de-obra especializada dessas indústrias vem de Aracajú e outros municípios.
	Existem cerca de sessenta empresas de transporte rodoviário operando em Pedra Branca e aproximadamente duzentos caminhões/dia entrando e saindo, estacionando, circulando, aguardando carga ou sendo carregados, etc. sem oferecer impactos positivos na economia municipal.
	O comércio é praticado por pequenos estabelecimentos com produtos alimentares, utilidades domésticas, vestuário e material básico de construção. Baixo movimento, compatível com a situação econômica da população. Os produtos diferenciados são adquiridos em Aracaju.
	O setor público corresponde ao maior gerador de emprego do município, principalmente para os moradores da sede.
	O município apresenta potencialidades para exploração do turismo cultural, tendo em vista que Laranjeiras é tombada como cidade monumento e é considerada a cidade do país que possui maior concentração de grupos folclóricos da América Latina. Há produção artística e artesanal no município, principalmente na sede.
	O baixo poder aquisitivo caracteriza, em geral, a população do município de Laranjeiras. É alto o índice de pessoas desocupadas, dependentes de programas governamentais da esfera federal e dos rendimentos vindos da aposentadoria. Grande parte da população complementa a renda dos programas sociais com o trabalho sazonal nos canaviais, pesca de mariscos, extração de pedras e agricultura familiar.
Há expressiva falta de mão-de-obra qualificada para as atividades de produção local atual e potencial e são poucas as oportunidades de capacitação profissional no município.	
DIMENSÃO	CENÁRIO ATUAL
INFRA- ESTRUTURA E ESTRUTURA URBANA	Estruturação do município em vários aglomerados urbanos alguns não muito definidos – sede municipal e dez povoados mais polarizadores, além de outros pequenos povoados distribuídos pelo município.
	Na há dados sobre o déficit habitacional. A qualidade das habitações existentes é baixa, muitas em taipa e mais de 10% sem instalações sanitárias, principalmente na área rural. A situação fundiária irregular em todo o município contribui para a falta de investimento em manutenção e à insegurança dos ocupantes dos lotes.
	A situação fundiária é um dos aspectos conflituosos do cenário atual do município, principalmente no que diz respeito à expansão das áreas urbanas. A regularização é fator prioritário para o desenvolvimento do município.
	O efetivo permanente de policiamento local não atende às necessidades da população.
	O centro histórico tem perímetro definido.

INFRA-ESTRUTURA E ESTRUTURA URBANA	Falta infra-estrutura de apoio ao turismo (hotéis, restaurantes, e outros)
	Há necessidade de cuidados especiais em relação ao entorno do centro histórico no sentido de preservar a paisagem na qual está inserido. As novas edificações não devem quebrar a homogeneidade do conjunto, de maneira a garantir a preservação do patrimônio ali existente, de grande potencial de atração turística.
	Já existem alguns exemplares de edificações que rompem com a homogeneidade do centro histórico.
	São necessários cuidados com o emolduramento paisagístico (elevações e vegetação) do centro histórico.
	Na maioria dos casos, as atividades comerciais e residenciais compartilham a mesma edificação.
	São necessárias medidas de incentivo à preservação, manutenção e restauro do casario do conjunto histórico que se encontra em elevado grau de arruinamento.
	A distribuição linear das edificações dos povoados ao longo das estradas, resultantes da informalidade da ocupação do solo, refletem-se de forma significativa na qualidade de vida da população que convive com o tráfego pesado de caminhões e conseqüente poeira, ruídos e risco de acidentes.
	Os transportes públicos se limitam à ligação entre a sede municipal e Aracaju. Inexistem linhas regulares de transporte de passageiros entre a sede e os povoados. O deslocamento dos povoados para a sede é feito à pé, de bicicleta ou, irregularmente, nos ônibus de transporte escolar.
	O transporte intermunicipal para Aracaju é realizado por duas linhas regulares de ônibus, que não atendem à demanda, principalmente nas questões de horários.
	A maioria das rodovias que interceptam o município é pavimentada, no entanto encontra-se em estado precário de manutenção. Os acessos à rodovia BR-101 necessitam maiores cuidados de conservação.
	O centro histórico é a área urbana com maior número de vias pavimentadas. Nos bairros, as ruas são de terra e nos povoados, as ruas são as próprias rodovias, exceto Pedra Branca que já dispõe de malha viária independente da rodovia.
	Há necessidade urgente de adoção de medidas para retirada do tráfego pesado do centro histórico. O trânsito de veículos pesados nas ruas do centro histórico provocam rachaduras e outros danos às edificações e pavimentação das vias que constituem o conjunto tombado.
	Não existem redes de drenagem pluvial nas áreas urbanas do município. Em alguns povoados há problemas de alagamento, pela falta do serviço.
	A distribuição de energia elétrica no município atende à maioria da população, ainda que a qualidade e a regularidade do fornecimento sejam precárias.
	O sistema de captação, tratamento e distribuição de água no município é precário, sendo que em alguns povoados o abastecimento é feito através de chafarizes.
	Não existem coleta e tratamento de esgoto sanitário no município. O esgotamento é feito a céu aberto, lançamento direto nos corpos d'água, ou em fossas (sépticas ou negras), constituindo um problema de saúde pública.
A coleta de lixo é feita na sede do município e nos principais povoados, por meio de serviço terceirizado considerado de baixa eficácia. Os resíduos são depositados em lixões a céu aberto.	
Não há infra-estrutura de apoio ao movimento de veículos de carga e empresas transportadoras que operam em Pedra Branca, o que gera transtornos ao tráfego de passagem na BR-101.	
As praças e áreas livres de lazer público da sede são poucas e necessitam de cuidados. Nos povoados, são praticamente inexistentes.	

	Os recursos de telecomunicações são incipientes em abrangência e em qualidade no que diz respeito à telefonia, internet, comunicação via rádio e televisão.
DIMENSÃO	CENÁRIO ATUAL
GESTÃO MUNICIPAL	Falta ao município um Sistema de Planejamento/Sistema de Informações, no sentido de instrumentar as ações da administração municipal.
	O centro histórico de Laranjeiras é tombado como monumento nacional.
	Laranjeiras, embora disponha de um Plano Urbanístico datado de 1974, conta apenas com alguns mecanismos de controle inseridos no código de Posturas. O perímetro urbano não está definido.
	Falta articulação/parceria com outros municípios, notadamente São Cristóvão, na busca de soluções para os problemas comuns e consolidação das propostas do PDITS.
	A prefeitura não dispõe de programa de regularização fundiária.
	A estrutura administrativa da Prefeitura é compatível com o porte do município. Os organismos estão instalados em prédios da Prefeitura; faltam equipamentos e materiais.
	Faltam recursos humanos especializados para a administração pública.
	A regulação e a fiscalização dos serviços públicos é praticamente inexistente.
	A prefeitura administra dois mercados, o matadouro, uma fábrica de blocos, uma fábrica de tijolos e uma fábrica de gelo.
	A prefeitura é proprietária dos prédios onde funcionam as 10 secretarias municipais.
	O município dispõe de um cemitério particular na sede, com problemas de superlotação, um em Mussuca, um em Pinheiro (administrado pela usina), e um não regulamentado em Camaratuba.
	As comunidades encontram-se, em geral, desorganizadas ou as associações e outras entidades são pouco representativas.
	Há grande dependência de Laranjeiras com relação às transferências estaduais e federais. As transferências correntes em 2004 representavam mais de 80% da receita corrente.

3.3 Análise dos ambientes interno e externo

Figura 1 – Temas Focais



3.3.1 Ambiente Interno

Corresponde à identificação e análise das variáveis internas ao município (espaciais, urbanísticas, ambientais, econômicas, sociais e culturais), das quais depende a evolução futura da área objeto de planejamento.

A análise destas variáveis permite o levantamento e a formalização das **Forças** (fatores potenciais que permitem superar a capacidade de expansão, crescimento, viabilização de projetos, etc., funcionando como alavancas de desenvolvimento) e **Fragilidades** (debilidades tidas como fatores de regressão, de conflito, de indefinição e/ou superposição de atribuições, etc.), que indicam dificuldades, barreiras e empecilhos à evolução futura do território.

Para o levantamento das Forças e Fragilidades atinentes ao ambiente interno ao município, de forma permitir a leitura técnica da situação, numa vertente avaliativa, é imprescindível o envolvimento de todos os atores envolvidos e a escuta direta da comunidade, o que é feito por meio de Oficinas de cunho eminentemente participativo.

Assim, a partir do conjunto de eventos realizados com a participação da comunidade de Laranjeiras (como descritos no Anexo deste documento), os conteúdos levantados foram organizados, analisados e complementados pela equipe técnica de elaboração do Plano Diretor, resultando no registro a seguir, correspondente às **Variáveis internas – FORÇAS E FRAGILIDADES** relativas ao desenvolvimento municipal, abrangendo os aglomerados urbanos e as áreas rurais de Cajueiro da Praia:

Forças

IR - INSERÇÃO REGIONAL

- Município integra a região da Grande Aracaju.
- Sede distante 20km de Aracaju.
- Município integra o Pólo Costa dos Coqueirais.
- Município integra o Pólo Petroquímico.
- A malha rodoviária que intercepta o município é bem distribuída.
- A ferrovia Centro-Atlântica S.A. que interliga a capital Aracaju a Recife e Salvador passa por Laranjeiras.
- O aeroporto de Aracaju está relativamente próximo de Laranjeiras, pela proximidade das localidades.

MA - MEIO AMBIENTE

- Município dispõe de áreas remanescentes de mangue e mata atlântica.
- Município não apresenta restrições de uso e ocupação relativas à declividade.

DS – DIMENSÃO SOCIAL

- Existência de um hospital construído.
- Existência de uma oficina-escola do IPHAN com cursos práticos de restauro.
- Existência de cursos da Universidade Federal de Sergipe: Arquitetura, Museologia, Arqueologia e Teatro.
- Existência da UNIT - Universidade Tiradentes, com cursos à distância.
- Existência de eventos culturais relevantes;

DE - DIMENSÃO ECONÔMICA

- Maior concentração de grupos folclóricos da América Latina constitui forte potencial turístico.

- Conjunto arquitetônico constitui forte potencial de atração turística.
- Existência de produção artística e artesanato.
- Potencial turístico para público diferenciado.
- Município dispõe de três instalações industriais de grande porte e duas distribuidoras.
- Existem cerca de 60 empresas transportadoras de carga rodoviária operando no município.
- Potencial de geração de emprego para a população local.

IE – ESTRUTURA URBANA E INFRA-ESTRUTURA

- O centro histórico tem perímetro definido.
- Há predominância do uso misto comercial/residencial.
- Há transporte regular entre a sede e Aracaju.
- A maioria das rodovias é pavimentada.
- A distribuição de energia elétrica atende à maioria da população.
- Há coleta regular de resíduos na sede e município.

GM – GESTÃO MUNICIPAL

- População manifestando necessidade de maior organização e representatividade;
- Elaboração do Plano Diretor como mecanismo para promoção da regularização fundiária e do desenvolvimento municipal.
- Existência de centro histórico tombado como monumento nacional com perímetro definido.
- Participação da população nas Leituras Comunitárias e Oficinas de elaboração do Plano Diretor.

Fragilidades

IR – INSERÇÃO REGIONAL

- Malha rodoviária em precário estado de conservação.
- BR-101 apresenta problemas de acostamento e atropelamentos.
- Ferrovia só faz transporte de cargas.
- Transporte hidroviário inviabilizado pelo assoreamento do rio.
- Município sofre forte polarização de Aracaju.
- O Município não usufrui de benefícios do Pólo Petroquímico.
- Tráfego intenso e desordenado de caminhões (cerca de 200/dia), ônibus e outros meios de transporte de carga e passageiros em Pedra Branca.

MA – MEIO AMBIENTE

- Ocupação irregular em áreas de proteção ambiental – margens de rios, áreas de mangue.
- Poluição e assoreamento do rio Cotinguiba.
- Desmatamento afetando remanescente de mata atlântica e mangue.
- Assoreamento dos rios pelo manejo inadequado do solo nas culturas de cana de açúcar e pastagens.
- Fumaça e degradação do solo por queimadas no período de colheita da cana.
- Lançamento de resíduos industriais, resíduos domésticos e animais mortos nos corpos hídricos.
- Queima de lixo como hábito da população.

DS – DIMENSÃO SOCIAL

- Baixa renda / baixo poder aquisitivo e alto índice de desemprego de grande parte da população.
- Atendimento em saúde limitado à atenção básica, dependente de Aracaju para qualquer outro tipo de atendimento.
- Hospital fechado.
- Problemas de saúde pública gerados pela falta de qualidade da água consumida pela população.
- Baixa qualidade e falta de manutenção das habitações.
- Falta de regularização fundiária.
- Alta dependência de programas sociais.
- Alta dependência de ações de promoção social pela administração pública.
- Oferta insuficiente de vagas para o ensino em geral e para o ensino médio e superior, em especial.
- Falta de oportunidades de educação profissional para formação e especialização de mão-de-obra para os mercados atuais e potenciais do município.
- Baixa oferta de opções de lazer.
- Falta de manutenção e deficiência de equipamentos de esporte e lazer.
- Tráfico de drogas, alcoolismo, prostituição infantil e violência motivada por vingança.

DE – DIMENSÃO ECONÔMICA

- Monocultura da cana-de-açúcar e pastagens.
- Forte dependência de Aracaju em relação a comércio e serviços.
- Turismo hoje praticado não gera impacto significativo na economia local
- População sem preparo para se constituir autora do desenvolvimento do turismo em nível diferenciado.
- Comércio fraco, apenas produtos básicos em pequenos estabelecimentos.
- Dependência de produtos de município vizinhos pelas poucas áreas de produção agrícola diversificada.
- Administração pública como grande geradora de empregos.
- Programas governamentais da esfera federal como grande gerador de renda.
- Baixo poder aquisitivo da população.
- Pesca artesanal de subsistência de algumas famílias sem grande significado na economia local.
- Falta de relação da população local com a produção industrial.
- Falta de qualificação da mão de obra para absorção na produção industrial.
- Falta de relação das empresas transportadoras com a economia municipal.

IE – ESTRUTURA URBANA E INFRA-ESTRUTURA

- Falta de equipamentos de apoio ao turismo – hotéis, restaurantes, área para camping e outros.
- Informalidade na ocupação do solo municipal, em geral – ocupação irregular da terra.
- Mau estado de conservação da estrada de acesso a Aracaju.
- Inexistência de transporte público coletivo entre os povoados do município e de Laranjeiras para outros municípios vizinhos.
- Falta infra-estrutura de apoio às empresas transportadoras e veículos de carga que operam em Pedra Branca (porto seco).
- Pavimentação em estado precário de conservação nas rodovias de interligação dos povoados.

- Existência de tráfego de veículos pesados no centro histórico, promovendo a degradação do conjunto tombado.
- Falta de áreas e de equipamentos de lazer e recreação para a população e turistas potenciais.
- Inadequação e dificuldade de acesso a cemitérios.
- Sistema de captação, tratamento e distribuição de água bastante precário, com relação fornecimento – chafariz em algumas localidades - e à qualidade da água, salobra, na sede.
- Inexistência de redes e de estações de tratamento do esgotamento sanitário,
- Inexistência de redes de drenagem pluvial.
- Inundações periódicas de parte da sede municipal, pelo transbordamento do rio Continguiba.
- Baixa qualidade e irregularidade no fornecimento de energia elétrica.
- Ineficiência na coleta de resíduos sólidos nas áreas urbanas; deposição dos resíduos em lixões a céu aberto; inexistência de uma política de coleta e deposição de lixo.
- Falta sinalização turística de iniciativas de educação para o turismo
- Recursos de telecomunicações incipientes em abrangência e em qualidade no que diz respeito à telefonia, internet, comunicação via rádio e televisão.
- Baixa qualidade construtiva e pouco conforto e proteção nos povoados, onde muitas casas são de taipa.
- O efetivo permanente de policiamento local não atende às necessidades da população.
- Necessidade de cuidados com o emolduramento paisagístico (elevações e vegetação) do centro histórico.
- Existência de alguns exemplares de edificações que rompem com a homogeneidade do centro histórico.
- Conjunto histórico se encontra em elevado grau de arruinamento.

GM – GESTÃO MUNICIPAL

- Ausência de uma cultura e da prática do planejamento, a partir de mecanismos e instrumentos adequados às características peculiares de Laranjeiras e à região na qual se insere.
- Falta de informações adequadas ao planejamento e à gestão municipal, principalmente relativas a sistematização e falta de integração entre as políticas, programas e ações das diversas secretarias.
- Falta de articulação com as demais esferas governamentais e com a iniciativa privada para a instituição de parcerias.
- Falta de controle do ordenamento territorial e fiscalização do uso e ocupação do solo.
- Inexistência de definição das áreas urbanas do município.
- Situação fundiária indefinida.
- Conflito entre áreas de expansão agrária e de expansão urbana.
- O perímetro urbano do município não está definido.
- Falta de incentivo para desenvolvimento da cultura local e reservação/recuperação do patrimônio tombado.
- Ausência de legislação específica de uso e ocupação e de parcelamento do solo, dispondo apenas de alguns poucos mecanismos de controle diluídos nos códigos de Obras e Posturas.
- Ausência de projetos e iniciativas de médio e longo prazo, que correspondam aos anseios da comunidade.
- Conflito entre a necessidade de expansão das áreas urbanas e das áreas de cultivo.
- Falta de definição clara do perímetro urbano do município.

- Pouco envolvimento do município em projetos e iniciativas voltadas para o desenvolvimento regional nos quais Laranjeiras se insere;
- Falta articulação/parceria com outros municípios da região no que se refere à gestão e à busca de soluções para os problemas comuns, principalmente no que se refere a Laranjeiras como integrante da grande Aracaju e do Pólo Costa dos Coqueirais.
- A regulação e a fiscalização dos serviços públicos são praticamente inexistentes.
- Arrecadação municipal aquém da necessária para assegurar o desenvolvimento sustentável do município.
- Grande dependência com relação às transferências estaduais e federais, que representavam um percentual acima de 80% da receita corrente em 2004.
- Carência de recursos humanos especializados para a administração pública.
- Carência de oportunidades para a capacitação e aperfeiçoamento dos gestores e equipes da administração pública municipal.
- Incapacidade do poder local de fiscalização e controle das atividades industriais.

3.3.2 Ambiente Externo

Concomitantemente à análise do ambiente interno, trata-se de identificar e analisar as variáveis externas que possam incidir sobre o desenvolvimento do município de Cajueiro da Praia, relativas à região onde se insere, ao Estado, ao País, e mesmo ao contexto mundial, e que representam, em geral, fatos e ações fora de controle dos atores locais, mas cujo conhecimento é fundamental para a adequada definição de estratégias de desenvolvimento.

Esta análise, a partir da identificação de **Oportunidades e Ameaças** nas esferas política, ambiental, econômica, tecnológica, sócio-cultural, dentre outras, implica em considerar o posicionamento geopolítico do município e de seus assentamentos urbanos em seu marco de interação e identificação com possíveis "competidores" ou "aliados" potenciais.

As variáveis externas – **OPORTUNIDADES E AMEAÇAS** – relativas ao contexto externo ao município de Cajueiro da Praia e cujo controle escapa aos atores internos, foram também foco dos eventos participativos realizados. As contribuições da comunidade foram complementadas pela equipe técnica de Consultoria, resultando na listagem a seguir:

Oportunidades

- Proximidade de Aracaju, capital do estado e pólo consolidado de desenvolvimento regional.
- Aeroporto de Aracaju, relativamente próximo de Laranjeiras.
- Tombamento de Laranjeiras como Patrimônio Nacional;
- Laranjeiras fazendo parte da área de abrangência do PRODETUR II, com possibilidade de investimentos no âmbito do Programa;
- Laranjeiras como área de abrangência de planos e projetos regionais, dentre os quais:
 - PDITS/SE – Plano Diretor Integrado de Turismo Sustentável – Pólo Costa dos Coqueirais;
 - Laranjeiras classificada como Centro de Apoio ao turismo do Pólo Costa dos Coqueirais;

- Programa de Capacitação Profissional para Serviços de Alimentação, Estabelecimentos Hoteleiros, Ecoturismo e Agências de Viagens, dentre outros;
- Integração dos municípios de Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, Aracaju, São Cristóvão e Itaporanga D'Ajuda, através de transporte ferroviário estruturado para o turismo;
- Laranjeiras fazendo parte da área de influência do Pólo Petroquímico;
- Subsídios técnicos e financeiros do Projeto Monumenta/IPHAN para ações de restauro de monumentos.
- Restauração e construção de rodovias federais e estaduais que interceptam o município.
- Estímulo governamental para valorização e organização das comunidades tradicionais - quilombolas.
- Estímulo ao desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo na região como oportunidade para participação de uma maior parcela da população, de forma indireta, na atividade turística.
- Existência de planos e programas da esfera pública abrangendo o município, dentre os quais:
 - o Crescimento do turismo doméstico no Brasil.
 - o Ativação do turismo no litoral sergipano, introduzindo investidores e turistas com novo perfil.

Ameaças

- Investimentos externos de grande porte mal direcionados, alheios às diretrizes de desenvolvimento local.
- Degradação resultante da gestão inadequada dos empreendimentos no município.
- Não inclusão da população local de Laranjeiras no desenvolvimento industrial do município por força de pressão de grupos externos.
- Situação fundiária irregular em Laranjeiras, como barreira importante para o desenvolvimento local.
- Aumento do uso e tráfico de drogas e da prostituição infantil na região.
- Formação deficiente, baixa qualificação e falta de oportunidades de capacitação da mão de obra local diminuindo as perspectivas de inserção de Laranjeiras no desenvolvimento do turismo e de outros setores.
- Instabilidade econômica mundial.
- Mudanças climáticas afetando o equilíbrio ecológico do planeta terra.
- Condições climáticas mundiais provocando alterações nos regimes de chuva, temperaturas, além de outras.

A análise realizada dos ambientes interno e externo ao município de Laranjeiras, conforme descrita, buscou revelar a realidade municipal inserida no seu contexto mais amplo e o entendimento da complexidade da dinâmica da vida local em suas diversas dimensões.

A partir desta análise torna-se possível desenhar cenários prospectivos que embasam a identificação e o encaminhamento de decisões a serem assumidas coletivamente em direção ao desenvolvimento do município de Laranjeiras.

3.3.3 Análise Matricial das Forças, Fragilidades, Oportunidades e Ameaças

A matriz SWOT (**S**trengths / **W**eaknesses / **O**pportunities / **T**hreats) ou FOFA (**F**orças / **O**portunidades / **F**ragilidades / **A**meaças) é resultado do alinhamento das forças e fragilidades em um dos eixos cartesianos e das oportunidades e ameaças no outro, de forma a possibilitar o registro das relações entre os mesmos, nos cruzamentos de linhas e colunas, e analisar suas incidências e outros aspectos vinculados a estes fatores que retratam a realidade do município em estudo, em seu ambiente externo, e identificam fatores intervenientes relacionados ao ambiente externo

A análise destas incidências pode ocorrer em diferentes níveis e com diferentes objetivos.

Esta análise visa:

- Sistematizar e aprofundar o entendimento do desenvolvimento da situação de partida considerada para a elaboração do Plano Diretor em questão, no caso, do município de Laranjeiras – SE.
- Relacionar as forças e fragilidades com as oportunidades e ameaças referentes a uma determinada área de estudo, e vice versa, auxilia a formalização de hipóteses explicativas com relação à situação em pauta e gera subsídios para estabelecer a ponte entre a situação atual e a situação desejada e identificar linhas estratégicas e temas prioritários para o desenvolvimento sustentável do município.
- Reavaliar a pertinência/impertinência das forças e fragilidades, oportunidades e ameaças terem sido elencados como tal. Linhas e/ou colunas com pouca ou nenhuma incidência de cruzamentos podem indicar que os fatores identificados, ainda que inicialmente tenham sido considerados como importantes no âmbito do estudo, não são relevantes e não devem ser priorizados em sua fase conclusiva.
- Explicitação das dimensões e atributos caracterizadores, em potencial, dos diferentes cenários possíveis, particularmente do cenário de desenvolvimento sustentável, passível de ser ratificado como cenário de referência.

O processo de análise se dá a partir da leitura das variáveis anotadas nas diferentes linhas e colunas e do registro gráfico da relação de intensidade existente no cruzamento de cada casa dos dois eixos, considerado o ponto de partida do estudo, ou seja, neste caso, a realidade de Laranjeiras.

Como referencial para esta análise adotou-se, no caso estudado, a seguinte Codificação em cores:

Figura 2 – Legenda da Matriz FOFA

COR	Intensidade da relação entre os fatores*
vermelha	forte
laranja	média
amarela	fraca
branca	inexistente

Nesta análise, verifica-se que, quanto mais intensa for a relação entre determinados fatores, maior é a indicação de que, àquele campo, corresponderá a fixação de uma Linha Estratégica de desenvolvimento do município em estudo, que deve merecer atenção no âmbito do Plano Diretor em elaboração.

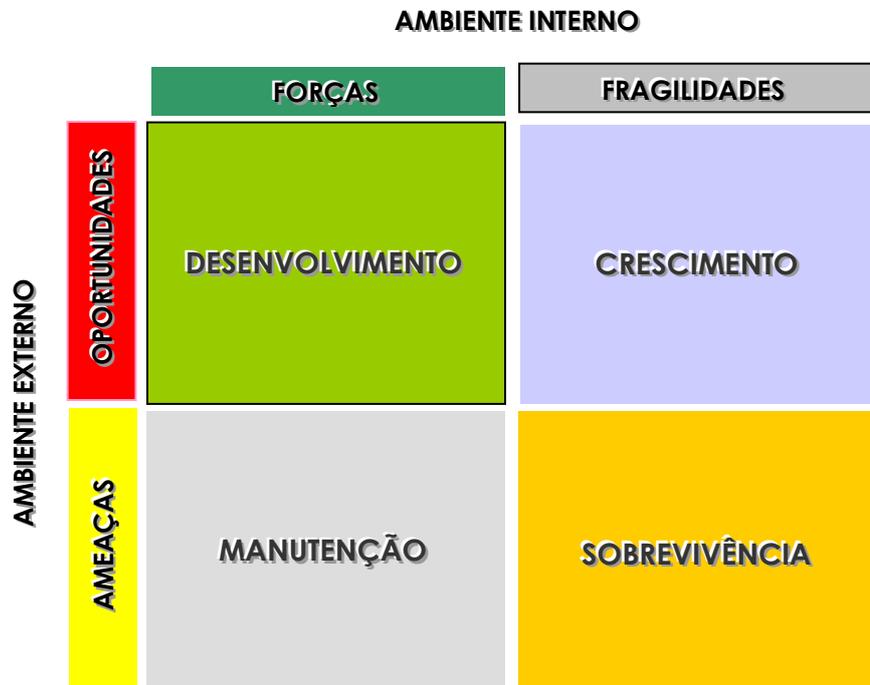
Na análise da incidência destes cruzamentos representativos de relações pode-se, também, balizar a descrição preliminar de possíveis cenários. Assim:

- A tese destas incidências se distribuírem de forma relativamente homogênea nos quadrantes formalizados pela matriz permite alinhar um cenário tendencial, com fortes possibilidades de ocorrer se nenhuma atitude/medida for tomada no sentido de corrigir o processo;
- Se as incidências se concentrarem no primeiro quadrante – cruzamento entre forças x oportunidades, existe a chance, desde que assumida como tal, de delinear um cenário de desenvolvimento que será sustentável ou não, na dependência da adoção de políticas e implantação de programas e ações, consolidadas pelo processo de planejamento e formalizados em um Plano, a exemplo do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal;
- Se as incidências maiores ocorrerem nos quadrantes restantes – Fragilidades x Oportunidades e Fragilidades x Ameaças, e não forem tomadas, por razões diversas, atitudes/medidas compensatórias, a tendência será caminhar para cenários de estagnação ou regressão.

O diagrama a seguir busca levar à compreensão da natureza da ação necessária indicada pelo cruzamento de duas variáveis, em cada quadrante.

- **Quadrante 1:** diante de um dado de realidade que representa Força identificada no ambiente interno ao município, tida como fator impulsor de seu desenvolvimento, em cruzamento com uma Oportunidade detectada no ambiente externo, tem-se a indicação de agir em função de capitalizar o que está acessível, obtendo assim respostas rápidas rumo ao DESENVOLVIMENTO;
- **Quadrante 2:** igualmente, diante de um dado da realidade que representa Força identificada no ambiente interno ao município, tida como fator impulsor de seu desenvolvimento, agora em cruzamento com uma Ameaça detectada no ambiente externo, tem-se a indicação de agir no sentido de manter as forças e de monitorar as ameaças, tendo como resultante a MANUTENÇÃO. Esta ação requer uma postura proativa e assertiva da gestão municipal, na medida em que o ambiente interno (poder público e sociedade) não pode interferir diretamente para superação das ameaças, que estão fora de seu controle;
- **Quadrante 3:** Neste caso, diante de um dado da realidade interna do município que representa uma Fragilidade – uma barreira ao desenvolvimento, em cruzamento com uma Oportunidade, tem-se a indicação de ações que levem à reversão da fragilidade, de forma a não desperdiçar a Oportunidade apresentada pelo ambiente externo. Assim, ter-se-á como resultante o CRESCIMENTO, ainda que este possa vir de forma lenta, dependendo das dificuldades a serem enfrentadas para eliminação ou minimização da fragilidade em tela;
- **Quadrante 4:** Neste caso, diante de um dado da realidade interna do município que representa também uma Fragilidade – uma barreira ao desenvolvimento, em cruzamento com uma Ameaça detectada no ambiente externo, tem-se a indicação clara de intervenções urgentes, prioritárias, para eliminar ou minimizar a fragilidade interna e, desta forma, com forças repostas, poder SOBREVIVER às ameaças externas.

Figura 3 – Leitura da Matriz FOFA



3.3.4 Leitura da Matriz para Laranjeiras

Para análise e leitura da matriz foi preparada uma versão incorporando os pontos-síntese extraídos das forças, fragilidades, oportunidades e ameaças identificadas a partir da leitura comunitária e da leitura técnica, anteriormente referidas. Tais fatores, assim organizados para efeito de análise, foram agrupados de acordo com os seguintes temas:

- (i) inserção regional,
- (ii) meio ambiente,
- (iii) dimensão econômica,
- iv) dimensão social,
- (v) estrutura urbana e infra-estrutura e
- (vi) gestão municipal.

A Leitura da Matriz foi feita em decorrência:

- das características próprias de cada quadrante;
- da intensidade e agrupamento das incidências.

Esse exercício técnico permitiu a avaliação de cada um dos aspectos de interferência relativamente ao retrato atual de Laranjeiras.

Figura 3 – Matriz FOFA de Laranjeiras

		FORÇAS																												FRAGILIDADES																									
		IR1	IR2	IR3	IR4	MA1	S1	S2	E1	E2	U1	U2	G1	IR1	IR2	MA1	MA2	MA3	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	E1	E2	E3	E4	E5	E6	U1	U2	U3	U4	U5	U6	U7	G1	G2	G3	G4	G5											
		Município integra a região da Grande Aracaju	Município integra o Pólo Costa dos Coqueirais	Malha rodoviária bem distribuída	Ligação pela ferrovia Centro-Atlântica S.A.	Município dispõe de áreas remanescentes de mangue e mata atlântica	Existência de eventos culturais relevantes	Oficina-escola do IPHAN com cursos práticos de restauro	Três instalações industriais de grande porte	Potencial turístico para público diferenciado	O centro histórico tem perímetro definido	Há predominância do uso misto comercial/residencial	Existência de centro histórico tombado	Município sofre poluição de Aracaju	Presença conservação de rodovias e hidrovias	Carência de mecanismos e instrumentos de preservação ambiental	De gradação ambiental por atividades antrópicas	Ocupação irregular em áreas de proteção ambiental	Dependência econômica da população	Atendimento em saúde limitado à atenção básica	Alta dependência de programas sociais	Oferta insuficiente de vagas para o ensino em geral	Falta de oportunidades de educação profissional	Baixa oferta de opções de esporte lazer	Polo Petroquímico não gera a quantidade de empregos que poderia	Drogas, alcoolismo, prostituição infantil e violência	Mono cultura da cana-de-açúcar ou pastagens	Forte dependência de Aracaju	Poucas áreas de produção agrícola diversificada	Falta de qualificação da mão de obra para indústria	Não usufrui plenamente da unidade do Polo Petroquímico	Dependência econômica de verbas de repasse	Baixa qualidade das habitações	Ocupação irregular da terra	Falta de equipamentos de apoio ao turismo	Captação, tratamento e distribuição de água precários	Inexistência de sistema de tratamento de esgoto	Inexistência de aterro sanitário	Conjunto histórico se encontra em elevado grau de arruinamento	Baixa capacidade de gestão	Situação fundiária indefinida	Falta articulação/participação com outros municípios	Grande dependência com relação às transferências estaduais e federais	Conflito entre áreas de expansão agrícola e de expansão urbana											
OPORTUNIDADES	IR 1	Proximidade de Aracaju																																																					
	S1	Estímulo governamental para valorização e organização das comunidades tradicionais - quilombolas																																																					
	S2	Programa de Capacitação Profissional para Serviços de Alimentação, Estabelecimentos Hoteleiros, Ecoturismo e Agências de Viagens																																																					
	E1	Laranjeiras integra o Pólo Petroquímico																																																					
	E2	Crescimento do turismo doméstico no Brasil																																																					
	U1	Subsídios técnicos e financeiros do Projeto Monumental/ IPHAN para ações de restauro de monumentos																																																					
	G1	PDITS/SE – Plano Diretor Integrado de Turismo Sustentável – Pólo Costa dos Coqueirais																																																					
AMEAÇAS	IR 1	Pólos regionais consolidados																																																					
	MA1	Significativa deterioração ambiental																																																					
	S1	Aumento do uso e tráfico de drogas e da prostituição infantil na região																																																					
	S2	Não inclusão da população local de Laranjeiras no desenvolvimento industrial do município por força de pressão de grupos externos																																																					
	E1	Investimentos externos de grande porte mal direcionados																																																					
	U1	Acesso tardio aos recursos para preservação do patrimônio material já em ruínas.																																																					
	G1	Falta de programas estaduais ou federais para incentivo à agricultura familiar																																																					
G2	Falta de políticas públicas atuantes (estadual/federal)																																																						

3 CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA LARANJEIRAS

3.1 Características e Condições de Viabilização

É um cenário otimista, que pressupõem um contexto econômico estável no âmbito mundial, nacional e regional, com possibilidades de gerar investimentos. Como reflexo, pode-se pressupor uma economia local mais dinâmica, com melhoria considerável da capacidade de investimentos por parte da administração local e o aumento da atratividade para os investidores privados, consideradas as diretrizes locais de planejamento, o que trará como conseqüência a elevação dos índices de desenvolvimento humano.

Este cenário viabilizar-se-á com maior ou menor intensidade se na próxima década:

1 – Forem implantados os Programas e Projetos previstos para Laranjeiras e região, com investimentos públicos e privados;

2 – For mantido o dinamismo da economia, com a elevação e o equilíbrio dos índices de desenvolvimento municipais e regionais;

3 – For estruturada uma base produtiva diversificada, com o desenvolvimento do turismo cultural, o desenvolvimento tecnológico e a diversificação das atividades agrícolas;

4 – For garantida a conservação dos recursos naturais e ambientais, em especial dos corpos hídricos e das áreas de proteção permanente, com a utilização de mecanismos de planejamento e gestão do meio ambiente;

5 – Houver elevação do índice de desenvolvimento humano, em face da existência de recursos e da implantação de intervenções efetivas para melhoria da oferta de educação, saúde, saneamento, pavimentação, coleta e disposição de resíduos sólidos, melhoria e ampliação do sistema de captação, tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgoto, dentre outros.

6 – Houver o fortalecimento e o aperfeiçoamento dos mecanismos e processos de gestão municipal e, prioritariamente, a implantação de um sistema participativo de planejamento e avaliação de resultados das políticas públicas adotadas, sob o ponto de vista da melhoria da qualidade de vida da população.

Quadro 4.1 - Descrição do Cenário Futuro/de Referência para Laranjeiras

DIMENSÃO	CENÁRIO DESEJADO
INSERÇÃO REGIONAL	O município usufrui da condição de integrante da Grande Aracaju e do Pólo Costa dos Coqueirais e articula-se com os demais municípios nele envolvidos.
	Laranjeiras aproveita a proximidade com São Cristóvão para atrair investimentos e para aumentar sua presença no cenário regional pela articulação e intercâmbio com o município e demais instâncias de governo envolvidas e pela participação em programas de desenvolvimento existentes.
	Laranjeiras se integra efetivamente ao circuito turístico formado juntamente com os municípios de Nossa Senhora do Socorro, Aracaju, São Cristóvão e Itaporanga D'Ajuda, e compõe o consórcio municipal para o desenvolvimento do eixo ferroviário de turismo.
	Melhora-se a malha viária intermunicipal e vicinal existente, possibilitando a interligação, com qualidade, dos aglomerados urbanos, áreas rurais e municípios da região.
	O município usufrui da condição de encontrar-se inserido na área de influência do Pólo Petroquímico e de ter uma empresa integrante do Pólo instalada no município.

MEIO AMBIENTE	Promovem-se ações de recuperação das áreas de proteção permanente nas áreas rurais e urbanas do município, coibindo a ocupação ilegal destas, garantindo a boa qualidade da água e a conservação, em especial, de mangues, remanescentes da mata Atlântica e corpos d'água.
	Desenvolvem-se esforços conjuntos para acabar com o lançamento de resíduos industriais nos corpos d'água.
	O município estabelece parcerias com os órgãos reguladores e as indústrias instaladas e conjuntamente institui medidas de controle da emissão de poluentes e de compensação ambiental; as indústrias efetivamente implantam as medidas de mitigação e ressarcimento pactuadas.
	O incentivo à agricultura familiar e orgânica, a instalação de infra-estrutura urbana de saneamento ambiental (esgotamento sanitário, drenagem pluvial e correta destinação dos resíduos sólidos), minimizam o impacto da poluição orgânica e sólida sobre os corpos d'água, garantindo a boa qualidade da água no município.
	Investe-se, com intensidade, em ações continuadas de educação ambiental, sanitária e comunitária.
DIMENSÃO SOCIAL	Melhora o poder aquisitivo da população pela geração de empregos e incentivo ao empreendedorismo, notadamente no turismo e na agricultura familiar.
	Amplia-se a oferta de serviços públicos urbanos, providos pelo município e também pelas esferas de poder, estadual e federal, em especial os serviços de saúde, expandindo e melhorando a rede de atendimento e ofertando serviços de qualidade.
	Aperfeiçoa-se a rede de ensino materno-infantil e fundamental. Expande-se a rede de ensino médio e a oferta de cursos profissionalizantes.
	Incentiva-se o esporte e o lazer da população local; implantam-se e mantêm-se espaços e equipamentos públicos com este objetivo.
	A organização da sociedade consolida-se e a comunidade torna-se atuante e organizada em associações diversas, capaz de exigir, cobrar direitos, exercer o controle social e participar do processo de gestão municipal.
	Promove-se o fortalecimento da identidade cultural de Laranjeiras e da auto-estima da população
DIMENSÃO ECONÔMICA	Consolida-se como atividade econômica no município o turismo sustentável, a absorção da mão de obra local pelas indústrias instaladas no município e a agricultura diversificada a partir dos esforços e investimentos necessários, da qualificação profissional e consideradas as respectivas cadeias produtivas.
	Expandem-se, ordenadamente, o turismo sustentável e Laranjeiras consolida-se como pólo de turismo cultural, com prioridade para a preservação dos bens tombados e para o incentivo às manifestações populares e produção artística e artesanal local.
	Laranjeiras não concorre com municípios vizinhos, mas, explora suas potencialidades específicas considerando a complementaridade da oferta de produtos pelos demais municípios da região.
	Com a consolidação das atividades econômicas, promove-se a melhoria e fortalecimento do comércio local, para atender tanto à demanda do turismo como da população local, que, com melhor renda, passa a ter maior poder de consumo.
	Implanta-se o turismo sustentável dos atrativos culturais de Laranjeiras, promovendo o uso sustentável e a preservação do conjunto tombado.
	Implantam-se serviços educacionais para a qualificação e aperfeiçoamento profissional e concretizam-se parcerias com entidades voltadas para a educação profissional na região e no Estado de Sergipe.
	Firmam-se acordos de parceria com entidades educacionais na região e no Estado para diversificação da oferta de ensino superior aos cidadãos de Laranjeiras. É ampliado no município o "campus" universitário avançado para oferta de outros cursos diretamente demandados pelas atividades econômicas decorrentes da vocação local.

ESTRUTURA URBANA E INFRA-ESTRUTURA	O perímetro urbano, como traçado, permite o ordenamento da ocupação da área urbana.
	Resolvem-se os conflitos entre expansão urbana e áreas de cultivo. As áreas urbanas tornam-se mais organizadas e atraentes, com o tratamento adequado das áreas públicas, implantação de praças e arborização.
	Adotam-se soluções no sentido da regularização fundiária, titulando os ocupantes do território e possibilitando a melhor regulação do uso e da ocupação do solo.
	Melhora a qualidade das habitações, em função do aumento da renda e do poder aquisitivo da população; adota-se política pública municipal no setor habitacional, priorizando cidadãos de menor renda.
	É controlada a degradação do conjunto tombado e a expansão das áreas urbanas do município, em especial o entorno do centro histórico, a partir do exercício do planejamento e da efetiva regulação do uso e ocupação do solo.
	O transporte público coletivo é melhorado, expandindo-se a oferta intermunicipal e para os povoados, assegurando serviços de qualidade à população.
	Implantam-se as redes de infra-estrutura urbana de saneamento ambiental - esgotamento sanitário, drenagem pluvial e correta coleta e destinação dos resíduos sólidos.
	Amplia-se e melhora a oferta de energia elétrica no município, bem como o serviço de iluminação pública.
	Os serviços de telecomunicações são acessíveis ao município, com regularidade e qualidade constante, dadas as iniciativas concertadas entre os governos federal e estadual, em parceria com o poder público municipal.
GESTÃO MUNICIPAL	São colocadas em prática políticas públicas eficazes para fiscalização da ocupação e uso do território, da prestação de serviços públicos e da arrecadação de tributos e taxas municipais
	Pratica-se o planejamento do desenvolvimento do município, a partir de mecanismos e instrumentos adequados, de pessoal capacitado e comunidade mobilizada, tendo por base as diretrizes do Plano Diretor.
	Fortalece-se a administração pública municipal com a implantação de desenho organizacional, estrutura física, equipamentos e recursos de tecnologia da informação.
	Equipes do poder público encontram-se adequadamente supridas de gestores e técnicos capacitados para o cumprimento de suas atribuições na gestão municipal.
	A receita tributária apresenta resultados positivos e é baixo o índice de inadimplência.

4 ARCABOUÇO LEGAL

4.1 A situação dos instrumentos atuais

O planejamento na administração pública municipal é uma prática bastante incipiente na maioria dos municípios brasileiros. Os poucos instrumentos de gestão urbana existentes, em geral, estão desatualizados fazendo com que a gestão do município seja movida por ações pontuais distantes, muitas vezes, dos interesses da coletividade. O município de Laranjeiras não foge à regra.

4.2 O Plano Diretor como instrumento básico da Política de Desenvolvimento Municipal

A Constituição Federal, ao tratar da política urbana, determina, em seu artigo 182, que o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, tendo como finalidade principal a melhoria da qualidade de vida dos habitantes de cada cidade. O poder público municipal assume a competência de promoção dessa política que, para garantir o cumprimento constitucional de garantia da função social da cidade e da propriedade urbana, conta com o Plano Diretor como instrumento principal.

A Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2000 – Estatuto da Cidade, ao regulamentar a política para o desenvolvimento e expansão urbana, estabelece as diretrizes para a implementação dessa política.

Assim a política de desenvolvimento municipal de Laranjeiras, consolidada em seu Plano Diretor, contemplará os aspectos de inserção regional, do meio-ambiente, sociais, econômicos, da estrutura urbana e da infra-estrutura e da gestão municipal, com especial ênfase no desenvolvimento urbano, fruto da interação social e da participação dos atores locais na construção coletiva do cenário futuro desejado.

O Plano Diretor do Município de Laranjeiras, como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana do Município, constitui assim instrumento a ser considerado pelos agentes públicos e privados, como orientador da ação integrada em prol do desenvolvimento municipal.

4.3 Princípios Norteadores do Plano Diretor

Os princípios constitucionais fundamentais norteadores do Plano Diretor são:

- **Da função social da propriedade**

As ações, metas e medidas estabelecidas no Plano Diretor devem considerar o equilíbrio entre as formas de desenvolvimento econômico e de desenvolvimento social e humano da cidade.

Centrado nesse princípio, o Plano Diretor deve buscar redirecionar recursos e riquezas de forma mais justa, de modo a combater as situações de desigualdade econômica e social vivenciadas, não só em Laranjeiras, mas de forma geral, em todas as cidades brasileiras.

Significa a vinculação do desenvolvimento urbano, com o direito ao meio ambiente, à infra-estrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações, visando eliminar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais.

- **Do desenvolvimento sustentável**

Neste princípio entende-se que as pessoas são o centro das preocupações e têm o direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza.

Entende-se ainda que o desenvolvimento do município somente pode ser considerado sustentável se estiver voltado para eliminar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais.

Pensar na melhoria do meio-ambiente significa o pleno atendimento do objetivo de enfrentar as causas da pobreza, que afeta a maioria da população que vive nas cidades.

- **Das funções sociais da cidade**

Refere-se à aplicação de medidas mediadoras da intensa litigiosidade dos conflitos urbanos, como o caso de preservação de bacias e mananciais, utilização de áreas públicas e verdes para fins de moradia, e destinação de áreas para finalidades essenciais.

O Poder Público Municipal, tendo o Plano Diretor como instrumento legal, pode exigir do proprietário o cumprimento de seus deveres de forma a considerar os direitos da coletividade quanto à destinação de imóvel para atendimento do interesse social.

- **Da igualdade e justiça social**

Trata-se da promoção de ações voltadas para garantir do direito de todos e impedir medidas e ações dos agentes públicos e privados que gerem situações de segregação e exclusão de grupos e comunidades carentes.

Considera que, enquanto a população menos favorecida não tiver acesso à moradia, ao transporte público, ao saneamento, à cultura, ao lazer, à segurança, à educação e à saúde, não haverá como postular a defesa da igualdade e da justiça social e o atendimento à função social da cidade.

- **Da participação popular**

Trata de incorporar a participação popular como mecanismo intrínseco do planejamento da cidade, tal como previsto na Constituição Brasileira, utilizando os mecanismos estabelecidos no Estatuto da Cidade, quais sejam: (i) promover audiências públicas e debates com a participação de associações representativas dos diversos segmentos da comunidade e da população em geral; (ii) dar publicidade e possibilitar o acesso aos documentos e às informações produzidas.

O direito político de participação, como um direito individual, deve ser observado pelo Poder Público Municipal tanto no processo de elaboração do Plano Diretor, como – e principalmente – no processo de sua implementação. Para tanto, estratégias, mecanismos e instrumentos de gestão democrática devem ser instituídos por lei.

Diretrizes Norteadoras do Plano Diretor

O Plano Diretor, por meio das Políticas Públicas que dele derivam, deve concretizar os objetivos e os princípios citados e considerar um conjunto de diretrizes gerais como base para a definição de linhas estratégicas e para balizamento das estratégias que o compõem.

As diretrizes citadas provêm da Constituição Federal e do Estatuto da Cidade e consideram as orientações da Agenda 21 e da Agenda Habitat. Assim, em princípio, prestam-se a orientar a políticas urbana de todos os municípios brasileiros e, estão formuladas nos termos que se seguem:

- I. Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
- II. Gestão democrática por meio de participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- III. Cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;
- IV. Planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio-ambiente;
- V. Oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;
- VI. Ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:
 - a utilização inadequada dos imóveis urbanos;
 - a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;
 - o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivo ou inadequado em relação à infra-estrutura urbana;
 - a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem previsão da infra-estrutura correspondente;
 - a retenção especulativa do imóvel urbano, que na sua subutilização ou não utilização;
 - a deterioração das áreas urbanizadas;
 - a poluição e degradação ambiental.
- VII. Integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência;
- VIII. Adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob a sua área de influência;
- IX. Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;
- X. Adequação dos instrumentos da política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;
- XI. Recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos;
- XII. Proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;
- XIII. Audiência do Poder Público municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população;
- XIV. Regularização fundiária e urbanização das áreas ocupadas por população de

baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificações, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;

XV. Simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta de lotes e unidades habitacionais; e

XVI. Isonomia de condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social.

As diretrizes gerais emanadas do Estatuto da Cidade, ainda que genéricas, possibilitam desdobramentos para a formulação e elaboração futura de políticas e planos setoriais. O desafio consiste em ajustá-las às situações peculiares de Laranjeiras. Para tanto, a análise da matriz FOFA anteriormente registrada, à luz das diretrizes apresentadas auxiliou a formulação das linhas estratégicas.

4.4 Diretrizes para as leis do perímetro urbano, parcelamento e de ordenamento do uso e ocupação do solo municipal

Considerações sobre Zona Urbana e Zona Rural

Delimitação do Perímetro Urbano

A competência para delimitar o perímetro urbano é do Município ou do Distrito Federal.

As leis de natureza urbanística, como é o caso da Lei do Plano Diretor ou da Lei de Perímetro Urbano, são de natureza pública, fruto do poder de polícia do Estado que, intervindo na disciplina das relações jurídicas, estabelece o condicionamento do exercício do direito de propriedade ao interesse coletivo, uma vez que o delineamento da propriedade atual se dá em razão da primazia do interesse público em relação ao interesse particular.

A disciplina do Direito Urbanístico está, outrossim, diretamente ligada ao Direito de Propriedade. O Direito de Propriedade, objeto de proteção e de disputa ao longo da história do mundo ocidental, passa por momento de "coletivização". Isso significa que seu conteúdo não mais se justifica pela utilidade que proporciona a um indivíduo, o proprietário, mas a toda a sociedade.

Verifica-se que a própria Constituição Federal estabelece em seu inciso XXIII do art. 5º que "a propriedade atenderá a sua função social"; no § 2º do art. 182 que "a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais da ordenação da cidade expressas no plano diretor"; e no art.186 que "a função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores".

Devemos lembrar que o Plano Diretor deve englobar todo o território do Município ou do DF e, conforme leciona Hely Lopes Meirelles, o direito urbanístico visa "precipualemente a ordenação das cidades, mas os seus preceitos incidem também sobre as áreas rurais, no vasto campo da ecologia e da proteção ambiental, intimamente relacionadas com as condições da vida humana em todos os núcleos populacionais, da cidade e do campo".

O Estatuto da Cidade – Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, em seu artigo 40, § 2º, estabelece:

Art. 40.....

.....
§ 2º O Plano Diretor deverá englobar o território do Município como um todo

Assim, não há que se falar em direito adquirido para o caso de alteração do zoneamento proposto pelo Plano Diretor ou Lei de Perímetro Urbano, cujas normas passarão a valer a partir da sanção e publicação da respectiva Lei.

Na definição do macrozoneamento deve ser verificada a utilização não urbana das áreas que integrarão a Zona Rural.

Existe, muitas vezes, a falsa impressão de que o simples estabelecimento de uma Zona Rural irá impedir a degradação ambiental, ou mesmo ocupações com finalidade urbana, como sítios de recreio ou condomínios residenciais. A prática, contudo, tem demonstrado que tal não ocorre. Mesmo a exploração agrícola e pastoril pode ser ambientalmente nefasta, pelo desmatamento que produz, pela utilização de métodos predatórios de adubação, irrigação e defesa contra pragas. A ocupação urbana também não fica inibida pelo simples fato da Zona ser rural, pelo contrário, como a fiscalização em Zona Rural é incipiente, a proliferação de ocupações com finalidade urbana tende a se intensificar nessas áreas.

Na definição de áreas rurais, faz-se necessária que a vocação da área seja para o desenvolvimento de atividades rurais.

Conceito de “imóvel rural” frente à legislação agrária

A legislação agrária, de ordem federal por imperativo constitucional, nos termos do inciso I do art. 22 da Constituição Federal, que confere competência privativa à União para legislar sobre direito agrário, define, no Estatuto da Terra – Lei Federal nº 4.504, de 30/11/64, o “imóvel rural”, em razão de sua destinação, não importando se está localizado em Zona Urbana ou Rural:

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se:

I - "Imóvel Rural", o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada;

Por sua vez, o Decreto Federal nº 59.428, de 27/10/66, que regulamenta o Estatuto da Terra deixa claro, em seu art. 93, que o imóvel considerado rural pode estar localizado no perímetro urbano ou rural dos Municípios:

Art. 93. Imóvel Rural, na forma da lei e de sua regulamentação é o prédio rústico de área contínua, localizado em perímetro urbano ou rural dos Municípios que se destine à exploração extrativa, agrícola, pecuária ou agro-industrial, através de planos públicos ou particulares de valorização.

Verifica-se, pois, que para caracterização do imóvel rural, a legislação agrária não se preocupa com inserção em Zona Rural ou Urbana, mas com a finalidade de sua exploração.

Assim, a legislação agrária considera que o imóvel rural perde a sua condição quando passa a ser utilizado para outras finalidades, tais como sítios de recreio ou outras formas de urbanização. Os arts. 94 a 96 do acima referido Decreto Federal nº 59.428, de 27/10/66, que regulamenta o Estatuto da Terra, estabelecem:

Art. 94. De acordo com o art. 13 do presente Regulamento, serão permitidos desmembramentos de imóveis rurais desde que objetivem:

I - A formação de loteamentos destinados à urbanização, industrialização e formação de sítios de recreio;

II - A formação de loteamentos destinados à utilização econômica da terra;

Parágrafo único. Desmembramentos de imóveis rurais, respeitadas as dimensões do módulo da propriedade familiar, poderão também ocorrer em consequência de:

a) sucessão por " mortis causa";

b) partilhas judiciais amigáveis.

Art. 95. O proprietário de terras próprias para a lavoura ou pecuária, interessado em loteá-las para fins de urbanização, industrialização ou formação de sítios de recreio, deverá submeter o respectivo projeto à prévia aprovação e fiscalização do IBRA ou do INDA, conforme o caso.

§ 1º De acordo com o Art. 10 e seus parágrafos, da Lei 4.947, de 6 de abril de 1966, é vedada a inscrição de loteamentos rurais no Registro de Imóveis, e nulos de pleno direito a inscrição todos os atos dela decorrentes, sem prévia aprovação pelos órgãos a que se refere o presente artigo.

§ 2º Nos loteamentos já inscritos é vedada a alienação dos lotes rurais remanescentes, quando estes tiverem área inferior à do módulo fixado para a respectiva região.

Art. 96. Os projetos de loteamentos rurais, com vistas à urbanização, industrialização e formação de sítios de recreio, para serem aprovados, deverão ser executados em área que:

I - Por suas características e pelo desenvolvimento da sede municipal já seja considerada urbana ou esteja incluída em planos de urbanização;

II - Seja oficialmente declarada zona de turismo ou caracterizada como de estância hidromineral ou balneária.

III - Comprovadamente tenha perdido suas características produtivas, tornando antieconômico o seu aproveitamento.

Parágrafo único. A comprovação será feita pelo proprietário ou pela municipalidade em circunstanciado laudo assinado por técnico habilitado, cabendo ao IBRA ou ao INDA, conforme o caso, a constatação de sua veracidade.

A Instrução nº 17-B do INCRA, de 22/12/80 também regulamenta:

3. Parcelamento, para Fins Urbanos, de Imóvel Rural localizado fora da Zona Urbana ou de Expansão Urbana.

3.1 O parcelamento, para fins urbanos, de imóvel rural localizado fora de zona urbana ou de expansão urbana, assim definidas por lei municipal, rege-se pelas disposições do art. 96, do Decreto nº 59.428, de 27/10/66, e do art. 53, da Lei nº 6.766, de 19/12/79.

3.2 Em tal hipótese de parcelamento, caberá, quanto ao INCRA, unicamente sua prévia audiência.

3.3 Os parcelamentos com vistas à formação de núcleos urbanos, ou à formação de sítios de recreio, ou à industrialização, somente poderão ser executados em área que:

a) por suas características e situação, seja própria para a localização de serviços comunitários das áreas rurais circunvizinhas;

b) seja oficialmente declarada zona de turismo ou caracterizada como de estância hidromineral ou balneária;

c) comprovadamente tenha perdido suas características produtivas, tornando antieconômico o seu aproveitamento.

3.4 A comprovação será feita pelo proprietário, através de declaração da Municipalidade e/ou através de circunstanciado laudo assinado por técnico habilitado.

3.5 Verificada uma das condições especificadas no item 3.3, o INCRA, em atendimento a requerimento do interessado, declarará nada ter a opor ao parcelamento.

3.6 Aprovado o projeto de parcelamento, pela Prefeitura Municipal ou pelo Governo do Distrito Federal, e registrado no Registro de Imóveis, o INCRA, a requerimento do interessado, procederá à atualização cadastral, conforme o disposto no item 2.3.

A Lei Federal nº 6.766, de 19/12/79, que trata do parcelamento do solo urbano subordina as alterações de uso do solo rural para fins urbanos a prévia audiência do INCRA e à aprovação da Prefeitura Municipal:

Art. 53 - Todas as alterações de uso do solo rural para fins urbanos dependerão de prévia audiência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, do Órgão Metropolitano, se houver, onde se localiza o Município, e da aprovação da Prefeitura Municipal, ou do Distrito Federal quando for o caso, segundo as exigências da legislação pertinente.

Quando houver um imóvel rural, portanto com destinação rural, em Zona Urbana ou Rural, a alteração de sua destinação (utilização) para urbana dependerá de prévia audiência do INCRA e da aprovação do Município. Atente-se ao fato de que a Lei fala em alteração de uso e não em Zoneamento (Zona Urbana e Rural), o que constitui prerrogativa do Município, por meio de seu Plano Diretor ou Lei de Perímetro Urbano, sem necessidade de aquiescência de autarquia federal (INCRA).

Outrossim, quando se tratar de um parcelamento com finalidade urbana, seja residencial (inclusive condomínios urbanísticos), industrial ou sítios de recreio, este só poderá ocorrer

em Zona Urbana, de Expansão Urbana ou de Urbanização Específica, nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 6.766/79, com a redação dada pela Lei Federal nº 9.785/99:

“Art. 3º - Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal” (*Redação dada pela Lei nº 9.785, 29.1.99*)”.

Conclui-se, pois, que se o Plano Diretor vier a prever a possibilidade de sítios de recreio em determinada Zona Rural, o parcelamento do imóvel rural para tal finalidade somente poderá ocorrer com a aquiescência do INCRA e autorização do Município para o parcelamento, ocasião em que a respectiva parcela da zona rural poderá ser transformada em “Zona de Urbanização Específica”, em atendimento à Lei 6.766/79.

Reversão de Zona Urbana para Zona Rural

A reversão de zona urbana para rural deve ser realizada com cuidado, pois a justificativa haverá de estar detalhadamente apresentada na Mensagem que acompanhar o Projeto de Lei do Plano Diretor. Deve ser verificada a utilização não urbana das áreas objeto da reversão.

No caso de reversão de Zona Urbana para Rural devem ser verificadas se as ocupações na área são referentes a uma verdadeira atividade rural que justifique a reversão, ou se são sítios de recreio. Há que se constatar se a vocação da área é para atividade rural ou se está querendo preservar a área sob o enfoque da proteção ambiental, o que poderá ser feito por outros meios, inclusive pela criação de unidades de conservação, tais como as Áreas de Proteção Ambiental – APA's.

O cuidado para evitar um adensamento indesejável poderá ser resolvido pelo estabelecimento de uma baixa densidade em determinada parcela da Zona Urbana, que poderá, inclusive, permitir a aprovação de condomínios urbanísticos ou até loteamentos vinculados a esta baixa densidade. Também a cobrança de um IPTU diferenciado, com alíquota menor para áreas de maior extensão, poderá estimular uma ocupação rarefeita, mesmo em Zona Urbana.

Agrovilas: centro da comunidade rural – Lotes urbanos

Dentro de um projeto de colonização rural (seja público ou privado) temos lotes que podem ser:

parcelas, que se destinam ao trabalho rural do parceleiro, e que deve obedecer ao módulo rural mínimo (art. 65 do Estatuto da Terra ou à fração mínima de parcelamento – FMP, nos termos do art. 8º da Lei nº 5.868, de 12/12/72) ;

lotes urbanos, localizados no centro da comunidade, destinados às residências dos parceleiros, dos demais trabalhadores, e para atividades comerciais, industriais, cooperativas, e demais serviços administrativos necessários.

Tal situação não implica em um parcelamento urbano, que deve estar em zona urbana ou de expansão urbana ou de urbanização específica nos termos da Lei nº 6.766/79.

A Lei nº 4.504, de 30/11/64 – Estatuto da Terra, em seu art.63, assim estabelece:

Art. 63. Para atender aos objetivos da presente Lei e garantir as melhores condições de fixação do homem à terra e seu progresso social e econômico, os programas de colonização serão elaborados prevendo-se os grupamentos de lotes em

núcleos de colonização, e destes em distritos, e associação dos parceiros em cooperativas.

Art. 64. Os lotes de colonização podem ser:

I - parcelas, quando se destinem ao trabalho agrícola do parceiro e de sua família cuja moradia, quando não for no próprio local, há de ser no centro da comunidade a que elas correspondam;

II - urbanos, quando se destinem a constituir o centro da comunidade, incluindo as residências dos trabalhadores dos vários serviços implantados no núcleo ou distritos, eventualmente às dos próprios parceiros, e as instalações necessárias à localização dos serviços administrativos assistenciais, bem como das atividades cooperativas, comerciais, artesanais e industriais.

O Decreto regulamentador do Estatuto da Terra – Decreto Federal nº 59.428, de 27/10/66, nos artigos 8º, 19 e 67, prevê que o núcleo de colonização é integrado por um conjunto de lotes urbanos e rurais, localizados em Zona Rural.

A própria legislação agrária (§ 2º do art.19 do Decreto 59.428/66) prevê que o Município deve disciplinar os lotes urbanos localizados em projetos de colonização rural, o que implica em previsão de índices urbanísticos e submissão às normas edilícias.

Constata-se, pois, que podemos ter lotes urbanos em Zona Rural e, mais ainda, integrantes de um projeto de colonização rural.

Art. 8º Núcleos de Colonização é a unidade fundamental para o estabelecimento de agricultores, baseada na propriedade adequada à região considerada dimensionada na forma do parágrafo único do art. 67 do Estatuto da Terra, e caracterizada por um conjunto de lotes rurais e urbanos, integrados por uma sede administrativa, serviços técnicos e comunitários.

Art. 19. Os lotes de colonização, nos termos e condições estabelecidas neste Regulamento, podem ser:

I - Parcelas - quando se destinarem ao trabalho agrícola do parceiro e de sua família, cuja moradia, quando não for no próprio local, terá de ser no centro, da comunidade a que correspondam.

II - Urbanos - quando se destinarem a constituir o centro da comunidade, incluindo:

a) as residências dos trabalhadores dos vários serviços implantados nos núcleos ou distritos e eventualmente a dos próprios parceiros;

b) as instalações necessárias à localização dos serviços administrativos essenciais, bem como das atividades cooperativas, comerciais, artesanais e industriais;

§ 1º A área das parcelas será determinada quando da elaboração do projeto respectivo de Colonização, em função de sua destinação agrícola, do mínimo de força de trabalho exigido para a construção da propriedade familiar e das condições geo-econômica da região.

§ 2º A área dos lotes urbanos será determinada em função das posturas municipais adotadas para a região, procurando-se, sempre que possível sua adequação ao chamado tipo "para rural", a fim de permitir sua utilização em atividades hortigranjeiras, de caráter doméstico.

Art. 67. O custo de cada parcela será calculado em função dos investimentos necessários à implantação do núcleo, nele se incluindo o preço pago pela desapropriação e o das valorizações resultantes das obras de infra-estrutura incorporadas no respectivo projeto e das benfeitorias específicas para cada parcela.

§ 3º Quando se tratar de aquisição de lote urbano, o promitente comprador também assinará contrato de promessa de compra e venda, no qual, além de outras condições a serem previstas em instruções do IBRA, serão consignadas as seguintes:

- a) obrigação de iniciar a construção do imóvel para residência o instalação de sua atividade profissional no prazo de seis meses a contar da assinatura do contrato;
- b) faculdade de antecipar a liquidação do débito, sem prejuízo de subordinação a condições que forem estabelecidas em benefício da comunidade;
- c) rescisão do contrato no caso de não dar cumprimento ao disposto na alínea "a" deste parágrafo, ressalvados os casos excepcionais a critério da Administração do núcleo;
- d) pagamento de taxas de melhoria por serviços assistenciais que promovam o bem-estar da comunidade;
- e) rescisão do contrato por falta de pagamento das amortizações ressalvados os casos excepcionais a critério da Administração do núcleo.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR e Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU

A Legislação Tributária que trata do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, diferentemente da Legislação Agrária ao conceituar o "imóvel rural", vincula a sua cobrança ao fato do imóvel estar localizado na Zona Rural.

Desta forma, a Lei Federal nº 9.393, de 19/12/96, que "dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, sobre pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária e dá outras providências", determina:

Art. 1º O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, de apuração anual, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do município, em 1º de janeiro de cada ano.

§ 1º O ITR incide inclusive sobre o imóvel declarado de interesse social para fins de reforma agrária, enquanto não transferida a propriedade, exceto se houver imissão prévia na posse.

§ 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se imóvel rural a área contínua, formada de uma ou mais parcelas de terras, localizada na zona rural do município.

§ 3º O imóvel que pertencer a mais de um município deverá ser enquadrado no município onde fique a sede do imóvel e, se esta não existir, será enquadrado no município onde se localize a maior parte do imóvel.

A Lei Federal nº 9.393/96 foi regulamentada pelo Decreto nº 4.382, de 19 de setembro de 2002.

O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, nos termos do art. 32 do Código Tributário Nacional – Lei Federal nº 5.172, de 25/10/66, é cobrado para imóvel localizado na Zona Urbana do Município:

Art. 32. O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

§ 1º Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal; observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§ 2º A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior.

O IPTU é de competência municipal, enquanto o ITR é de competência da União Federal.

A Lei Federal nº 11.250, de 27/12/2005, que regulamenta o inciso III do § 4º do art. 153 da Constituição Federal, permitiu a celebração de convênios da União com os Municípios para delegar as atribuições de fiscalização, lançamento e cobrança do ITR, nos seguintes termos:

Art.1º A União, por intermédio da Secretaria da Receita Federal, para fins do disposto no inciso III do § 4 do art. 153 da Constituição Federal, poderá celebrar convênios com o Distrito Federal e os Municípios que assim optarem, visando a delegar as atribuições de fiscalização, inclusive a de lançamento dos créditos tributários, e de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, de que trata o inciso VI do art. 153

da Constituição Federal, sem prejuízo da competência supletiva da Secretaria da Receita Federal.

§ 1º Para fins do disposto no caput deste artigo, deverá ser observada a legislação federal de regência do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.

§ 2º A opção de que trata o caput deste artigo não poderá implicar redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.

Art. 2º A Secretaria da Receita Federal baixará ato estabelecendo os requisitos e as condições necessárias à celebração dos convênios de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Usucapião de imóvel rural e urbano

Proveniente de *usus* (posse) e *capio, capere* (tomar, adquirir), e significa adquirir pela posse, a Usucapião é a forma originária de aquisição do direito de propriedade, legalmente dada ao possuidor que ocupa áreas de terras – como sendo sua – sem oposição, pelo prazo fixado em Lei, aquisição esta que deverá ser declarada em Juízo.

Imóveis públicos são impedidos de ser adquiridos por usucapião. Somente os imóveis de propriedade particular podem ser adquiridos por usucapião, tanto rurais como urbanos.

Normalmente, a propriedade de um imóvel é adquirida pelo registro em cartório de escritura pública de compra e venda, dação em pagamento, doação, cartas de sentença de arrematação e adjudicação, além de outras. Ainda é possível a aquisição de bens móveis e imóveis através da usucapião, que exige que o ocupante do imóvel acredite-se ser o dono do imóvel e que tenha transcorrido o tempo legal de posse mansa, contínua e sem oposição de quem quer que seja.

A posse deve ser pública e notória, ininterrupta, sem oposição, ostensiva e exercida com a intenção de dono, para que o silêncio do proprietário seja reconhecido como direito do ocupante, sob pena de não gerar direito à usucapião.

A perda da propriedade por usucapião é justificada pela atitude omissa ou negligente em relação ao bem imóvel durante o tempo previsto em Lei e pelo interesse social de regularização de uma situação de fato.

Usucapião Especial Rural

A Usucapião Especial Rural é também conhecida como Usucapião Constitucional Rural ou Pro Labore, e está fundamentada no fato do proprietário não haver dado cumprimento à função social da propriedade.

Para a concessão da Usucapião Especial Rural, de acordo com a Constituição Federal, art. 191, a Lei 6969/81 e o Código Civil em seu artigo 1239, é necessário que a posse seja qualificada de acordo com os requisitos que se seguem:

- o transcurso do prazo de cinco (5) anos sem interrupção;
- o imóvel ter no máximo cinquenta (50) hectares;
- o imóvel estar localizado em Zona Rural;
- o imóvel ter se tornado produtivo pelo trabalho do ocupante e/ou de sua família;
- que o ocupante e/ou sua família resida no imóvel; e,

- que o ocupante não seja possuidor ou proprietário de outro imóvel rural ou urbano.

Usucapião Especial de Imóvel Urbano

O direito de usucapião de imóvel urbano é assegurado para:

- 1) aquele que possuir como sua, área ou edificação urbana de até 250 m², por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural;
- 2) áreas urbanas com mais de 250 m², ocupadas por população de baixa renda para sua moradia, por cinco anos, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, são susceptíveis de serem usucapidas coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel.

As demais regras e considerações estão descritas no item a seguir - instrumentos de Política Urbana.

4.5 INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA

Os instrumentos da Política Urbana são aqueles que visam a estruturação de uma política fundiária que garanta a função social da cidade e da propriedade e são classificados em instrumentos de planejamento, de tributação e jurídicos.

Instrumentos que podem ser aplicados

- planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;
- planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;
- planejamento municipal, em especial:
 - plano diretor;
 - disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo;
 - zoneamento ambiental;
 - plano plurianual;
 - diretrizes orçamentárias e orçamento anual;
 - gestão orçamentária participativa;
 - planos, programas e projetos setoriais;
 - planos de desenvolvimento econômico e social;
- institutos tributários e financeiros:
 - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU;
 - contribuição de melhoria;
 - incentivos e benefícios fiscais e financeiros;
- institutos jurídicos e políticos:
 - desapropriação;
 - servidão administrativa;
 - limitações administrativas;
 - tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano;
 - instituição de unidades de conservação;
 - instituição de zonas especiais de interesse social;
 - concessão de direito real de uso;
 - concessão de uso especial para fins de moradia;
 - parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
 - usucapião especial de imóvel urbano;
 - direito de superfície;
 - direito de preempção;

- outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso;
- transferência do direito de construir;
- operações urbanas consorciadas;
- regularização fundiária;
- assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos;
- referendo popular e plebiscito;
- estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV).

Regras Gerais para aplicação dos instrumentos

- Os instrumentos regem-se por legislação própria, observado o disposto na Lei do Estatuto da Cidade.
- Para implantação de programas e projetos habitacionais de interesse social, desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública, poderá ocorrer a contratação coletiva da concessão de direito real de uso de imóveis públicos.
- Os instrumentos que demandam dispêndio de recursos por parte do Poder Público municipal devem ser objeto de controle social, garantida a participação de comunidades, movimentos e entidades da sociedade civil.

4.6 Considerações sobre instrumentos previstos pelo Estatuto da Cidade – Lei Federal nº 10.257

Parcelamento, Edificação Ou Utilização Compulsórios

Em área específica, incluída no plano diretor, poderá ser determinado o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, sub utilizado ou não utilizado. Para tanto, deve-se fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.

Regras/ considerações:

- O imóvel será considera-se sub utilizado quando o aproveitamento for inferior ao mínimo definido no plano diretor ou em legislação dele decorrente.
- O proprietário será, diretamente, notificado por funcionário do Poder Público Municipal (ou, caso frustrada, por edital publicado três vezes), devendo a notificação ser averbação em cartório de registro de imóveis.
- O prazo mínimo para protocolamento do projeto (após a notificação), é de um ano, e de dois anos para início da obra (após aprovação do projeto).

IPTU Progressivo no Tempo

Em caso de descumprimento das condições e dos prazos previstos no instrumento anterior (parcelamento, edificação ou utilização compulsórios) o Município procederá à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos.

Regras/ considerações:

- valor da alíquota será fixado em lei específica e não poderá exceder a duas vezes o valor referente ao ano anterior, respeitada a alíquota máxima de quinze por cento.

Desapropriação com Pagamento em Títulos

Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.

Regras/ considerações:

- Os títulos deverão ter prévia aprovação pelo Senado Federal e serão resgatados no prazo de até dez anos.
- O valor real da indenização refletirá o valor da base de cálculo do IPTU, descontando obras/ melhorias públicas realizadas após proprietário ter recebido notificação, e não computará expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.

Da Usucapião Especial de Imóvel Urbano

Caso 1. Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até 250 m², por cinco anos, utilizando-a para moradia, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

Regras/ considerações:

- O título de domínio será conferido ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.
- O direito de que trata este artigo não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.
- O herdeiro legítimo continua, de pleno direito, a posse de seu antecessor.

Caso 2 - Áreas urbanas com mais de 250 m², ocupadas por população de baixa renda para sua moradia, por cinco anos, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, são susceptíveis de serem usucapidas coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel.

Regras/ considerações:

- As frações serão distribuídas igualmente, independentemente da dimensão do terreno que cada um ocupe, salvo acordo escrito entre os condôminos;
- O condomínio especial indivisível, não sendo passível de extinção (exceto quando aprovada por 2/3 dos condôminos para urbanização posterior à constituição do condomínio).

Direito de Superfície

O proprietário urbano poderá conceder a outro o direito de superfície do seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis.

- O direito de superfície abrange o direito de utilizar o solo, o subsolo ou o espaço aéreo relativo ao terreno, na forma estabelecida no contrato respectivo, atendida a legislação urbanística.
- A concessão do direito de superfície poderá ser gratuita ou onerosa.

Direito de Preempção

O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.

- Lei municipal, baseada no plano diretor, delimitará as áreas em que incidirá o direito de preempção e fixará prazo de vigência, não superior a cinco anos, renovável a partir de um ano após o decurso do prazo inicial de vigência.

O direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para:

- regularização fundiária;
- execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;
- constituição de reserva fundiária;
- ordenamento e direcionamento da expansão urbana;
- implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;
- criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;
- proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico;

Regras/ considerações:

- A lei municipal deve enquadrar cada área em que incidirá o direito de preempção em uma ou mais das finalidades mencionadas.
- O proprietário deve notificar sua intenção de alienar o imóvel, para que o Município, no prazo máximo de trinta dias, manifeste por escrito seu interesse em comprá-lo.
- A notificação deve ser acompanhada por proposta de compra assinada por terceiro interessado na aquisição do imóvel, da qual constarão preço, condições de pagamento e prazo de validade.
- Município deve publicar, em órgão oficial e em pelo menos um jornal local ou regional de grande circulação, edital de aviso da notificação recebida e da intenção de aquisição do imóvel nas condições da proposta apresentada.
- Se não houver manifestação até o final do prazo previsto, o proprietário pode realizar a alienação para terceiros, nas condições da proposta apresentada.
- Concretizada a venda, o proprietário deve apresentar ao Município, em trinta dias, cópia do instrumento público de alienação do imóvel.
- A alienação processada em condições diferentes da proposta apresentada não é tem efeito legal.
- Se ocorrer o caso previsto no item anterior, o Município pode adquirir o imóvel pelo valor da base de cálculo do IPTU ou pelo valor indicado na proposta apresentada, se este for inferior àquele.

Outorga Onerosa do Direito de Construir

O plano diretor pode fixar áreas nas quais o direito de construir pode ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, desde que o beneficiário apresente alguma contrapartida.

(coeficiente de aproveitamento é a relação entre a área edificável e a área do terreno)

Regras/ considerações:

- O plano diretor pode fixar coeficiente de aproveitamento básico único para toda a zona urbana ou diferenciado para áreas específicas dentro da zona urbana;
- O plano diretor deverá definir os limites máximos a serem atingidos pelos coeficientes de aproveitamento, considerando a proporcionalidade entre a infra-estrutura existente e o aumento de densidade esperado em cada área.
- O plano diretor pode fixar áreas nas quais pode ser permitida alteração de uso do solo, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.
- Lei municipal específica estabelecerá as condições a serem observadas para a outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, determinando:
 - Base de cálculo para a cobrança;
 - Casos de isenção do pagamento da outorga;
 - A contrapartida que o beneficiário deve assumir.

- Os recursos auferidos com a adoção da outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso serão aplicados com as finalidades previstas no instrumento de direito de preempção.

Operações Urbanas Consorciadas

Lei municipal específica, baseada no plano diretor, poderá delimitar área para aplicação de operações consorciadas.

Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.

Podem ser incluídas nas operações urbanas consorciadas:

- a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias, considerado o impacto ambiental delas decorrente;
- a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente.
- A operação urbana consorciada deve ser objeto de lei específica que contenha o plano de operação urbana consorciada, com no mínimo:
 - definição da área atingida;
 - programa básico de ocupação da área;
 - programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação;
 - finalidades da operação;
 - estudo prévio de impacto de vizinhança;
 - contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função da utilização dos benefícios;
 - forma de controle da operação, obrigatoriamente compartilhado com representação da sociedade civil.
- Os recursos obtidos pelo Poder Público serão aplicados exclusivamente na própria operação urbana consorciada.
- A lei relativa à operação urbana consorciada pode prever emissão de certificados de potencial adicional de construção, que serão leiloados ou utilizados diretamente no pagamento das obras da própria operação (de livre negociação, mas conversíveis em direito de construir somente na área da operação).

Transferência do Direito de Construir

Lei municipal, baseada no plano diretor, poderá autorizar o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no plano diretor ou em legislação urbanística dele decorrente, quando o referido imóvel for considerado necessário para fins de:

- implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural;
- servir a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social.

A mesma faculdade poderá ser concedida ao proprietário que doar ao Poder Público seu imóvel, ou parte dele, para esses mesmos fins.

A lei relativa à transferência do direito de construir deve estabelecer as condições em que essa transferência se dará.

Estudo de Impacto de Vizinhança

Lei municipal define os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público municipal.

- O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:
 - adensamento populacional;
 - equipamentos urbanos e comunitários;
 - uso e ocupação do solo;
 - valorização imobiliária;
 - geração de tráfego e demanda por transporte público;
 - ventilação e iluminação;
 - paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.
- Deve ser dada publicidade aos documentos integrantes do EIV, que devem ficar disponíveis para consulta por qualquer interessado.
- A elaboração do EIV não substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA), requeridas na legislação ambiental.

Disposições Gerais

- O Poder Público municipal poderá facultar ao proprietário de área atingida pelo parcelamento, edificação ou utilização compulsórios do solo o estabelecimento de consórcio imobiliário como forma de viabilização financeira do aproveitamento do imóvel.

(No consórcio imobiliário, o proprietário transfere ao Poder Público municipal seu imóvel e, após a realização das obras, recebe, como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.)

- Os tributos sobre imóveis urbanos, assim como as tarifas relativas a serviços públicos urbanos, serão diferenciados em função do interesse social.
- Sem prejuízo da punição de outros agentes públicos envolvidos e da aplicação de outras sanções cabíveis, o Prefeito incorre em improbidade administrativa, quando:
 - deixar de proceder, no prazo de cinco anos, o adequado aproveitamento do imóvel incorporado ao patrimônio público por meio de desapropriação com pagamento de títulos;
 - utilizar áreas obtidas por meio do direito de preempção em desacordo com o disposto em lei;
 - aplicar os recursos auferidos com a outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso em desacordo com o previsto em lei;
 - aplicar os recursos auferidos com operações consorciadas em desacordo com o previsto em lei;
 - impedir ou deixar de garantir os requisitos relativos a promoção participação da sociedade e disponibilidade de consulta à documentação relativa à elaboração do Plano Diretor e fiscalização de sua implementação;
 - deixar de tomar as providências necessárias para garantir a revisão da Lei do Plano Diretor em um prazo máximo de 10 anos ou de sua elaboração no prazo máximo previsto na Lei do estatuto da Cidade;

- adquirir imóvel objeto de direito de preempção pelo valor da proposta apresentada, se este for, comprovadamente, superior ao de mercado.

4.7 Considerações sobre as políticas previstas na Lei Orgânica do Município de Laranjeiras/SE

A Lei Orgânica do Município de Laranjeiras/SE estabelece no seu Capítulo IX, artigos 147a 207, as Políticas Municipais, seus objetivos e diretrizes:

Política de Saúde

Objetivos: universalização do direito à saúde;

Diretrizes: planejar, organizar, gerir, controlar e avaliar as ações e serviços de saúde.

Política Educacional, Cultural e Desportista

Objetivos: universalização do ensino gratuito, valorização do patrimônio histórico, artístico, cultural, paisagístico e ambiental.

Diretrizes: atender prioritariamente o ensino fundamental e aplicar no mínimo 25% de suas receitas na manutenção e desenvolvimento do ensino, proteger obras, objetos, documentos e imóveis de valor histórico, cultural, artístico e paisagístico, inclusive os monumentos arqueológicos da “Pedra Furada” e “Pedra e Gruta da Matriana”, tombados pelo município.

Pela Lei Orgânica, os proprietários de imóveis tombados pelo município ficam isentos de pagamento de IPTU.

Política de Assistência Social

Objetivos: integração do indivíduo ao mercado de trabalho, amparo à velhice e à criança abandonada, inclusão social.

Diretrizes: buscar a participação das associações representativas da comunidade no desenvolvimento de programas sociais.

Política Econômica

Objetivos: promover o desenvolvimento econômico fomentando a iniciativa privada, a geração de emprego, em equilíbrio com o meio ambiente.

Diretrizes: investir em infra-estrutura capaz de atrair, apoiar e incentivar o desenvolvimento de atividades produtivas.

Política Urbana

Objetivo: garantir o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, o bem estar dos habitantes, em consonância com as políticas sociais e econômicas do município.

Diretrizes: elaboração do Plano Diretor, com a participação das entidades representativas das comunidades, promoção da melhoria das condições de moradia da população carente, promoção de programas de saneamento e de educação sanitária, oferta de serviços de transporte público de qualidade.

Política Rural

Objetivos: fixação do homem no campo, com padrão de vida digno e diminuição das discrepâncias entre zona urbana e rural.

Diretrizes: estabelecer planos, programas e projetos agrícolas em parceria com o Estado e a União, estabelecer normas com vistas à preservação ambiental, priorizar o apoio ao pequeno produtor.

Política do Meio Ambiente

Objetivo: assegurar o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado e saudável.

Diretrizes: planejar, controlar e fiscalizar atividades causadoras efetivas ou potenciais de alterações significativas ao meio ambiente, promover o zoneamento municipal, fazer cumprir a legislação vigente.

Cada uma dessas políticas, objetivos e diretrizes deverão ser contemplados pela Lei do Plano Diretor.

5 TEMAS PRIORITÁRIOS E LINHAS ESTRATÉGICAS

De forma coerente com as leituras comunitárias e técnicas realizadas no âmbito do desenvolvimento do Plano Diretor Participativo de Laranjeiras, foram identificadas as seguintes linhas estratégicas e estratégias para o desenvolvimento sustentável do município:

L1. INTERCÂMBIO E PARCERIAS COM ARACAJU E MUNICÍPIOS VIZINHOS

Efetivação de parcerias e atuação consorciada com os demais municípios do Pólo Costa dos Coqueirais em geral e com Aracaju, em especial visando a conjugação dos esforços e o alcance de resultados efetivos na constituição do eixo complementar de turismo cultural priorizando a elaboração e implantação do Plano Diretor de Transportes Intermunicipal priorizando:

- Ligação ferroviária entre Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, Aracaju, São Cristóvão e Itaporanga D'Ajuda;
- Terminal de integração – Aracaju, Laranjeiras, Riachuelo, São Cristóvão, Socorro, Maruim, Rosário e Itaporanga;

L2. PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DA CULTURA LOCAL E DO AMBIENTE CONSTRUÍDO

Priorização do incentivo financeiro e apoio aos grupos folclóricos locais (em detrimento dos grupos folclóricos de outras localidades);

Promoção da instalação de uma estrutura física que abrigue os grupos folclóricos (ensaios e apresentações);

Incentivo à realização de apresentações sistemáticas ao longo do ano com a elaboração e implementação de um calendário de eventos;

Promoção de campanhas de educação patrimonial/cultural visando a internalização de valores e práticas relativos à preservação do patrimônio tombado e incremento da identidade cultural na população local;

Estruturação da Prefeitura objetivando a gestão das intervenções no espaço urbano (emissão de alvará de construção, etc), de maneira a prevenir a descaracterização do patrimônio edificado.

Capacitação da mão-de-obra local para atuar nas obras de manutenção e restauro das edificações tombadas.

L3. RESGATE E MONITORAMENTO CONTÍNUO DA QUALIDADE AMBIENTAL

Promoção de ações de recuperação do rio Cotinguiba (desassoreamento e qualidade da água);

Contenção do desmatamento e da ocupação indevida de áreas de proteção ambiental.

Recuperação das áreas de proteção permanente, degradadas ou suscetíveis de degradação, em especial áreas de mananciais, matas ciliares, mangues e áreas de mata Atlântica.

Definição e implantação de políticas públicas municipais voltadas para as questões ambientais.

Construção de parcerias entre município, IBAMA, ADEMA e indústrias para recuperação e monitoramento ambiental;

Adequação da estrutura do poder público municipal para a gestão ambiental;

Busca de alternativas às atividades industriais causadoras de significativo impacto ambiental, incentivando a implantação de medidas mitigadoras (lançamento de resíduos, produção de ruídos, queimadas e outros);

Priorização da educação ambiental e sanitária, abrangendo todos os grupos sociais e as diferentes faixas etárias, com ênfase para os alunos da Educação Básica - ensino fundamental e médio, visando a internalização de novos valores e práticas comunitárias relativos à preservação do ambiental e à saúde pública.

L4. PRIORIZAÇÃO DO SANEAMENTO AMBIENTAL

Expansão e implantação de melhorias no sistema de captação e tratamento de água na sede e povoados, de forma a ofertar água potável de qualidade;

Ampliação da capacidade dos reservatórios e implantação de melhorias no sistema de distribuição de água na sede e povoados, em quantidade e frequência condizentes com a demanda;

Implantação na sede e povoados de redes coletoras e estações de tratamento de esgoto sanitário;

Implantação de sistema de drenagem pluvial na sede do município e nos povoados concomitantemente à pavimentação do sistema viário;

Fiscalização das ligações clandestinas de esgoto na rede de drenagem;

Expansão e implantação de melhorias no sistema de coleta, disposição e tratamento de lixo na sede e povoados, incluindo:

- O aprimoramento do serviço de limpeza pública de forma a promover a adequada disposição final dos resíduos provenientes das áreas urbanas, eliminando a deposição de lixo em terrenos baldios e vias públicas;
- A implantação de aterro sanitário em área a ser indicada por meio de estudos e projetos;
- A adoção de processo eficaz de coleta de resíduos nas áreas urbanas, atendendo a totalidade da demanda;
- A implantação gradativa da coleta seletiva e da reciclagem, acompanhadas de ações complementares de divulgação e sensibilização da população;
- A adoção de medidas que minimizem ou eliminem a prática da queima indiscriminada de resíduos em áreas urbanas e rurais.

L5. PROMOÇÃO DO DIREITO À SAÚDE E EDUCAÇÃO

Expansão e melhoria da qualidade dos serviços de saúde ofertados no município, com prioridade para os de atenção básica prestados por profissionais residentes no município e preparados para o exercício de suas funções;

Articulação entre o sistema local e os municípios da região, tendo em vista a suplementação do atendimento em saúde, principalmente quanto aos serviços hospitalares e atendimento especializado;

Atenção prioritária para a coleta e armazenamento de materiais para exames;

Promoção da organização do Conselho Municipal de Saúde;

Promoção da reabertura do hospital;

Implantação do Posto de Saúde 24 horas (posto centralizado de saúde aberto 24 horas).

Criação de um centro de referência para portadores de necessidades especiais e dependentes químicos

Capacitação de professores para a prática de atividades voltadas para o desenvolvimento da ética e cidadania

Incentivo ao desenvolvimento de práticas desportivas, abrangendo todos os grupos sociais e as diferentes faixas etárias, com ênfase para os alunos da Educação Básica - ensino fundamental e médio, visando a internalização de noções de disciplina, espírito de equipe e outras, que a prática desportiva proporciona.

L6. INCENTIVO ÀS AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, COM EMPENHO EFETIVO DE BUSCA DE RECURSOS PARA RESGATE DO PATRIMÔNIO

Articulação com os grandes empreendimentos estabelecidos no município, em especial a PETROBRAS, e estabelecimento de parcerias visando carrear recursos e iniciativas para a recuperação ambiental e do centro histórico.

Articulação com os níveis federal e estadual de governo e estabelecimento de parcerias com outros municípios da região visando carrear recursos e iniciativas priorizando:

- Manutenção e restauro do patrimônio tombado;
- Revitalização dos museus existentes;
- Construção de um museu do mangue em Maruim;
- Resgate e fortalecimento de grupos de teatro e demais grupos locais;
- Parceria com grupos teatrais da região;
- Arranjos para que as igrejas em permaneçam abertas todos os dias da semana;

Promoção de atividades e roteiros turísticos que considerem as potencialidades específicas de Laranjeiras e a complementaridade com os produtos ofertados pelos demais municípios da região.

Fortalecimento da identidade cultural e da auto-estima do cidadão de Laranjeiras, prioritariamente resgatando a cultura local por meio da promoção e incentivo às manifestações culturais, folclóricas e religiosas;

Resgate da origem culinária do município com a busca do conhecimento dos hábitos alimentares tradicionais;

Inclusão da cultura local nos projetos pedagógicos das escolas, abrangendo todos os grupos sociais e as diferentes faixas etárias, com ênfase para os alunos da Educação

Básica - ensino fundamental e médio, visando a internalização de valores e práticas relativos à preservação dos grupos folclóricos e das manifestações culturais locais.

Incentivo ao empreendedorismo e promoção da capacitação de empreendedores locais, notadamente no campo do turismo cultural, sustentável, de base comunitária.

Valorização e incentivo aos empreendimentos turísticos liderados por cidadãos residentes em Laranjeiras, concernentes à cadeia produtiva do setor e que privilegiem a geração de empregos para a comunidade local.

Promoção da expansão e fortalecimento do comércio local, para atendimento à demanda do turismo e da população local, que, com a consolidação das atividades econômicas e melhor renda, passa a ter maior poder de consumo.

Incentivo a atividades artísticas e de artesanato para geração de rendas alternativas, por meio de cooperativas de artistas e artesãos.

Observação: durante a oficina realizada sobre Temas Prioritários e Linhas Estratégicas foi citada a necessidade de “formatação do grande projeto entre Portugal e Espanha no tocante ao patrimônio arquitetônico e cultural do município”, voltado para a sustentabilidade da preservação da cultura do município. No entanto, até o momento não houve maiores esclarecimentos relativos ao assunto.

17. REFORÇO DA MOBILIDADE E COMUNICAÇÃO INTRAMUNICIPAL

Articulação com os níveis federal e estadual de governo e estabelecimento de parcerias com outros municípios da região visando carrear recursos e iniciativas para a melhoria dos serviços de telecomunicações, rádio comunitária e recursos de tecnologia da informação.

Organização e disciplinamento e melhoria do transporte público coletivo municipal, de forma a promover a qualidade dos serviços prestados bem e adequá-los às necessidades da população, na ligação entre a sede e os povoados.

Implantação de melhorias na conservação/manutenção da malha rodoviário do município;

Adoção dos recursos da tecnologia de informação como meio essencial de acesso à informação.

Criação e implantação de mecanismos de comunicação visando intensificar a interação e o diálogo entre o poder executivo municipal e a população.

18. FORTALECIMENTO DOS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR

Implantação das condições necessárias para o exercício do planejamento, do controle, do monitoramento e da avaliação de resultados relativos à gestão municipal participativa, incluindo o acompanhamento e a atualização constante do Plano Diretor de Participativo do município.

Institucionalização dos instrumentos legais e das condições funcionais necessárias à efetiva regulação e fiscalização dos serviços públicos, com ênfase no controle e fiscalização do uso e ocupação do solo e da arrecadação tributária municipal.

Ampliação e intensificação da interação e de parcerias com o poder público federal, governo estadual e iniciativa privada, tendo em vista a consecução dos objetivos e metas de desenvolvimento municipal e o bem-estar da população local, em especial os grupos menos favorecidos e em situação de risco social.

Implantação das condições estruturais e de organização e modernização da administração municipal que possibilitem o desempenho efetivo dos papéis e competências dos órgãos públicos.

Adequação quantitativa e qualitativa dos recursos humanos da administração pública.

Promoção da capacitação e do aperfeiçoamento do quadro gerencial e técnico do poder executivo municipal.

Adoção dos recursos da tecnologia de informação como meio essencial para o exercício da gestão municipal de qualidade.

Aperfeiçoamento e melhoria do desempenho da administração municipal no que diz respeito à gestão financeira, visando o planejamento, o equilíbrio das finanças públicas, o aumento da arrecadação e a contenção da evasão de divisas e da inadimplência.

Incentivo à estruturação e ao fortalecimento das organizações não-governamentais representativas dos interesses da coletividade municipal, de forma a desenvolver competências para o exercício da gestão municipal participativa.

Incentivo à criação e ao fortalecimento institucional de entidades sociais e associações comunitárias, de forma a estabelecer competências para o exercício do controle social e da participação na gestão municipal (orçamento participativo).

Definição e implantação de política municipal de promoção social voltada para a população de baixa renda, de forma a permitir o resgate da cidadania, a participação e inserção social e o estabelecimento de condições para uma vida digna e cidadã.

L9. FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA CAPACITADA

Abertura de oportunidades de acesso dos cidadãos do município à educação profissional para suprir as necessidades do mercado local do turismo, da indústria, e das demais atividades econômicas vocacionadas no município, de forma a promover a geração de emprego e renda.

Implantação de melhorias no sistema de educação básica, com ênfase na qualidade do ensino, na expansão da oferta de ensino médio e na qualificação e valorização do corpo docente municipal.

Oferta de oportunidades de Educação de Jovens e Adultos em todo o município e em todas as faixas etárias, por meio da rede de ensino municipal e estadual, priorizando as atividades de alfabetização.

Estabelecimento de parcerias com entidades de educação profissional de nível tecnológico e técnico e de formação inicial e continuada de trabalhadores para capacitação e aperfeiçoamento de profissionais para o mercado de trabalho atual e potencial de Laranjeiras.

L10. GESTÃO DO ESPAÇO URBANO DE QUALIDADE GARANTINDO DIREITO À SEGURANÇA, HABITAÇÃO, ESPORTE E LAZER

Combate à violência por meio da inclusão social e da reestruturação das delegacias existentes, promovendo:

- criação de novas delegacias e postos policiais nos demais povoados;
- criação da polícia comunitária municipal
- capacitação da polícia comunitária municipal

Implantação de melhorias na qualidade das habitações, com ênfase na qualidade de vida nos conjuntos habitacionais existentes (saneamento ambiental, equipamentos de

educação, saúde, esportes e lazer), na expansão da oferta de habitações e na qualificação e valorização da população a ser beneficiada pelos programas habitacionais.

Adoção medidas voltadas para o acesso à habitação e melhoria das unidades habitacionais existentes, dirigidas à população de baixa renda e em risco social.

Incentivo à recreação, ao lazer e à prática de esportes pela população local, na sede e povoados, e implantação e manutenção de espaços e equipamentos correlatos.

Priorização da construção de um centro poliesportivo e da implantação de uma área de lazer na orla do rio Cotinguiba.

L11. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Articulação e entendimentos com organismos da esfera federal visando a promoção de estudos técnicos e jurídicos, a tomada de decisões e a implantação de medidas para regularização fundiária e titulação dos ocupantes do território municipal.

Provimento de subsídios ao alcance do município para a efetivação do processo de regularização fundiária, incluindo a elaboração de planta cadastral das áreas urbanas.

L12 DELIMITAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS

Definição do perímetro urbano e qualificação, por seu ordenamento, da sede do município, de forma a induzir o adensamento da malha urbana e promover a melhoria dos serviços e da gestão urbana, respeitando as características físicas e os traços culturais locais e diferenciando as atividades urbanas e aquelas tipicamente rurais;

Implantação de mecanismos e instrumentos legais para regulamentação e controle dos usos e da ocupação do solo urbano;

Implantação do anel viário na sede municipal, objetivando o desvio do tráfego pesado do centro histórico;

Hierarquização e melhoria do sistema viário e reordenamento do tráfego nas áreas urbanas;

Recuperação e preservação da vegetação das elevações do entorno do centro histórico, visando a preservação da paisagem;

Implantação, recuperação e manutenção de equipamentos urbanos voltados para o bem estar e para a mobilidade do cidadão.

Adoção de medidas de ordenamento e controle da expansão urbana.

Fiscalização da aplicação das normas urbanísticas e edículas, assim como orientação para a construção e melhoria das edificações.

6 DIRETRIZES PARA A POLÍTICA URBANA DO MUNICÍPIO

Em conformidade com as questões apontadas nas leituras comunitárias e técnicas.

6.1 Ordenamento territorial

O ordenamento territorial tem como objetivo organizar o uso e a ocupação do solo de maneira a promover a sustentabilidade do município no desempenho das suas funções sociais, econômicas e ambientais.

O Plano Diretor de Laranjeiras não prevê a criação de nenhuma unidade de conservação, tendo em vista os instrumentos legais existentes para proteção dos sistemas mais frágeis como os mangues, matas ciliares em geral e remanescentes de mata Atlântica. Apenas na área urbana, como medida de proteção da paisagem do Centro Histórico, serão definidas Áreas de Preservação da Paisagem.

O macrozoneamento do município, portanto, será constituído por Zona Rural e Zona Urbana.

A Zona Rural será dividida em dois tipos: Zona Rural de Uso Intensivo e Zona Rural de Uso Controlado.

Farão parte da Zona Rural de Uso Intensivo, as culturas de cana e outras culturas de grande porte, consolidadas, localizadas na área oeste do Município, conforme indicado no mapa do macrozoneamento anexo.

A Zona Rural de Uso Controlado será constituída das áreas de maior fragilidade ambiental localizadas na parte leste do município. Ver mapa do macrozoneamento. Na Zona Rural de Uso Controlado estarão inseridas as chácaras existentes nas proximidades do Conjunto Manoel do Prado Franco, a maioria dos corpos hídricos que drenam a área do município, as áreas de mangue e as áreas remanescentes de mata Atlântica. As diretrizes para a Zona Rural de Uso Controlado são de desenvolvimento de agricultura diversificada, em pequenas e médias propriedades, preferencialmente sem a utilização de agrotóxicos.

A delimitação entre a Zona Rural de Uso Intensivo e a Zona Rural de Uso Controlado será feita pela ferrovia e pela rodovia SE-429, de maneira a facilitar o seu controle pela municipalidade.

A Zona Urbana, definida pelo Perímetro Urbano será constituída da sede municipal propriamente dita (Centro Histórico, Comandaroba, Machado, Conjunto Manoel do Prado Franco) estendendo-se de um lado ao longo da rodovia Valter Franco até a BR-101, englobando Pastora e do outro lado, ao longo da rodovia SE-429, ultrapassando a BR-101 e englobando toda a localidade de Pedra Branca.

A área urbana, constante do mapa em anexo, será definida considerando alguns aspectos particulares do município de Laranjeiras:

- a necessidade de preservação do Centro Histórico;
- a necessidade de expansão da sede municipal;
- a importância das rodovias, não apenas como ligação, mas como elementos indutores da expansão da malha urbana.
- a tendência natural de crescimento ao longo da BR-101, dos aglomerados localizados junto à rodovia, em especial, Pedra Branca;
- a necessidade de controle da expansão de Pedra Branca em direção às plantas industriais instaladas (FAFEN e distribuidoras da Petrobras e White Martins) incentivando seu crescimento em direção à Sede e não ao longo da BR-101,

possibilitando, por um lado, a sua consolidação como centro de apoio rodoviário e por outro, a permanência das atividades de aqüicultura ao longo do rio;

Estas características apontam para a tendência de crescimento dos três aglomerados urbanos (Sede, Pastora e Pedra Branca), ao longo das rodovias, sugerindo a definição do perímetro proposto.

A definição da linha de perímetro seguirá por elementos (cercas, ferrovias e outros) existentes, de maneira a permitir que a municipalidade exerça o controle sobre o crescimento da cidade.

6.2 Sistema viário municipal

O sistema viário do município de Laranjeiras é composto pelo sistema ferroviário, rodoviário e pelo sistema viário urbano.

Sistema ferroviário

É composto pela linha férrea que liga Salvador a Recife, passando pelo município de Laranjeiras. Atualmente nessa linha só trafegam composições de carga, mas de acordo com as diretrizes do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Sustentável de Sergipe – PDITS-SE/2005, a linha deverá complementar o sistema de transportes de turistas do estado, fazendo também o transporte de passageiros.

Sistema rodoviário

O sistema rodoviário do município de Laranjeiras é constituído pelas estradas federais, estaduais e municipais localizadas na área rural, articuladas entre si. O sistema rodoviário municipal deverá ser complementado pela finalização da pavimentação do anel viário (Linha Verde), ligando a rodovia Valter Franco à SE-429.

Ao longo das rodovias deverão ser respeitadas as respectivas faixas de domínio:

- BR-101 – 70,00m (setenta metros) - 35 metros para cada lado, a partir do eixo da rodovia;
- SE-429 – 22,00m (vinte e dois metros) - onze metros para cada lado, a partir do eixo da rodovia;
- SE-429 (trecho conhecido como rodovia Valter Franco) – 22,00m (vinte e dois metros) – onze metros para cada lado, a partir do eixo da rodovia;
- Rodovias municipais – 20,00m (dez metros para cada lado a partir do eixo da via).

As pistas de rolamento das rodovias municipais deverão ter largura mínima de 6,00m (seis metros). Mesmo que as pistas de rolamento e acostamentos não ocupem, a largura total da faixa de domínio, a área livre restante, em cada um dos lados do leito da estrada, deverá ficar reservada para futuros alargamentos, passagem de infraestrutura, implantação de ciclovias e outras demandas que possam surgir ao longo do tempo.

Ao longo das rodovias federais e estaduais, em consonância com a Lei 6.766/79, deverão ser mantidas livres as respectivas faixas de domínio acrescidas de uma faixa de 15 (quinze) metros de cada lado para passagem de redes elétricas, dutos e outros sistemas de infraestrutura.

Sistema viário urbano

O sistema viário urbano é um dos elementos estruturadores do espaço urbano e tem por objetivo:

- garantir a circulação de pessoas e bens no espaço urbano, de forma cômoda e segura;

- possibilitar a fluidez adequada do tráfego;
- garantir o transporte, em condições adequadas de conforto;
- atender às demandas do uso e ocupação do solo;
- permitir a adequada instalação das redes aéreas e subterrâneas dos serviços públicos;
- permitir a criação de eixos de interligação entre bairros,

Compõe o sistema viário urbano:

- a) **via arterial** - destinada a atender ao tráfego direto, em percurso contínuo;
- b) **vias coletoras** - destinadas a coletar e distribuir o tráfego entre as vias arteriais e locais;
- c) **vias locais** - destinadas a permitir o acesso às áreas de uso predominantemente residencial ou de uso restrito.

Na Zona Urbana de Laranjeiras, será considerada via arterial a rodovia BR-101 nos trechos que interceptam o perímetro urbano.

Na Zona Urbana de Laranjeiras serão consideradas vias coletoras:

- a rodovia SE-245 em Pedra Branca;
- a rodovia SE-429 em toda a sua extensão, ou seja, o trecho que liga Pedra Branca ao anel viário, o anel viário (Linha Verde) que desvia o tráfego pesado do Centro Histórico e a sua continuação como rodovia Valter Franco;
- as ruas da Comandaroba, José Prado Franco, Jackson Figueiredo, Umbelina Monteiro;
- as avenidas do Contorno Norte e Rotary.

As demais vias serão consideradas locais.

6.3 Instrumentos de política urbana

De acordo com a legislação federal, estadual e municipal, o Poder Público Municipal de Laranjeiras deverá utilizar os seguintes instrumentos para a implementação da política de desenvolvimento sustentável:

a) de planejamento:

- Plano Diretor;
- Plano Plurianual - PPA;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual – LDO/ LOA;
- Planos, programas de ação e projetos setoriais;
- Disciplinamento do parcelamento, do uso e da ocupação do solo urbano;
- IPTU progressivo no tempo;
- Direito de Preempção;
- Sistema de gestão municipal;
- Limitação administrativa;
- Direito de preempção;
- Concessão de direito real de uso;
- Transferência do direito de construir;

- Operações Urbanas Consorciadas;
- Regularização fundiária.

b) tributários:

- Imposto Predial e Territorial Urbano Diferenciado - IPTU;
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS
- Contribuição de Melhoria.

A implementação da política de desenvolvimento será feita por meio da utilização isolada ou combinada dos instrumentos disponíveis.

Ressalta-se que as leis de Diretrizes Orçamentárias - LDO, do Orçamento Anual - LOA e o Plano Plurianual - PPA, deverão observar as linhas estratégicas e programas de ação estabelecidos pelo Plano Diretor Participativo do Município de Laranjeiras e planos e programas decorrentes.

6.4 Zoneamento da área urbana

Constituem fatores a serem considerados no estabelecimento do zoneamento da área urbana de Laranjeiras: o centro histórico tombado pelo IPHAN, as ocupações dispersas ao longo das vias de acesso, em especial Pedra Branca e Pastora, as questões ambientais relacionadas com o processo de industrialização do município, além da situação fundiária bastante precária.

Considerando os aspectos apresentados anteriormente, a Zona Urbana de Laranjeiras deverá ser constituída dos seguintes segmentos:

- Zona Urbana de Uso Controlado;
- Zona Urbana de Consolidação;
- Zona Urbana de Dinamização;
- Zona Urbana de Expansão Residencial; e,
- Zona Urbana de Preservação Ambiental.

Zona Urbana de Uso Controlado

A Zona Urbana de Uso Controlado inclui a área inserida no perímetro tombado pelo IPHAN e o seu entorno imediato, conforme indicado no mapa anexo. Nesta Zona estão inseridas três áreas especiais:

- Centro Histórico - constituído pela área inserida no perímetro de tombamento;
- Área de Turismo e Lazer – constituída pela orla do rio Cotinguiba; e,
- Área de Preservação da Paisagem e Lazer – constituída pelas encostas que compõem a paisagem do Centro Histórico.

Na Zona Urbana de Uso Controlado deverá ser permitido uso misto comercial varejista, de serviços e residencial em todas as edificações, compatível com o caráter turístico da área. Usos como depósitos de materiais de construção, depósitos de bebidas, comércio atacadista, postos de gasolina e outros que promovem tráfego de veículos pesados, grandes áreas de estocagem ou constituem atividades poluidoras deverão estar localizados, preferencialmente, em Zona Urbana de Dinamização (áreas próximas ao anel viário ou às rodovias).

Todo processo de licenciamento de obras e atividades na Zona Urbana de Uso Controlado deverá, obrigatoriamente, ser aprovado pelo IPHAN/SE.

Área de Turismo e Lazer

As áreas localizadas nos fundos de lotes voltadas para o rio Cotinguiba deverão ser mantidas não edificadas e utilizadas, **após o saneamento do rio**, como áreas de lazer e turismo ao ar livre. As edificações ali existentes deverão ser preferencialmente ocupadas com pousadas, restaurantes e similares, e os quintais poderão ser utilizados como área de contemplação e lazer, com quiosques, mesinhas ao ar livre, etc.

Área de Preservação da Paisagem e Lazer

As elevações onde estão localizadas as igrejas do Bonfim e dos Navegantes, bem como a encosta que separa o conjunto Manoel Franco do Centro Histórico deverão ser mantidas como áreas de preservação da paisagem, turismo e lazer, livres de edificações, como garantia de manutenção das características da paisagem do núcleo urbano original.

Zona Urbana de Consolidação

A Zona Urbana de Consolidação deverá ser constituída pelas áreas já edificadas localizadas fora da Zona Urbana de Uso Controlado constituída pelo Conjunto Manoel Franco e pelas localidades de Comandaroba, Machado, Gameleiro, Salinas, Pedra Branca e Pastora (incluindo a ligação Pastora – Centro Histórico), que deverão ser desenvolvidas como núcleos de centralidade de cada localidade, respeitando as características específicas de cada uma.

Comandaroba, Machado e Gameleiro: localidades com características residenciais pouco adensadas que não demandam ações de adensamento nem verticalização onde deverá ser mantida a escala atual de residências unifamiliares e comércio de apoio ao uso residencial.

Conjunto Manoel do Prado Franco: conjunto habitacional que concentra grande número de população, localizado próximo à rodovia SE-429, junto à interseção do anel viário com a rodovia, onde estão localizados equipamentos institucionais de porte médio. Nas áreas mais próximas ao anel viário e à rodovia deverá ser incentivada a criação de um centro de comércio e serviços mais adensado e verticalizado que possibilite a transferências de atividades existentes na Zona Urbana de Uso Controlado, incompatíveis com as atividades de turismo e lazer. Para a área do conjunto, deverão ser indicadas ações no sentido de se definir melhor os espaços públicos de uso comum (praças, caixa de vias, calçadas, delimitação dos lotes, calçadas, áreas para estacionamento, etc.)

Pedra Branca: apresenta características tanto de entreposto de transporte rodoviário e comercial de apoio à rodovia ao longo da BR-101, como residencial de apoio à aqüicultura nas proximidades do rio. As atividades relacionadas com a aqüicultura deverão ser consolidadas mantendo-se a escala local de baixa densidade, residencial unifamiliar, comercial e de serviços de apoio à residência e à aqüicultura.

As atividades relacionadas com o transporte rodoviário e de comércio e serviços de apoio à rodovia deverão ser transferidas para a Zona Urbana de Dinamização, ao longo da rodovia SE-429.

Pastora: localidade onde predominam os usos residencial, comercial de apoio à residência e de serviços, onde deve ser consolidado o seu crescimento ao longo da rodovia Valter Franco, em direção ao Centro Histórico.

Zona Urbana de Dinamização

A Zona Urbana de Dinamização é constituída de áreas com pouca ou nenhuma ocupação, inseridas no perímetro urbano, onde deve ser incentivado o adensamento dos usos comercial, industrial de pequeno e médio porte e de serviços.

Áreas representadas por faixas com largura aproximada de 200,00m (duzentos metros) ao longo da SE-429, no trecho ente Pedra Branca e o Conjunto Manoel do Prado Franco, em torno da interseção do Anel Viário com a referida rodovia e ao longo do trecho do anel Viário que intercepta o Conjunto.

Para a Zona Urbana de Dinamização deverão ser definidas diretrizes no sentido de se promover os seguintes aspectos:

- Uso do Solo – Uso misto com restrições ao uso residencial e predominância dos usos comercial, industrial de pequeno e médio porte e de serviços especiais, abrigando, preferencialmente, médios empreendimentos.
- Ocupação do Solo – Ocupação de média densidade, baseada em modelos com taxas médias de ocupação, índices de aproveitamento e gabarito restringindo as edificações a dois pavimentos.
- Parcelamento do Solo – Parcelamento em lotes médios e grandes, com as áreas públicas (vias, calçadas, praças, estacionamentos, etc.) definidas pelos percentuais conforme legislação federal, nas quais a distribuição deverá privilegiar as áreas verdes e áreas públicas institucionais.
- Meio Ambiente Urbano – Área com percentual de áreas verdes públicas compatível com o uso do solo, sujeita a severas exigências de gestão de resíduos.

Zona Urbana de Expansão Residencial

A Zona Urbana de Expansão Residencial é constituída de área inserida no perímetro urbano com baixa ou nenhuma ocupação. Para essas áreas deverão ser considerados os seguintes aspectos:

- Uso do Solo – Uso misto com predominância do uso residencial, admitindo as atividades de comércio, serviços e pequeno artesanato, com características locais, abrigando pequenos empreendimentos.
- Ocupação do Solo – Ocupação de média densidade, baseada em modelos com taxas médias de ocupação, índices de aproveitamento e gabarito restringindo as edificações a dois pavimentos.
- Parcelamento do Solo – Parcelamento em lotes médios e pequenos, com o percentual de áreas públicas (praças, calçadas, vias, equipamentos públicos, etc.) definido conforme legislação federal, nas quais a distribuição deverá privilegiar as áreas verdes e áreas públicas institucionais.
- Meio Ambiente Urbano – Área com elevado percentual de áreas verdes públicas, restrito a implantação de atividades de alto e médio impacto de vizinhança e sujeitas a severas exigências de gestão de resíduos.

Zona Urbana Industrial

A Zona Industrial de Laranjeiras é constituída pelas áreas ocupadas pelas indústrias instaladas no município que, por definição estão inseridas em Zona Urbana.

No caso específico das plantas industriais existentes em Pedra Branca, inseridas no perímetro urbano, a abrangência do uso industrial foi estendida até a rodovia, com o objetivo de ser desestimulado o uso residencial no entorno mais próximo às indústrias, tendo em vista a incompatibilidade entre uso residencial e uso industrial de grande porte.

Zona Urbana de Preservação Ambiental

São as áreas inseridas no perímetro urbano ou contíguas, constituídas por Áreas de Preservação Permanente – APPs e as áreas que apresentam risco de deslizamento ou de inundação e que por isso não podem ser edificadas. Algumas delas poderão receber elementos urbanísticos e paisagísticos, habilitando-as ao uso para lazer, desde que seja mantida a cobertura vegetal.

7 ANEXOS

ANEXO 1 - METODOLOGIA

INTRODUÇÃO

O presente documento apresenta o marco teórico da metodologia utilizada para elaboração do Plano Diretor Participativo de Laranjeiras/SE.

METODOLOGIA

A metodologia de realização dos trabalhos formulada na Proposta Técnica apresentada pela Technum Consultoria, adotou os parâmetros definidos pelo Termo de Referência do processo de licitação.

Processo de Mobilização da População

O Estatuto da Cidade, aprovado por Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001, regulamenta as diretrizes gerais da política de desenvolvimento urbano dos municípios brasileiros.

Entre muitos de seus princípios, diretrizes e instrumentos, destacam-se uma série vinculados à preocupação com a gestão democrática do Plano Diretor, estruturados em torno do princípio da participação dos atores envolvidos no processo de elaboração e monitoramento de sua implementação. Assim, com base no parágrafo único do artigo 1º, combinado com o artigo 29, inciso XII, da Constituição Federal, o direito à participação popular se transforma em requisito constitucional para a instituição do Plano Diretor e a fiscalização de sua implementação tanto no âmbito do Executivo Municipal quanto da Câmara de Vereadores.

O planejamento participativo, que têm seu embasamento filosófico ancorado no planejamento estratégico, tem como elemento obrigatório a participação popular em todas as suas fases, o que pressupõe a adoção de mecanismos de controle popular para as ações do Executivo e do Legislativo, devendo ser compreendido como um processo resultante de práticas de cidadania voltadas para eliminar as desigualdades sociais e os obstáculos para efetivação do direito à cidade.

Incorporando esta concepção de planejamento participativo/estratégico prevista no texto constitucional, o Estatuto da Cidade aponta uma série de mecanismos formais de participação técnica e popular no Plano Diretor.

O parágrafo 4º do artigo 40 do Estatuto da Cidade, no processo de elaboração do Plano Diretor e na fiscalização de sua implementação estabelece que os Poderes Executivo e Legislativo municipais garantirão:

- a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidades;
- a publicidade quanto aos documentos e informações produzidas; e
- o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.

O respeito ao direito à participação significa o estabelecimento de mecanismos de participação para todas as fases do processo do Plano Diretor, desde o direito de iniciativa popular de apresentação de propostas e emendas ao plano, de audiências públicas como requisito obrigatório, de consultas públicas por meio de referendo ou plebiscito mediante a solicitação da comunidade.

As experiências de elaboração e implementação de Planos Diretores, ainda bastante escassas nos municípios brasileiros, mostraram que assim como colocada, a questão de participação dos atores envolvidos no processo merece uma série de considerações no sentido de especificar, desdobrar, detalhar, etc. os momentos mais adequados, as formas, os objetivos da participação, as dinâmicas de participação, as formas de

representatividade das diferentes instâncias, a relação conceitual e o “timing” entre a dinâmica participativa e as etapas substantivas de elaboração e implementação do plano, as necessidades de “internalizar” conhecimentos e experiências quando a elaboração do plano é basicamente estruturada a partir de consultorias externas, etc.

Da organização geral da dinâmica de participação

As experiências citadas mostraram que é muito importante discriminar os diversos níveis de participação, seja por parte das equipes técnicas ou de participação popular.

Grupo de Coordenação

É o órgão responsável pelo processo de elaboração e implementação do Plano Diretor, integrado pelo promotor do Plano Diretor e por entidades sócio-econômicas mais representativas e que aceitem participar, “dirigir” e corresponsabilizar-se pela execução do Plano Diretor.

O Grupo de Coordenação, que deve ser paritário entre o setor público e privado, deve ter como seus participantes os dirigentes máximos das instituições, ou seus representantes credenciados, com capacidade de decidir e com tempo formalmente liberado para participar dos trabalhos, devendo:

- dirigir o processo de elaboração e implantação do Plano Diretor;
- elaborar, debater e aprovar os documentos: diagnóstico, cenários, visão estratégica, objetivos estratégicos e descrição das estratégias;
- propor a “aprovação” do Plano Diretor;
- estabelecer os sistemas de acompanhamento e monitoramento do processo e implantação;
- funcionar como veículos de comunicação, oferecendo informações sobre os cenários, a visão estratégica e as estratégias, atividades resultantes dos trabalhos das Comissões Técnicas.

O Grupo de Coordenação será responsável, portanto, por programar, coordenar e levar a bom termo todas as atuações encaminhadas para a elaboração dos trabalhos de planejamento estratégico, sendo auxiliado pela Equipe Técnica da Consultoria.

Consultoria

A Consultoria representa a instância conhecedora da metodologia do planejamento estratégico; é externa ao Plano Diretor, e terá a tarefa de orientar o processo e internalizar o conhecimento e as experiências vinculadas à elaboração do Plano Diretor.

Das Leituras Comunitárias

As Leituras Comunitárias funcionam como reuniões abertas à população, onde, discutem-se, sem formalidades teóricas, questões da realidade local. É importante veículo de comunicação entre as equipes técnicas e comunidades, para recolhimento de informações de cunho vivencial, sob o ponto de vista do dia-a-dia da população, que é tratada como “especialista” da realidade vivida.

Dos seminários/audiências públicas

A realização de seminários/audiências públicas é exigência do Estatuto da Cidade. Tanto nos termos do artigo 40, § 4º, I, do Estatuto, como baseado no preceito constitucional do planejamento participativo da cooperação das associações representativas no

planejamento municipal (artigo 29, inciso XII), o Executivo e o Legislativo Municipal têm a obrigação de promover audiências públicas e debates com a população e associações representativas dos segmentos da comunidade, seja no processo de elaboração do Plano Diretor, como no processo de sua implantação.

A Constituição, ao dispor expressamente das associações representativas, reconhece o direito político de participação como um direito coletivo da comunidade. O direito político de participação como um direito individual de participação também deve ser observado, devendo abrir espaço para que estas manifestações individuais se expressem.

O processo democrático e participativo do Plano Diretor, por meio das audiências públicas, deve possibilitar a participação da sociedade e, em particular, de diversos segmentos da sociedade, a saber:

Indivíduos e grupos de indivíduos;

Organizações e movimentos populares;

Associações representativas dos vários segmentos das comunidades, tais como, associações comunitárias, federações de moradores, sindicatos, organizações não-governamentais, associações de classe, etc.

Fóruns e redes formadas por cidadãos, movimentos sociais e organizações não-governamentais (ONG's).

Não pode haver exclusão de qualquer segmento da sociedade nos processos de tomada de decisões de interesse da coletividade.

No Cronograma de Execução apresentado, é proposto um mínimo de quatro seminários/audiências públicas, correspondentes aproximadamente às transições entre as diferentes etapas propostas, de modo a validar o que está sendo proposto como conclusão da etapa anterior, e visando dar insumos para a elaboração da etapa posterior, segundo o diagrama que se segue:

Etapa 1 – Estruturação e Metodologia para o Trabalho (Trabalho da Consultoria)

Etapa 2 – Leitura da Realidade Municipal (Trabalho Consultoria/Equipe Prefeitura)

OFICINA 1 – Leitura da Realidade Municipal

Exposição dialogada da Etapa 2 (permitidas perguntas de entendimento).

Entendimento.

Coleta de Contribuição.

Exposição dialogada da Etapa 3 (seguinte).

Entendimento.

Contribuição para a Etapa 3.

Etapa 3 – Definição de Eixos/Estratégias/Formulação de Propostas

OFICINA 2 – Definição de Eixos/Estratégias/Formulação de Propostas

Exposição dialogada da Etapa 3 (permitidas perguntas de entendimento).

Entendimento.

Coleta de Contribuição.

OFICINA 3 – Formatar e Pactuar Propostas

Validação da Etapa 3.

Exposição dialogada da Etapa 3.

Entendimento.

Exposição dialogada da Etapa 4 (seguinte).

Entendimento.

Contribuição para a Etapa 4.

Etapa 4 – Elaboração do Projeto de Lei do Plano Diretor

OFICINA 4 – Anteprojeto de Lei do Plano Diretor

Etapas Posteriores de formatação da moldura legal e implementação/monitoramento do Plano Diretor. (Trabalho Técnico da Consultoria e da Equipe da Prefeitura)

Visando “popularizar” os conteúdos mais técnicos das diferentes etapas e fases deverão ser elaboradas cartilhas especialmente produzidas para tal.

Etapa 5 – Capacitação da Equipe de Gestão do Município

Da internalização de conhecimento e experiências junto à equipe da prefeitura municipal

Organizado a partir de uma série de possíveis módulos, visa internalizar o conhecimento e as experiências acumuladas pela Consultoria junto à equipe da prefeitura municipal.

Os módulos constituintes estão detalhados a seguir:

MÓDULO 1

Da sensibilização e convencimento dos atores

Visando tanto o impacto direto na própria equipe da Prefeitura como a constituição de grupos de multiplicadores para a obtenção de maior participação no processo de elaboração do Plano Diretor, fornecendo informações em relação a todos os instrumentos e procedimentos destinados a sensibilizar e convencer atores potenciais a se envolver e comprometer com a elaboração de um Plano Diretor.

Dos objetivos, escopo e abrangência do Plano Diretor – o que é, para que serve, como é feito, etc.

Visa fornecer informações referentes ao conceito de planejamento, tipos de planejamento, conceito de planejamento estratégico, conceito de Plano Diretor Estratégico, sua relação ao PPA, LOA, e outros, além da estrutura metodológica básica.

Dos problemas, questões e dimensões envolvidas no planejamento dos municípios e das cidades, qual o tratamento/ respostas dados pelos Planos Diretores

Visa fornecer informações com relação ao conceito de dimensão, e às dimensões éticas, ecológicas e estéticas, assim como em relação às dimensões funcionais, bioclimáticas,

simbólicas, expressivas, topoceptivas, copresenciais, econômicas, financeiras, etc. O objetivo deste módulo é o de “abrir” o entendimento do chamado desenvolvimento sustentável, chamando a atenção para o fato de que além das expectativas usuais formalizadas nos processos de participação (mais um posto de saúde, asfaltamento de tal rua, colocação de iluminação pública em tal outra via, etc.) o desenvolvimento sustentável e os índices de qualidade de vida se estruturam em torno de toda uma outra série enorme de expectativas, não necessariamente exclusivamente de ordem funcional.

Do arcabouço institucional e legal, o que estabelece a Constituição Federal, o Estatuto da Cidade, a Agenda 21 e a Agenda Habitat. Os princípios e os instrumentos existentes e aplicáveis

Visa fornecer informações com relação ao que estabelecem a Constituição Federal, o Estatuto da Cidade, a Agenda 21 e a Agenda Habitat com relação à questão em pauta, do Plano Diretor, os princípios que constituem a moldura ética, as diretrizes norteadoras implícitas e explícitas, etc. Particularmente, discutem-se os instrumentos fornecidos pelo Estatuto da Cidade para caracterizar possíveis expectativas em relação à preservar, dinamizar, consolidar, etc. as macrozonas urbanas que por ventura possam vir a ser instaladas nos municípios.

MÓDULO 2

Dos roteiros alternativos de caracterização do modelo de desenvolvimento da situação atual, tratando de formas de obtenção e validades comparativas em cenários futuros

Visa fornecer informações com relação a possíveis elencos e itemizações dos dados necessários ao diagnóstico (e correspondentes descrições de cenários, etc.), com a definição dos mesmos, estudo do papel e necessidades de cada um deles no processo de planejamento, etc. A origem destes elencos pode estar nas diferentes dimensões acima alinhavadas, desdobradas a partir das mais diferentes chaves. Para a formatação de um diagnóstico consistentes são necessários dados e informações em relação ao meio ambiente natural, sua fisiografia, clima, geologia, geomorfologia, hidrologia, meio ambiente biótico, fauna, flora, meio ambiente antrópico, economia, características da população, emprego, renda, saúde, educação, arcabouço fundiário, arcabouço administrativo, institucional, etc.

Da metodologia de sistematização dos dados e informações coletadas, agrupamento de informações permitindo compreensão e atuação, os conceitos de fatores internos e os fatores externos e suas implicações estratégicas nas decisões

Visa oferecer informações com relação ao conceito de análise e avaliação, seu papel no processo de conhecimento, os conceitos de análise interna e externa da situação, o seu papel no momento do diagnóstico, suas implicações estratégicas, as definições do que sejam pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças/riscos. O papel destes itens no processo de planejamento.

MÓDULO 3

Da metodologia de análise e avaliação matricial das informações sistematizadas – a construção da matriz FOFA – como instrumento de inferência de conhecimento, e destilação de possíveis situações futuras/cenários alternativos

Visa analisar o conceito da análise matricial como instrumento de avaliação e inferência de conhecimento, verificando seu potencial para a destilação de possíveis situações futuras/cenários alternativos. A matriz SWOT/FOFA. Outras formas matriciais de trabalho.

Da construção de cenário – leitura da Matriz Fofa – visando analisar tendências de desenvolvimento e especulação de atendimento aos anseios e expectativas da população, das alternativas possíveis e plausíveis

Visa fornecer informações com relação ao prognóstico de possíveis situações futuras, o seu retrato, a especulação com cenários alternativos (tendencial, de estagnação, de regressão, de desenvolvimento sustentável, ideal, etc.) e as implicações de escolher algum deles, possivelmente ratificando algum cenário de desenvolvimento sustentável. Particularmente, verificação do desdobramento, nesse cenário, da dimensão físico-espacial, de forma a balizar e alinhar a “cidade ideal” pretendida pelos moradores do Município.

MÓDULO 4

Da identificação de ações estratégicas, priorização, e definição de instrumentos para transformar a situação atual no cenário escolhido como Cenário de Referência

Visa fornecer informações com relação aos conceitos de objetivo central, missão, princípios constituintes da moldura ética, linhas estratégicas, estratégias, diretrizes, políticas e programas, necessários à formatação do conjunto de ações estratégicas, assim como à formatação do correspondente arcabouço legal (Lei do Plano Diretor, Lei de Uso e Ocupação do Solo, Lei de Parcelamento, Lei do Perímetro das macrozonas urbanas, normas edilícias, normas de posturas, normas ambientais, etc.) Aplicação exemplar a casos concretos.

Organização dos Atores

A organização para o trabalho adota os princípios da Construção Coletiva, a partir da análise dos dados disponíveis e de levantamentos adicionais sobre a situação atual, envolvendo a participação dos segmentos e instituições locais. Ressalta-se o envolvimento direto dos atores locais, tendo em vista que são estes os detentores do conhecimento da realidade local e a oportunidade de realização do trabalho com a participação de consultores externos, pela isenção das posições, permitidas pelo distanciamento dos problemas locais e conhecimento específico, da base teórica e das práticas de outras localidades.

Os participantes do processo, suas atribuições, responsabilidades, e atribuições iniciais são sintetizados como a seguir.



Nas reuniões iniciais, para preparação dos trabalhos, será acordada a equipe de acompanhamento, formada por técnicos da Prefeitura Municipal e de outros órgãos envolvidos.

A equipe técnica, a ser institucionalizada pelos diferentes órgãos, deverá participar do processo de revisão da Lei do Plano Diretor, capacitando-se ainda a apoiar sua implementação.

Contribuindo para o processo de esclarecimento de princípios do Plano e atividades já desenvolvidas, serão esclarecidos os procedimentos a serem adotados durante o processo de revisão; a definição de responsabilidades; a necessária articulação entre os vários atores; e as formas de envolvimento das demais pessoas interessadas na discussão do Plano.

Ressalta, ainda, que nesta etapa, os membros da equipe técnica de acompanhamento deverão estar esclarecidos sobre:

- o processo de revisão do Plano Diretor;
- a estruturação dos objetivos e linhas estratégicas a serem definidas, além das metodologias específicas para as diversas etapas;
- a explicitação do que representa a revisão do Plano Diretor para o desenvolvimento do município;
- a necessidade de consolidação do processo participativo na elaboração, acompanhamento e monitoramento do Plano.

É ainda importante destacar que a organização dos atores corresponde à estrutura específica, com responsabilidades distintas no planejamento e execução dos trabalhos:

- Conselho de Desenvolvimento Municipal Sustentável – CONDEMS – composto por representantes dos diferentes segmentos do Poder Público Municipal, sociedade civil organizada e lideranças locais para contribuição e mobilização social, representando o canal de comunicação com a sociedade;

Equipe Técnica de Acompanhamento, envolvendo órgãos da Prefeitura Municipal, com destaque para as áreas de Planejamento, Turismo e Meio Ambiente, e de outros órgãos envolvidos (se desejável);

Executor do Contrato, para atuar na coordenação dos trabalhos e negociações junto às entidades e órgãos envolvidos na revisão do Plano Diretor.

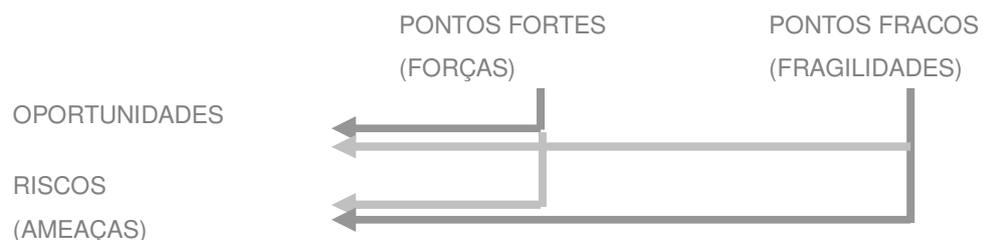
Matriz SWOT – Cenários e Estratégias de Desenvolvimento

Para o entendimento da realidade atual e estabelecimento de Cenários e Estratégias de Desenvolvimento será utilizada uma matriz do tipo SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats), identificada por matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fragilidades e Ameaças), a ser discutida e trabalhada com os técnicos envolvidos e posteriormente discutida em oficina com a participação popular.

A utilização dessa ferramenta permite a análise das possibilidades e conseqüências de manter ou alterar rumos buscando aproveitar oportunidades e vantagens observadas e evitar os riscos e neutralizar as fragilidades atuais. Trata, em síntese, num primeiro momento, do entendimento da realidade, assim como ela é, por meio do estudo dos dados e informações levantados utilizando dinâmica de cruzamento de informações diversas. Dessa análise depreendem em um segundo momento, por meio do cruzamento da potencialidade com a oportunidade, as ações mais adequadas a serem desenvolvidas, identificando as prioridades desejáveis. Com relação à análise das ameaças/fragilidades, indicam-se os pontos críticos, para os quais se devem prever ações visando sua eliminação ou mitigação.

Para a montagem da matriz os fatores internos (forças e fragilidades) e externos (oportunidades e ameaças), são organizados em acordo com os temas: inserção regional, meio ambiente, meio social, meio econômico, meio urbano e gestão.

FERRAMENTA UTILIZADA: MATRIZ FOFA (SWOT)



Os insumos da análise técnica, acrescidos de outros provenientes de oficinas com participação popular, servem como base para a montagem da Matriz FOFA.

Organização das variáveis

FOCO DA ANÁLISE:

DESENVOLVIMENTO E EXPANSÃO URBANA

(REGIÃO ADMINISTRATIVA E CIDADE/ ÁREAS URBANAS)

CONTEXTO:

Inserção Regional (IR)

Meio Ambiente (A)

TEMAS FOCAIS

Aspectos Sociais (S)

Aspectos Econômicos (E)

Espaço Urbano (U)

onde
plano
diretor
vai
atuar

INSTRUMENTOS

Gestão (G)

A seguir, os pontos levantados são apresentados de forma organizada, quanto às características de força, fragilidade, oportunidade ou risco, e classificados conforme os componentes a que se relacionam. Salienta-se que um mesmo ponto pode ter aspectos de força e aspectos de fragilidade, ou ainda dentro do aspecto força, estar relacionado a mais de um item sendo, portanto, repetido nas várias situações onde está presente.

Salienta-se ainda que a colocação do ponto como força ou fragilidade não significa que todos os aspectos encontram-se enquadrados nos padrões máximos ou mínimos, com todas as necessidades resolvidas ou a resolver, mas sim com a maioria delas pendendo em uma direção.

Leitura da Matriz

A matriz do tipo SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats) ou matriz FOFA (Força, Oportunidade, Fragilidade e Ameaça) discutida e trabalhada em seminário e posteriormente pelos técnicos envolvidos deverá resultar na obtenção das Linhas Estratégicas. O cruzamento da potencialidade com a oportunidade indica a ação mais adequada a ser desenvolvida, identificando as prioridades desejáveis. Com relação à análise das ameaças/fragilidades, são apresentados os pontos críticos, para os quais se devem prever ações visando sua eliminação ou mitigação.

Matriz SWOT (Forças/Oportunidades/Fragilidades/Ameaças).

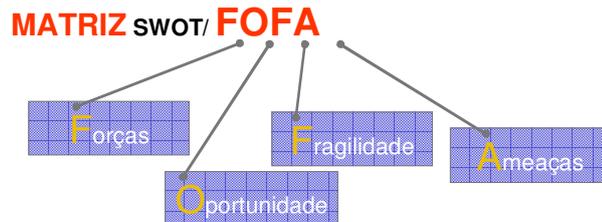
Variáveis internas – FORÇAS E FRAGILIDADES relativas aos setores que compõem tanto as áreas urbanas quanto as Regiões Administrativas.

Variáveis externas – OPORTUNIDADES E AMEAÇAS – Ambiente externo às cidades e às Regiões Administrativas – incontroláveis pelo ambiente interno – dizem respeito a agentes externos a esse ambiente.

Cenários - Etapas de Construção

Utilização de instrumento que possibilite a **análise do cruzamento** dos pontos forte e fracos, oportunidades e ameaças

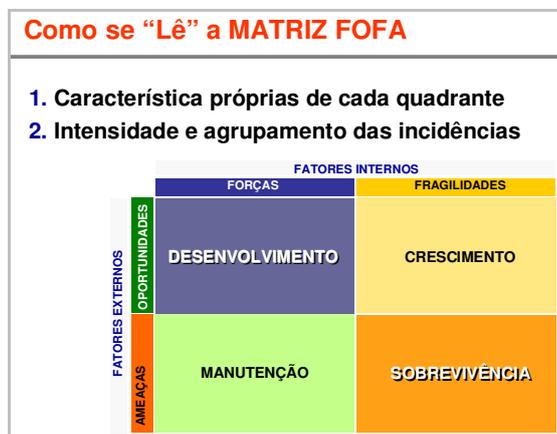
Instrumento escolhido



A “Leitura da Matriz”, feita com a participação dos atores locais se dá em decorrência:

- das características próprias de cada quadrante;
- da intensidade e agrupamento das incidências.

O cruzamento da potencialidade com a oportunidade indica a ação mais adequada a ser desenvolvida, identificando as prioridades desejáveis. Com relação à análise das ameaças/fragilidades, são apresentados os pontos críticos, para os quais se devem prever ações visando sua eliminação ou mitigação.



Cenários de Desenvolvimento

A caracterização do modelo de desenvolvimento da situação atual e a identificação dos aspectos facilitadores e limitantes ao desenvolvimento possibilitam a construção de cenários futuros distintos para o desenvolvimento do turismo. Cenário é a descrição de um futuro possível, imaginável ou desejável para um determinado objetivo de desenvolvimento e da trajetória a ser percorrida a partir da situação atual verificada.

Não prediz o futuro. Apenas organiza, sistematiza e delimita as incertezas, explorando os pontos de mudança ou de manutenção de rumos para uma determinada evolução de situações, com base no aproveitamento das oportunidades e vantagens observadas, tentando evitar os riscos e neutralizar as fragilidades atuais. Não é uma realidade futura e, sim, um meio de orientar a ação presente, à luz de futuros possíveis e desejáveis. Um cenário bem construído explicita com clareza uma situação possível e provável e identifica alternativas para o desenvolvimento em direção ao futuro pretendido.

A construção de cenários alternativos de desenvolvimento ocorre a partir da combinação das diversas tendências das variáveis levantadas (dados e informações do cenário atual, pontos fortes e fracos, oportunidades e riscos etc). Os cenários têm a capacidade de construir visões globais que contemplam os aspectos econômicos, sociais, físico-ambientais, político-institucionais e outras. São vários os cenários possíveis:

O CENÁRIO TENDENCIAL

Neste cenário, o turismo continua sob influência das atuais condicionantes dos fatores externos regionais, nacionais e até internacionais.

O CENÁRIO DE ESTAGNAÇÃO E/OU O CENÁRIO REGRESSIVO

Neste cenário, o turismo sofre a injeção de toda uma série de fatores externos regionais, nacionais e internacionais negativos.

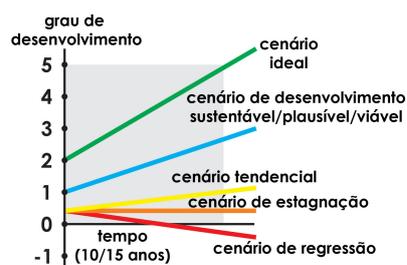
O CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Neste cenário, o Poder Público, a sociedade e a iniciativa privada fazem um pacto para planejar o seu futuro e organizar de forma acertada o conjunto de ações que nortearão as condutas dos diferentes atores. É um cenário de parcerias. A moldura dentro da qual esta parceria ocorre parte do pressuposto que uma série de fatores ocorrem a partir de uma injeção favorável. Nesse sentido, este cenário delinea um futuro no curto e médio prazos:

Desejável pelos diferentes atores envolvidos; e

Plausível ou viável, em função das potencialidades e restrições verificadas, bem como dos recursos disponíveis para valorizar as primeiras e neutralizar as segundas.

É um cenário que é balizado e negociado/pactuado e que ocorre numa situação intermediária entre o cenário tendencial e o cenário ideal.



Os Cenários para o Município, discutidos coletivamente nas discussões técnicas e reuniões com os atores locais, permite identificar o modelo de desenvolvimento desejado, ou seja, o Cenário de Referência, com a explicitação dos princípios da política de desenvolvimento, dos parâmetros que servirão como base para definição do uso e ocupação do solo, da hierarquização do sistema viário, e dos projetos especiais.

Ressalta-se, no entanto, o pressuposto que as sociedades humanas são racionais e, portanto, desejarão e se engajarão num cenário de desenvolvimento. A seleção do cenário/quadro de referência é, portanto, menos uma escolha e muito mais a confirmação/ ratificação de uma atitude de construção coletiva do futuro.

Os pontos levantados, organizados quanto às características de força, fragilidade, oportunidade ou risco, foram classificados conforme os componentes a que se relacionam. Salienta-se que como um mesmo ponto pode ter aspectos de força e aspectos de fragilidade, as características específicas relacionadas à força ou à fragilidade são ressaltadas em cada um dos itens.

A colocação do ponto como força ou fragilidade não significa que todos os aspectos encontram-se enquadrados nos padrões máximos ou mínimos, com todas as necessidades resolvidas ou a resolver, mas sim com a maioria delas pendendo em uma direção.

ANEXO 2
CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Inserção Regional

Aspectos gerais

O município de Laranjeiras Integra a região metropolitana de Aracaju – Grande Aracaju. Está localizado na região Leste do Estado de Sergipe, limitando-se ao Norte com os municípios de Maruim e Riachuelo, ao Sul com Nossa Senhora do Socorro, a Oeste com Areia Branca e Itaporanga d`Ajuda e a Leste com Santo Amaro das Brotas. O município integra também o pólo turístico denominado Pólo Costa dos Coqueirais.

A sede do município tem uma altitude de 6 metros e coordenadas geográficas 10o48'22" de latitude sul e 37o10'10" de longitude oeste.

Pólo Costa dos Coqueirais

O Pólo Costa dos Coqueirais é o programa prioritário do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo de Sergipe – PDITS/SE, integrante do PRODETUR NE II e visa o desenvolvimento do turismo no Estado.

A estratégia de desenvolvimento do turismo no Estado de Sergipe está centrada na regionalização, buscando a adoção de um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, baseada nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e sinergia de decisões.

A política de regionalização tem como objetivo promover a cooperação e a parceria dos segmentos envolvidos, organização da sociedade, das instâncias de governo, dos empresários e trabalhadores e das instituições de ensino para:

- Qualificar o produto turístico;
- Diversificar a oferta turística;
- Estruturar os destinos turísticos;
- Ampliar e qualificar o mercado de trabalho;
- Aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional;
- Ampliar o consumo do produto turístico no mercado nacional;
- Aumentar a taxa de permanência e gasto médio do turismo.

Os municípios que compõem o Pólo Costa dos Coqueirais são: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Brejo Grande, Estância, Indiaroba, Itaporanga d'Ajuda, **Laranjeiras**, Nossa Senhora do Socorro, Pacatuba, Pirambu, Santa Luzia do Itanhi, Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão.

O Pólo Costa dos Coqueirais tem como vocação turística: turismo de eventos, turismo de negócios, turismo cultural, turismo de lazer, ecoturismo, turismo náutico, pesca esportiva, turismo subaquático (junto às plataformas de petróleo). Laranjeiras insere-se no Pólo como opção de turismo cultural.

O Pólo oferece como oportunidades de investimentos: hotéis, pousadas, resorts, campos de golf, casas noturnas, bares, restaurantes, marinas e campings.

Pólo petroquímico

Barra dos Coqueiros abriga o Pólo Petroquímico criado pelo Decreto nº 95.813, de 10/03/1988. O pólo tem com objetivo instalar no Estado unidades industriais de: soda/cloro, dicloreto e óxido de propeno. A criação do pólo está voltada ao aproveitamento do potencial mineral do estado, como forma de consolidação e integração do chamado “Eixo Químico do Nordeste”.

De acordo com o Plano Diretor do pólo petroquímico, a região definida como área de influência do pólo abrange os municípios de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros, Laranjeiras, Santo Amaro das Brotas, Maruim, Rosário do Catete, General Maynard e Pirambu.

Acesso

O acesso, a partir de Aracaju, é feito pela rodovia pavimentada BR-101, num percurso total de 20km.

Mapa 01. Localização do município no Estado de Sergipe e no Pólo Costa dos Coqueiros



Fonte: PDITS – Pólo dos Coqueiros/ SE, -2005

Organização territorial

O município possui área total de 162,538 km² dos quais 3,30km² constituem a área urbana. Os restantes 162.208 são de uso rural, onde predomina a cultura da cana-de-açúcar.

Além da sede, o município possui pequenos povoados espalhados por todo o seu território, dos quais, dez apresentam maior polaridade sobre os demais. No entanto, não constituem distritos.

Quadro 01: Bairros e povoados circunvizinhos à sede municipal- 2007 Laranjeiras/SE

Bairros e povoados circunvizinhos

Centro Histórico

Comandaroba

Conjunto Manoel do Prado Franco (inclui Paulo Hagenbeck, Mutirão, João Sapateiro, Nova Esperança e Albano Franco)

Quadro 02: Povoados da área rural - 2007 Laranjeiras/SE

Povoados

Bom Jesus

Cedro

Mussuca

Pedra Branca

Pastora

Várzea

Pinheiro

Gameleiro

Salinas

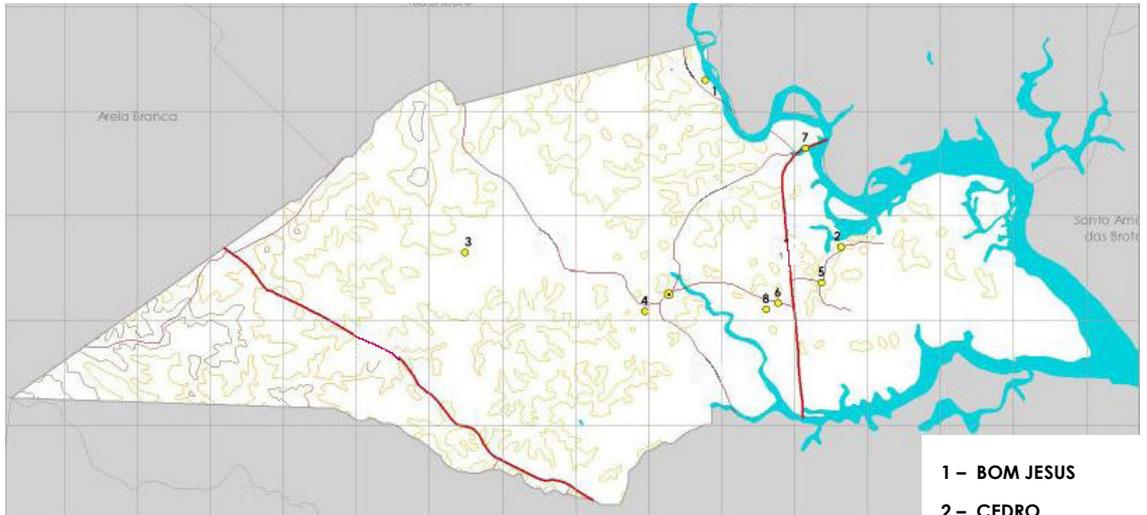
Calumbi

Fazenda Varzinha

Machado

Camaratuba

Mapa 02. Sede e Povoados Principais, 2007 – Município de Laranjeiras/SE



- 1 – BOM JESUS
- 2 – CEDRO
- 3 – FAZENDA VARZINHA
- 4 – MACHADO
- 5 – MUSSUCA
- 6 – PASTORA

Acessibilidade

Rodovias

O município é interceptado por duas rodovias federais (BR- 101 e BR-235) e quatro rodovias estaduais (SE-090, SE- 160, SE-245 e SE-429), conforme indicadas no quadro a seguir e o Mapa 04 – rodovias que interceptam o município.

Quadro 03: Rodovias

Rodovia	Trecho	Pavimentação	Situação Atual	Extensão (km)	Tipo de Tráfego Predominante
Federal BR – 101	Riachuelo/Nossa Senhora do Socorro	Sim	Bom	6,93	Pesado
Federal BR- 235	Nossa Senhora do Socorro/Manilha Baixo	Sim	Mediana	8,88	Pesado
Estadual SE – 090	– Manilha Baixo/Sede	Sim	Mediana	19,16	Médio
Estadual SE – 160	– BR-235 / SE-090	Sim	Mediana	8,00	Médio
Estadual SE – 245	– Pedra Branca/Riachuelo	Sim	Bom	4,49	Médio
Estadual SE - 429	– Pedra Branca/Sede	Sim	Ruim	3,76	Médio

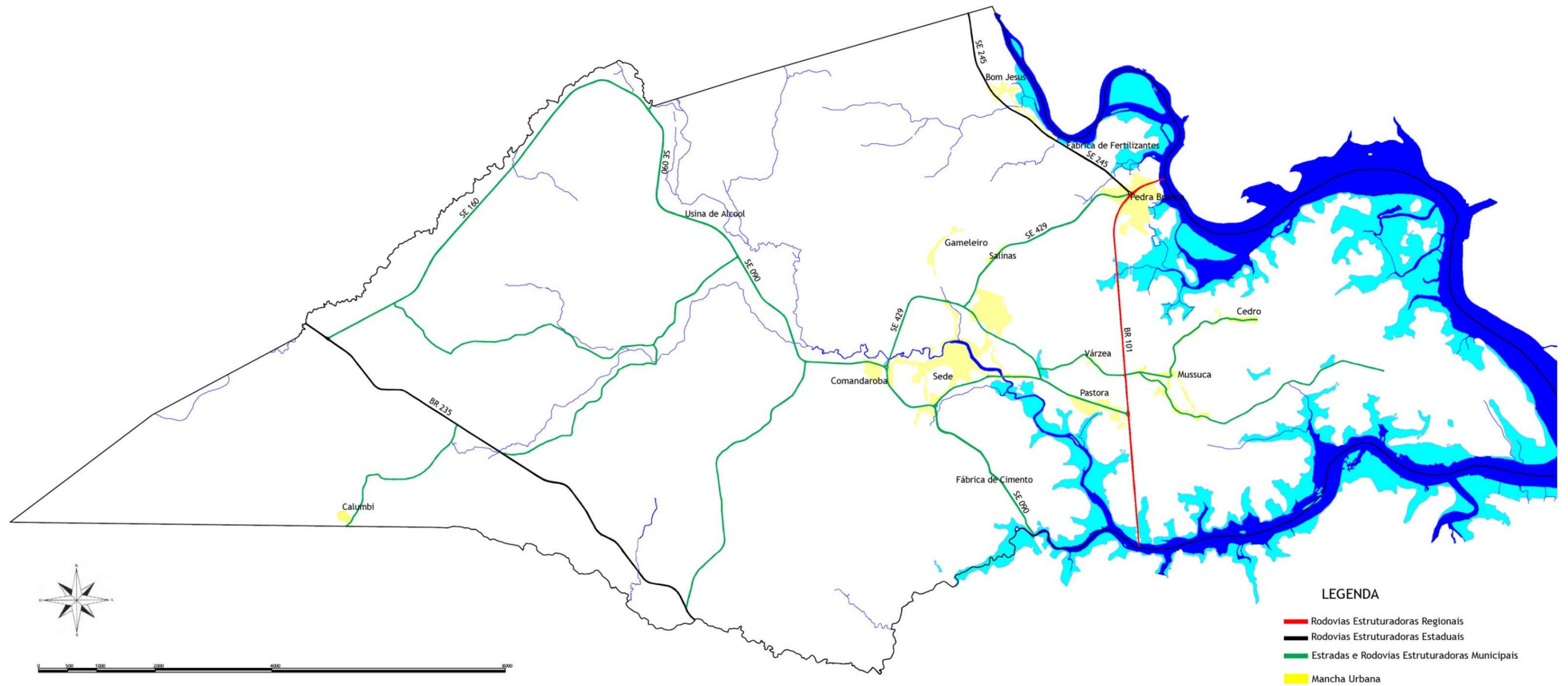
Fonte:DNIT/SE (2007), Considerações do próprio Estudo por meio de visitas em campo

O Plano Urbanístico elaborado em 1974, já mencionava como precário, o acesso a Laranjeiras. Decorridas mais de três décadas, não ocorreram melhorias que alterassem

significativamente a situação de precariedade das rodovias que dão acesso ao município.

Nas Leituras Comunitárias, a BR-101 é apontada como uma rodovia que apresenta riscos de atropelamento e também de acidentes pela falta de acostamentos.

Mapa 03. Rodovias



MEIOS DE TRANSPORTE

Rodoviário

O município possui um terminal rodoviário com linhas diárias para a capital, de propriedade da Prefeitura, com capacidade para 05 ônibus. No entanto, os horários, quantidade de ônibus e itinerários que são oferecidos não atendem à demanda. O terminal rodoviário também não dispõe de acomodações adequadas para os passageiros.

Obs.: O terminal foi construído em 1979 e sofreu duas reformas em 1985 e 2005.

Duas empresas de transporte fazem as linhas intermunicipais: a Empresa São Pedro e a Coopertalse, ligando Laranjeiras a Aracaju.

As estradas principais na sua maioria são pavimentadas e as estradas secundárias são de terra. Entretanto, a sua manutenção só ocorre no período da colheita da cana-de-açúcar.

Hidroviário

Embora originariamente a cidade de Laranjeiras tenha surgido em função do porto, em razão do assoreamento do rio Cotinguiba, o município não dispõe, atualmente, de transporte hidroviário.

Ferrovário

Atualmente, o sistema ferroviário existente no Estado é de propriedade da Ferrovia Centro-Atlântica S.A. e interliga a capital Aracaju a Recife e Salvador. É utilizado para o transporte de combustível e fertilizantes. Em relação ao Pólo Costa dos Coqueirais tem situação estratégica, passando por Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, Aracaju, São Cristóvão e Itaporanga D'Ajuda. Oferece grande oportunidade de ligação turística entre essas cidades, que hoje é feita através da BR-101.

Aéreo

O aeroporto de Aracaju, denominado Aeroporto Internacional Santa Maria, é o único equipamento de porte do Estado. Com instalações modernas e amplas, interliga a capital com as principais cidades do país.

A única pista de pouso existente no município de Laranjeiras é de propriedade particular do Parque Resort Boa Luz, localizado na Fazenda Boa Luz, de utilização privativa dos hóspedes do Resort.

Quadro 04: Características da Pista de Pouso – Fazenda Boa Luz, município de Laranjeiras/ SE

Pista		Propriedade	Orientação
Comp.	Largura		
500 m	19,4m	Privada	Norte/Sul

Fonte: Prefeitura Municipal de Laranjeiras (2007)

CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS

Aspectos fisiográficos

Hidrografia

Águas Superficiais

Admitindo-se a bacia hidrográfica como unidade de estudo e planejamento, observa-se que, por ser um sistema aberto, todos os elementos nela inseridos estão ligados entre si e a fatores externos (Coelho Netto, 1995) fazendo com que os processos naturais ou antrópicos sejam levados em consideração no planejamento de manejo de uma região.

O município está inserido na bacia hidrográfica do rio Sergipe, que drena cerca de 14,9% do estado. O Rio Sergipe nasce na Serra da Boa Vista, divisa com a Bahia.

Sua rede hidrográfica é composta por rios perenes, formando a rede principal (além do rio Sergipe, o rio Cotinguiba e os riachos Tramandaí e Madre ou Buti) e vários pequenos cursos d'água intermitentes.

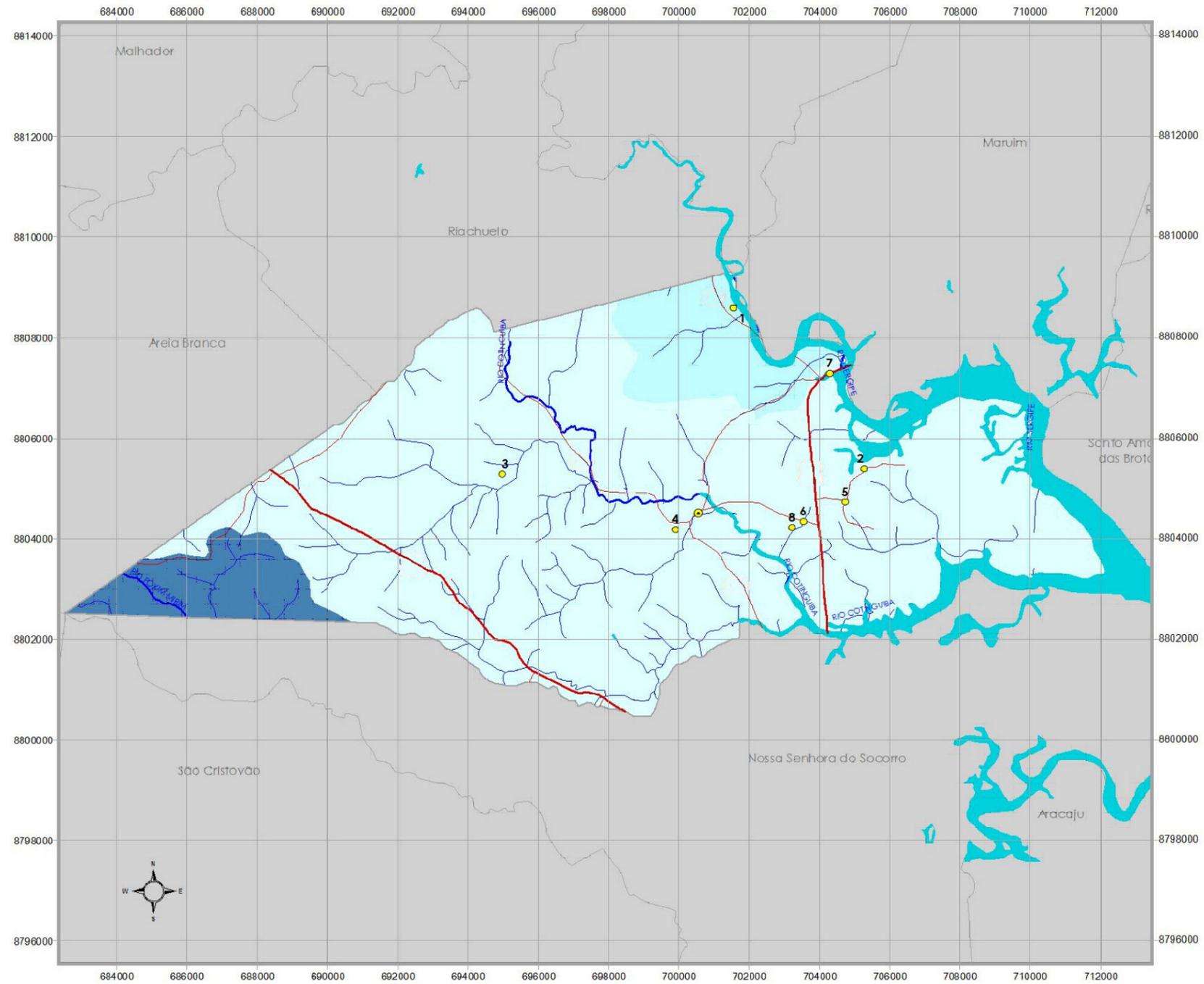
Águas Subterrâneas - Domínios Hidrogeológicos

No município de Laranjeiras pode-se distinguir dois domínios hidrogeológicos: as Bacias Sedimentares (ocupando aproximadamente 60% do território municipal) e Formações Superficiais Cenozóicas.

As Bacias Sedimentares são constituídas por rochas sedimentares bastante diversificadas e representam os mais importantes reservatórios de água subterrânea, formando o denominado aquífero do tipo granular. Em termos hidrogeológicos, estas têm alto potencial em decorrência da grande espessura de sedimentos e da alta permeabilidade de suas litologias, que permite a exploração de vazões significativas. Em regiões semi-áridas, a perfuração de poços profundos nestas áreas, com expectativas de grandes vazões, pode ser a alternativa para viabilizar o abastecimento de água das comunidades assentadas tanto no seu interior quanto no seu entorno.

As Formações Superficiais Cenozóicas são constituídas por pacotes de rochas sedimentares que recobrem as rochas mais antigas das Bacias Sedimentares, da Faixa de Dobramentos Sergipana e do Embasamento Gnáissico. Em termos hidrogeológicos, tem um comportamento de "aquífero granular", caracterizado por possuir uma porosidade primária, e nos terrenos arenosos uma elevada permeabilidade, o que lhe confere, no geral, excelentes condições de armazenamento e fornecimento de água. No município este domínio está representado pelo Grupo Barreiras e por terraços marinhos, depósitos de pântanos e mangues e depósitos aluvionares e coluvionares que, a depender da espessura e da razão areia/argila das suas litologias, pode produzir vazões significativas. Em grande parte dos casos, poços tubulares perfurados neste domínio vão captar água do aquífero subjacente.

Mapa 04. Bacias Hidrográficas



Mapa de localização do município



- Legenda:**
- Sede municipal
 - Rodovias federais
 - Rodovias estaduais
 - Lagos e litoral
 - Limite municipal
- Bacias hidrográficas
- Médio Sergipe Inferior
 - Rio Coitingulba/Baixa Sergipe
 - Rio Poxim/Pitanga
- Localidades
- 1 - BOM JESUS
 - 2 - CEDRO
 - 3 - FAZENDA VARZINHA
 - 4 - MACHADO
 - 5 - MUSSUCA
 - 6 - PASTORA
 - 7 - PEDRA BRANCA
 - 8 - VÁRZEA

T·E·C·H·N·U·M
CONSULTORIA

Bacias Hidrográficas de Laranjeiras

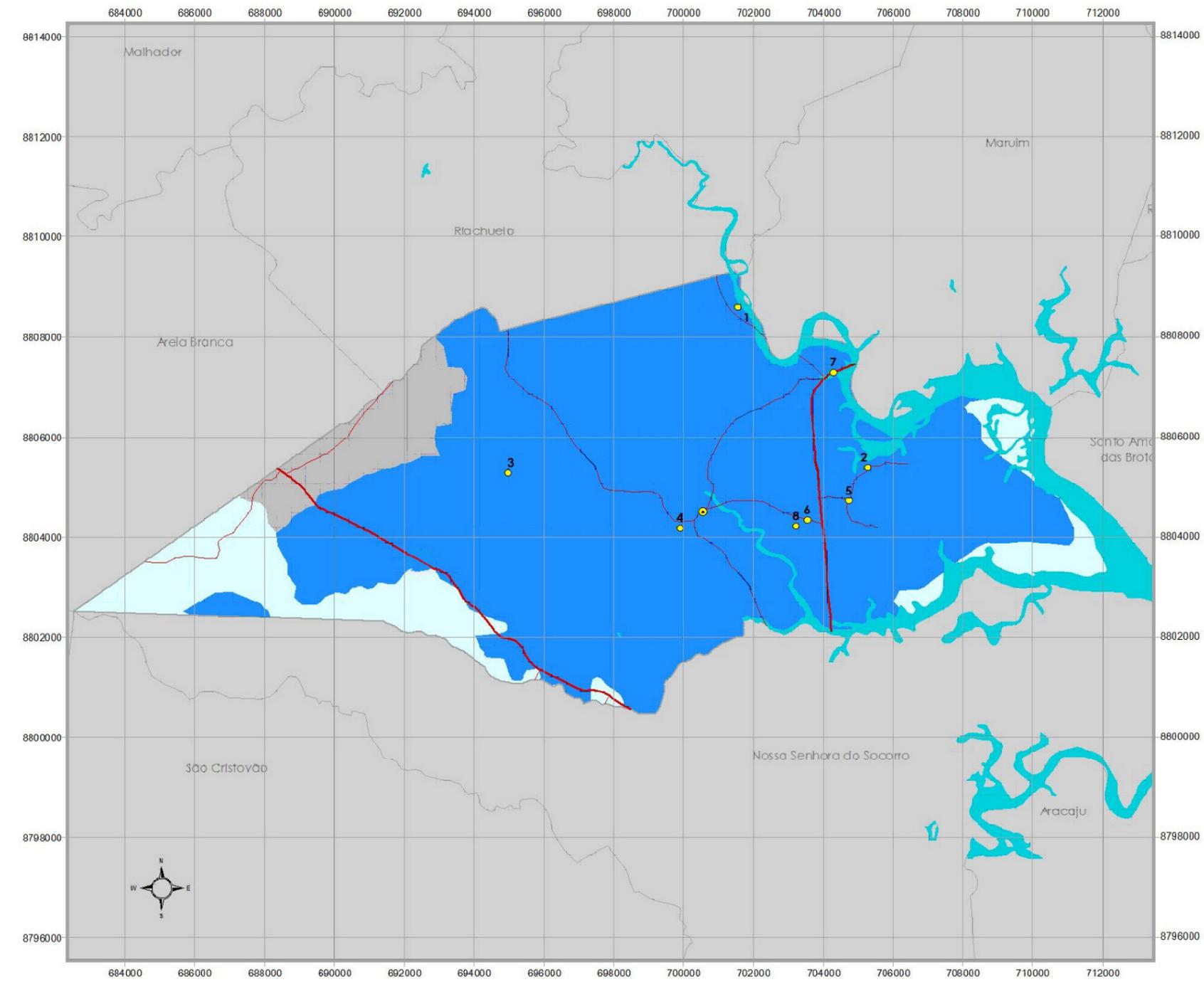
0,9 0 0,9 1,8 km

Escala 1:100.000

Projeção UTM - Zona 24 Sul
Datum SAD 69

Plano Diretor Participativo
Laranjeiras

Mapa 05. Aquíferos



Mapa de localização do município



- Legenda:**
- Sede municipal
 - Rodovias federais
 - Rodovias estaduais
 - Lagos e litoral
 - Limite municipal
- Classes**
- Granitóides Indiscriminados
 - Tacaratu
 - Taquari / Maruim
 - Localidades
- 1 - BOM JESUS
2 - CEDRO
3 - FAZENDA VARZINHA
4 - MACHADO
5 - MUSSUCA
6 - PASTORA
7 - PEDRA BRANCA
8 - VÁRZEA

T · E · C · H · N · U · M
CONSULTORIA

Aquíferos de Laranjeiras

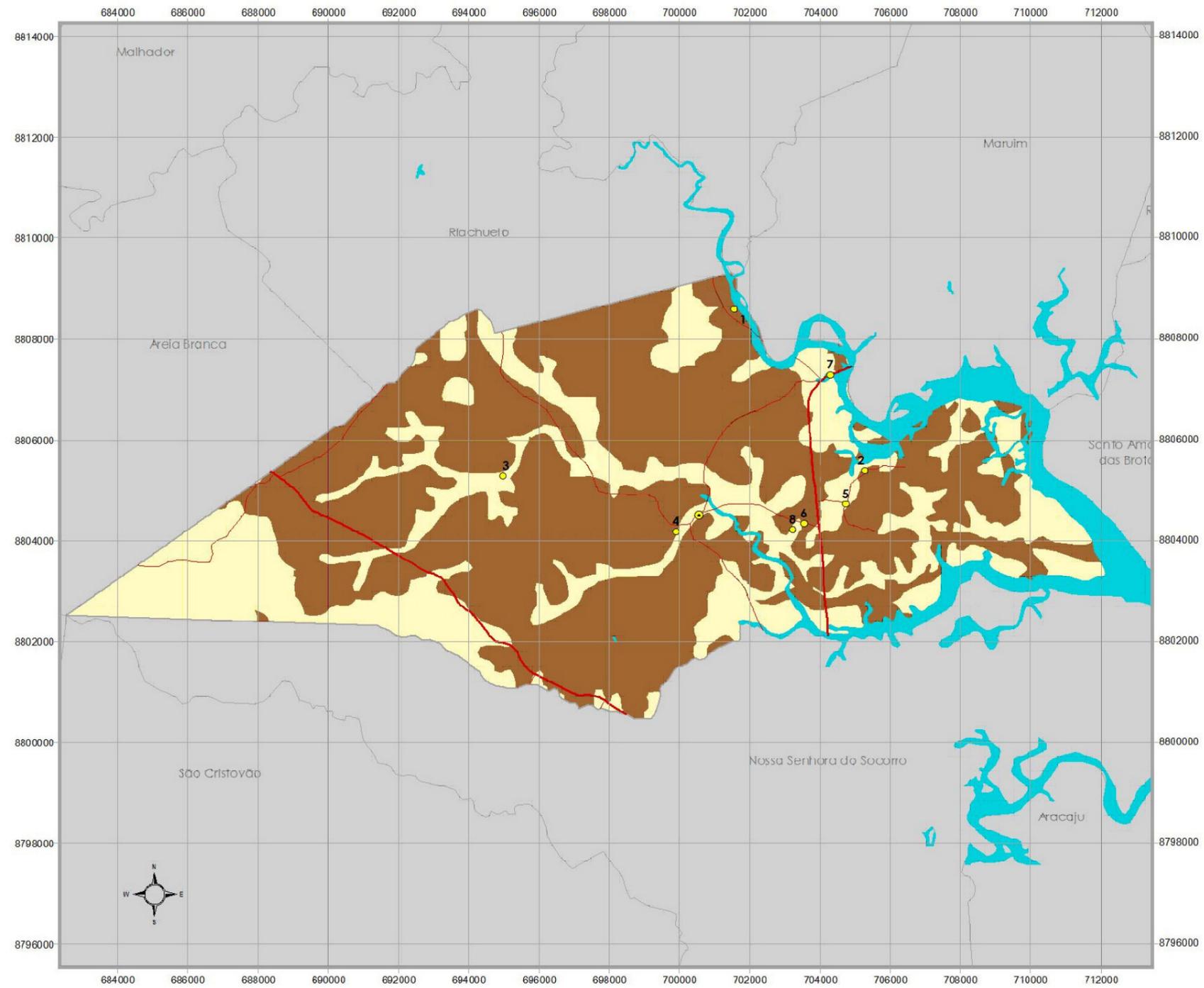
0,9 0 0,9 1,8 km

Escala 1:100.000

Projeção UTM - Zona 24 Sul
Datum SAD 69

Plano Diretor Participativo
Laranjeiras

Mapa 06. Hidrogeologia



Mapa de localização do município



Legenda:

- Sede municipal
 - Rodovias federais
 - Rodovias estaduais
 - Lagos e Ilitoral
 - Limite municipal
- Classes
- Bacias Sedimentares - Aquífero Granular
 - Formações Superf. Cenozóicas - Aquífero Granular
 - Localidades
- 1 - BOM JESUS
 - 2 - CEDRO
 - 3 - FAZENDA VARZINHA
 - 4 - MACHADO
 - 5 - MUSSUCA
 - 6 - PASTORA
 - 7 - PEDRA BRANCA
 - 8 - VÁRZEA

T · E · C · H · N · U · M
CONSULTORIA

Hidrogeologia de Laranjeiras

0.9 0 0.9 1.8 km

Escala 1:100.000

Projeção UTM - Zona 24 Sul
Datum SAD 69

Plano Diretor Participativo
Laranjeiras

Clima

A região apresenta tipo climático Megatérmico Seco e Sub-Úmido, com temperatura média anual de 25,2°C, precipitação média no ano de 1.279,3mm, com intervalo mais chuvoso entre março a agosto.

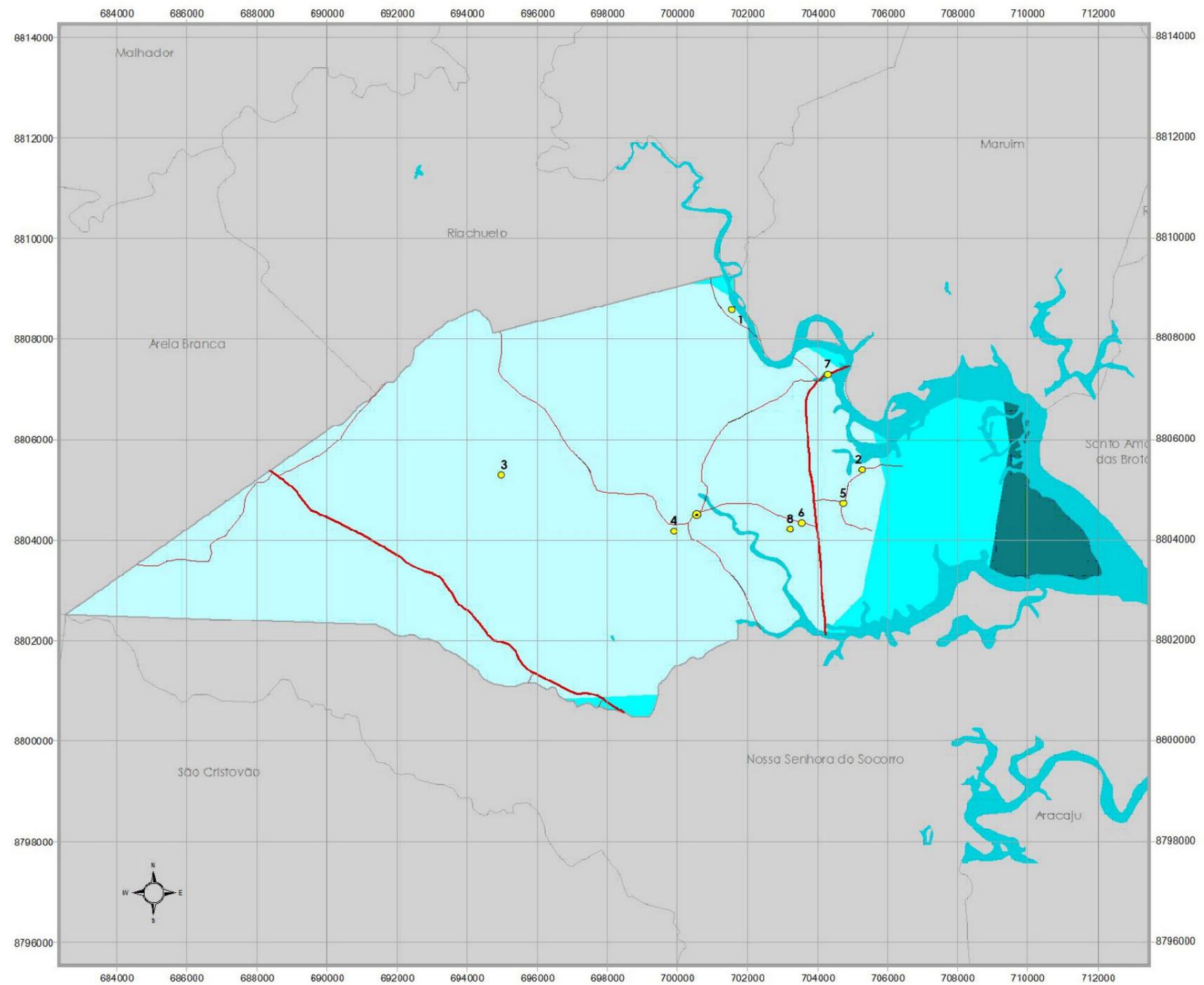
No município existe apenas uma estação pluviométrica federal (ANA, 2007), denominada "Laranjeiras", de código 1037028. Essa registra séries históricas desde 1921, intercaladas por alguns anos de ausência de dados, registrando os totais pluviométricos anuais abaixo relacionadas (dados processados até 1987):

Quadro 05: Série da pluviometria anual de 1964 a 1987 (intercalada por ausência de dados)

Ano	Total Pluviométrico (mm)
1921	1999,4
1922	1674,1
1923	1040,7
1924	1602,2
1925	707,8
1926	1236,2
1927	893,4
1928	741,6
1929	1681,2
1930	1849,7
1931	1330,5
1932	1050,4
1933	1622,3
1934	1777,5
1935	2341,4
1936	1425,8
1937	1060,5
1938	1146,6
1939	1358,2
1940	1403,4
1941	973,7
1942	1012,7
1943	1179,9
1944	1638,1
1945	1639
1946	1139,4
1947	1559,4
1948	1337,5
1949	1373,1

1950	867,8
1951	860,1
1952	1073,3
1953	1163
1954	992,2
1955	1020,1
1956	1065,9
1957	933,5
1958	896,3
1959	862,3
1960	973,6
1963	1241,6
1964	1830,4
1965	793,5
1966	1715,7
1967	1387,1
1968	1533,6
1969	1401,8
1970	868,2
1971	1535,7
1972	1233,5
1974	1728,2
1975	1643,8
1976	1089,6
1977	1487,2
1978	1224,2
1979	1069,5
1980	1026,1
1981	870,2
1982	1176,2
1983	713,7
1984	1088,6
1985	1471

Mapa 07. Pluviometria



Mapa de localização do município



Legenda:

- Sede municipal
 - Rodovias federais
 - Rodovias estaduais
 - Lagos e litoral
 - Limite municipal
- Classes (em mm)
- Até 1400
 - 1401-1500
 - 1501-1600
- Localidades
- 1 - BOM JESUS
 - 2 - CEDRO
 - 3 - FAZENDA VARZINHA
 - 4 - MACHADO
 - 5 - MUSSUCA
 - 6 - PASTORA
 - 7 - PEDRA BRANCA
 - 8 - VÁRZEA

T · E · C · H · N · U · M
CONSULTORIA

Precipitação de Laranjeiras

0,9 0 0,9 1,8 km

Escala 1:100.000

Projeção UTM - Zona 24 Sul
Datum SAD 69

Município: Laranjeiras

GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA

Geologia

Cerca de 65% da área do município é ocupada por sedimentos mesozóicos da Bacia de Sergipe, relacionados à Formação Cotinguiba (calcilutitos cinzentos, maciços ou estratificados, argilitos cinzentos a verde, folhelhos castanhos e margas amareladas) e à Formação Riachuelo (arenitos, siltitos, folhelhos, calcários, calcarenitos, calcirruditos, dolomitos com níveis de arenito e folhelho cinzentos interestratificados).

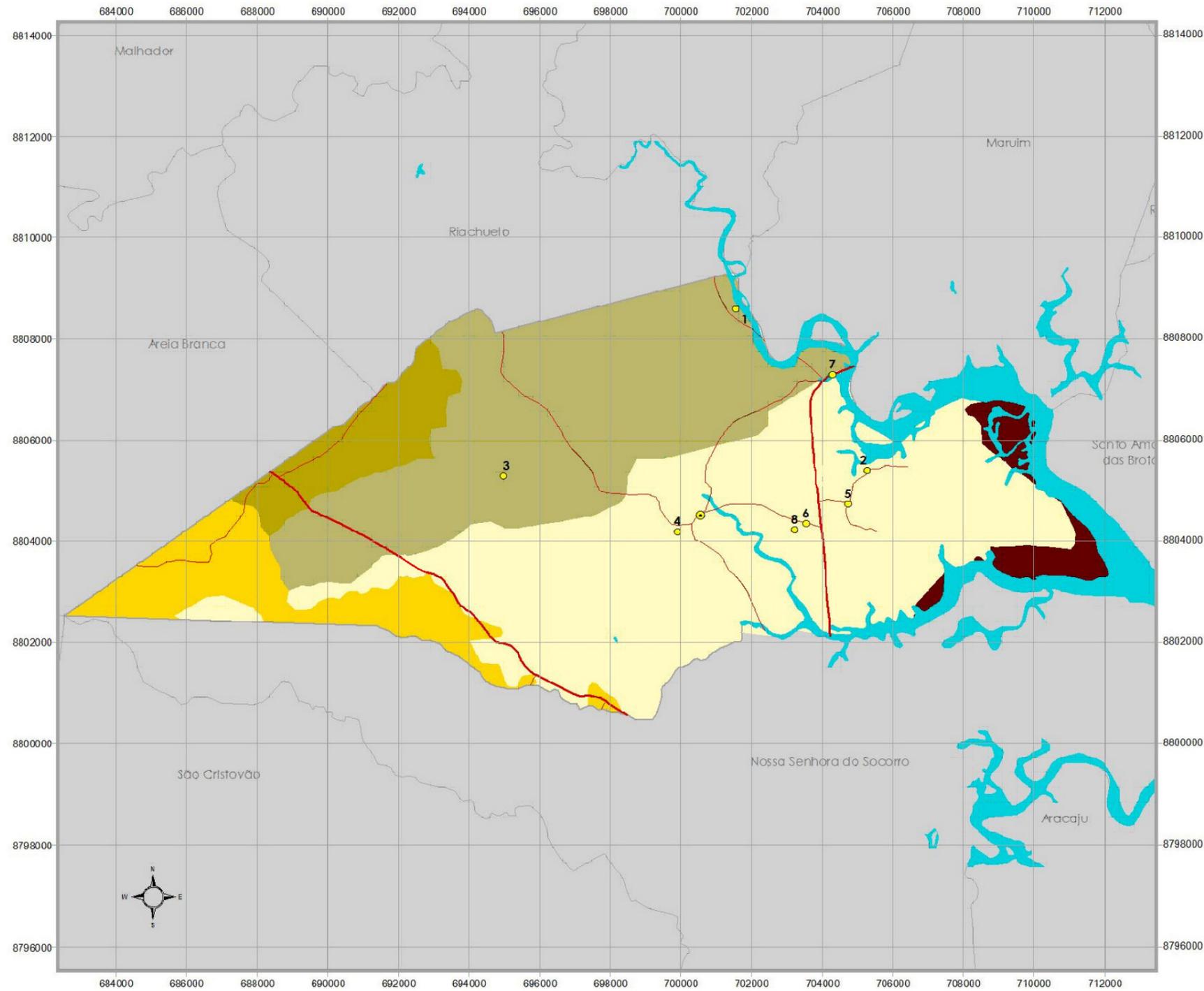
O restante da área é dominada pelos litótipos do Grupo Barreiras (areias finas e grossas com níveis argilosos e conglomeráticos) e por depósitos aluvionares, coluvionares e depósitos de pântanos e mangues atuais.

Geomorfologia

A área de estudo caracteriza-se por altitudes modestas que se elevam à medida que se caminha para o Oeste do município. O relevo da região pode ser compartimentado basicamente em dois níveis:

- Planície Flúvio-Marinha: estende-se de Norte a Sul, ao longo de toda a faixa costeira e é formada por praias, restingas e dunas, estas últimas com alturas de até 30 metros. É caracterizada por área plana resultante da combinação de processos de acumulação fluvial e marinha, geralmente sujeitas a inundações periódicas, com vegetação de mangues, podendo chegar a até 35 km para o interior;
- Tabuleiros Costeiros: após a Planície Litorânea, em direção ao Oeste, os tabuleiros aparecem formando morros e colinas. Os tabuleiros costeiros possuem forma topográfica de terreno que se assemelha a planaltos. Na zona costeira de Sergipe a paisagem é de topografia plana, sedimentar e de baixa altitude. Os tabuleiros costeiros constituem uma unidade geomorfológica posicionada no sentido norte-sul da costa brasileira com largura variável entre 20 e 120 km e altitude que varia de 20 a pouco mais de 700m com predominância entre 20 e 220m. Estima-se que o domínio dos Tabuleiros Costeiros cobre uma área de aproximadamente 125.000 km² em todo o país, correspondendo a 1,5% do território brasileiro.

Mapa 08. Geologia



Mapa de localização do município



Legenda:

- Sede municipal
 - Rodovias federais
 - Rodovias estaduais
 - Lagos e litoral
 - Limite municipal
- Classes
- Areia, Argila
 - Arenito, Arenito conglomerático, Argilito Arenoso
 - Calcarenito, Calcilito, Calcirudito, Folhelho
 - Calcário, Folhelho
 - Calcilito, Calcário
- Localidades
- 1 - BOM JESUS
 - 2 - CEDRO
 - 3 - FAZENDA VARZINHA
 - 4 - MACHADO
 - 5 - MUSSUCA
 - 6 - PASTORA
 - 7 - PEDRA BRANCA
 - 8 - VÁRZIA

T · E · C · H · N · U · M
CONSULTORIA

Geologia de Laranjeiras

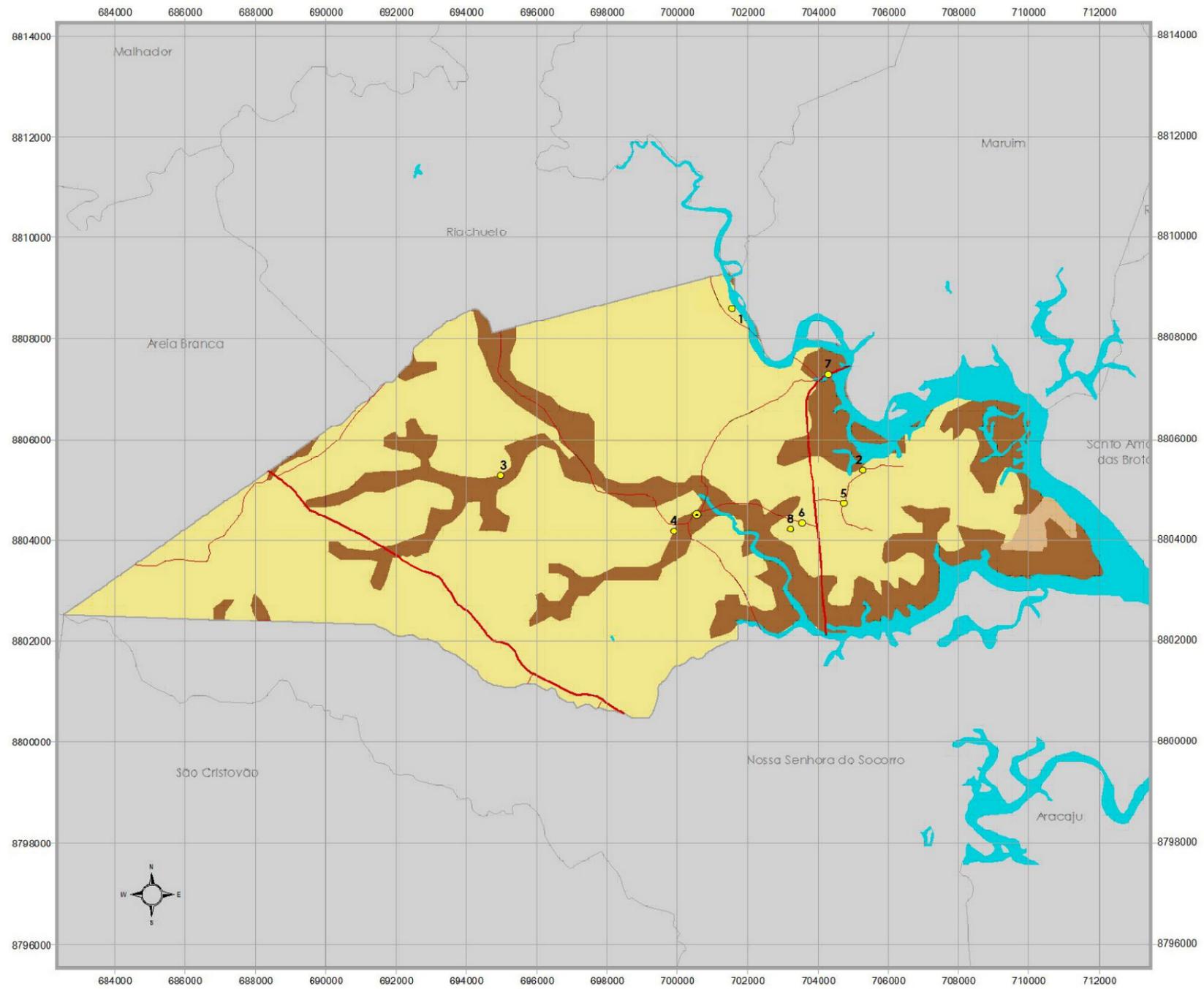
0,9 0 0,9 1,8 km

Escala 1:100.000

Projeção UTM - Zona 24 Sul
Datum SAD 69

Plano Diretor Participativo
Laranjeiras

Mapa 09. Geomorfologia



Mapa de localização do município



Legenda:

- Sede municipal
 - Rodovias federais
 - Rodovias estaduais
 - Lagos e litoral
 - Limite municipal
- Classes**
- Planície fluviomarinha
 - Relevos dissecados em colinas e interflúvios tabulares
 - Terraço fluviomarinho
 - Localidades
- 1 - BOM JESUS
 - 2 - CEDRO
 - 3 - FAZENDA VARZINHA
 - 4 - MACHADO
 - 5 - MUSSUCA
 - 6 - PASTORA
 - 7 - PEDRA BRANCA
 - 8 - VÁRZEA

T · E · C · H · N · U · M
CONSULTORIA

Geomorfologia de Laranjeiras

0,9 0 0,9 1,8 km

Escala 1:100.000

Projeção UTM - Zona 24 Sul
Datum SAD 69

Plano Diretor Participativo
Laranjeiras

ALTIMETRIA E DECLIVIDADE

Altimetria

O município de Laranjeiras possui, no que se refere à altimetria, pequena variação ao longo de seu território. Podem ser encontradas desde áreas com altitude de aproximadamente 20 metros até elevações de 120 metros.

Essas áreas estão distribuídas da seguinte forma:

- Na parte Leste prevalecem as menores altitudes, entre 20 e 40 metros, próximas à planície flúvio-marinha;
- Na parte central estão distribuídas as altitudes entre 40 e 80 metros;
- No extremo oeste encontram-se as maiores altitudes do município, que podem atingir até 120 metros, na região dos tabuleiros costeiros.

Declividade

A declividade do município foi obtida com base em um Modelo Digital de Terreno. Esse modelo utilizou informações das diferentes variações existentes na superfície terrestre, detectadas por leituras de radar, tratando-se, portanto, de valores estimados.

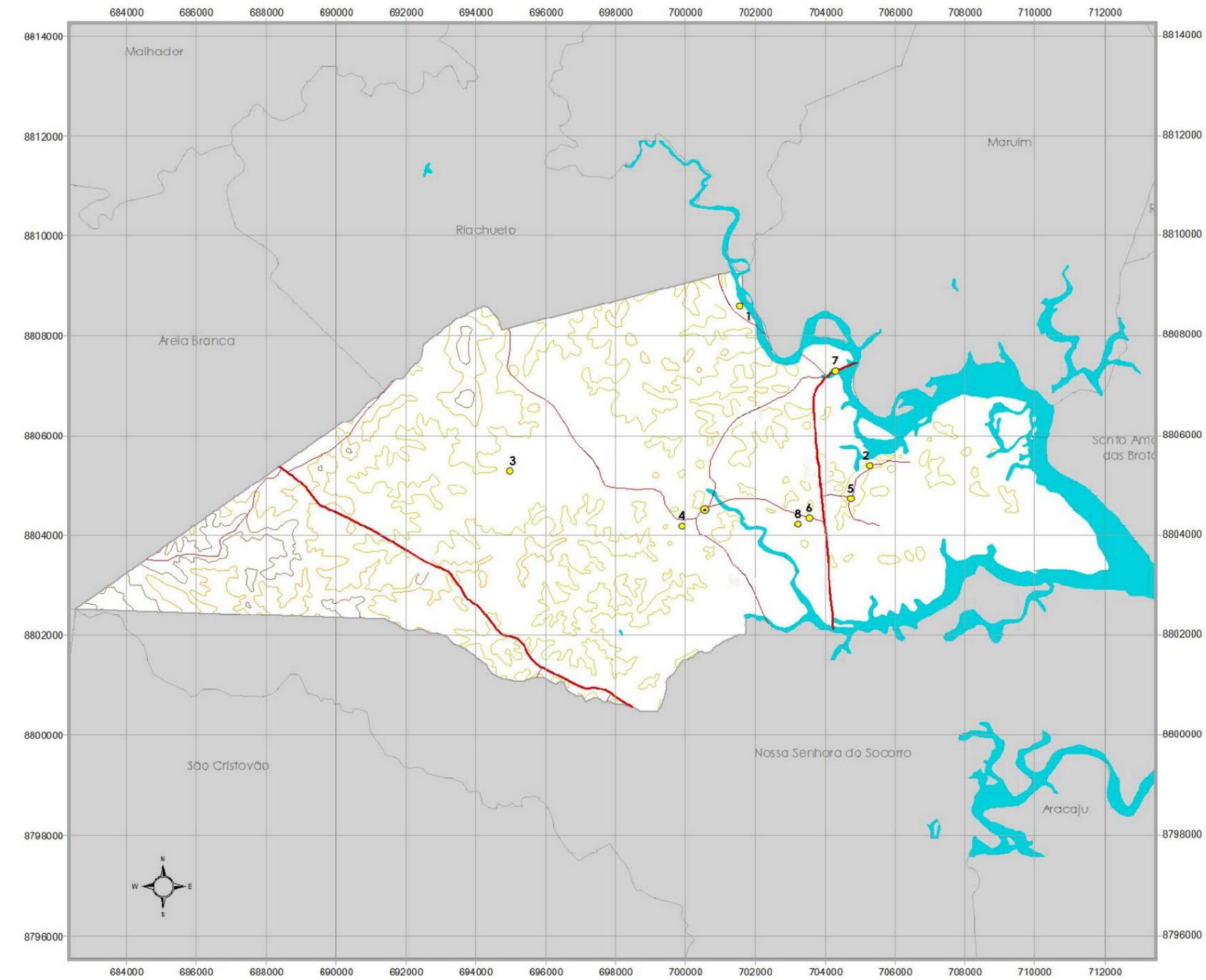
Devido às suas características geomorfológicas, que possuem feições planas e suave onduladas, a declividade no município varia desde zero, áreas totalmente planas, até declividades acima de 20°, pontualmente distribuídas ao longo da região.

A distribuição da declividade está diretamente relacionada com a altimétrica. Portanto, as classes de declividade estão distribuídas da mesma forma que a anterior:

- Na parte Leste prevalecem as áreas de menor declividade, entre 0° e 10°, próximas à foz do rio Real;
- Na parte central estão localizadas as declividades ainda baixas, entre 10° e 15°; e
- Principalmente na região Oeste encontram-se as maiores declividades do município, acima de 20°. Apesar desses valores, o município é considerado bastante plano.

No contexto do município, as áreas com declividade acima de 15° representam menos de 0,2% do total, o que significa que o município não apresenta restrições de uso e ocupação relativas à declividade.

Mapa 10. Altimetria



Mapa de localização do município



Legenda:

- Sede municipal
- Rodovias federais
- Rodovias estaduais
- Lagos e litoral
- Limite municipal
- Nível (m)
- 40
- 41 - 80
- 81 - 120
- Localidades
- 1 - BOM JESUS
- 2 - CEDRO
- 3 - FAZENDA VARZINHA
- 4 - MACHADO
- 5 - MUSSUCA
- 6 - PASTORA
- 7 - PEDRA BRANCA
- 8 - VÁRZIA

T · E · C · H · N · U · M
CONSULTORIA

**Hipsometria
de Laranjeiras**

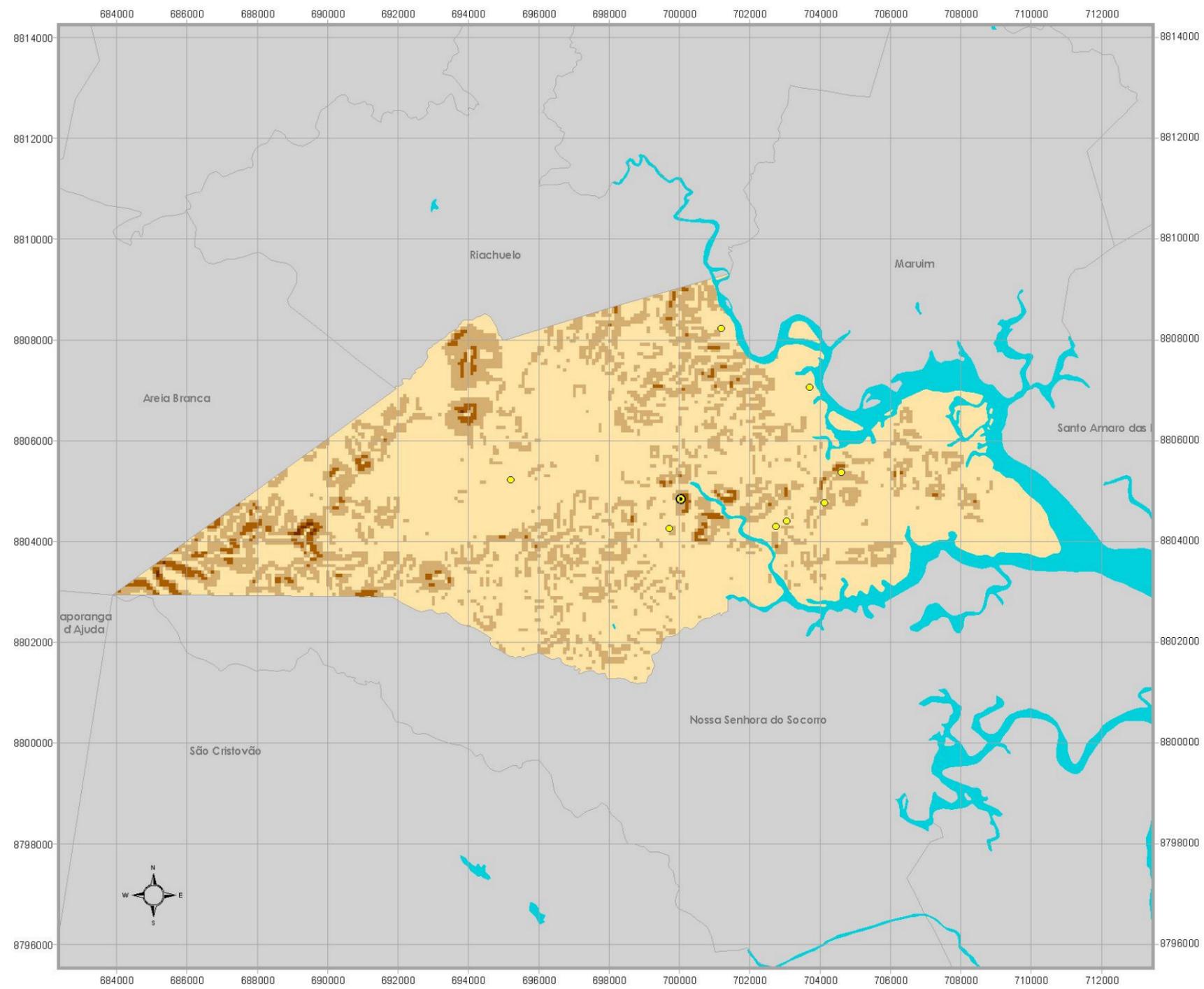
0,9 0 0,9 1,8 km

Escala 1:100.000

Projeção UTM - Zona 24 Sul
Datum SAD 69

Plano Diretor Participativo
Laranjeiras

Declividade



Mapa de localização do município



- Legenda:**
- Sede municipal
 - Localidades
 - Lagos e litoral
- Declividade (graus)
- 0 a 10
 - 10 a 15
 - 15 a 20
 - Acima de 20

T·E·C·H·N·U·M
CONSULTORIA

**Declividade
de Laranjeiras**

0.9 0 0.9 1.8 km

Escala 1:100.000

Projeção UTM - Zona 24 Sul
Datum SAD 69

Plano Diretor Participativo
Laranjeiras

PEDOLOGIA

As classes pedológicas (SIRH-SE, 2004) têm estreita relação com a geomorfologia, a geologia e o clima da região. Os solos do município estão classificados como:

- **Podzólico Vermelho-Amarelo:** é um tipo de solo mineral não-hidromórfico, com horizonte A ou E seguidos de horizonte B textural não plíntico, cores vermelhas e amarelas, teores de Fe₂O₃ menor que 110g/kg, apresentando distinta individualização de horizontes. Varia bastante quanto à profundidade e textura e, do ponto de vista analítico, apresenta-se ácido. É comum apresentar concreções ferruginosas, com tamanho variável, desde cascalho a matacões, representando sério impedimento ao uso agrícola mecanizado, dependendo das proporções em que este acontece.
- **Podzol:** é predominante arenoso, fortemente ácido e de muito baixa fertilidade natural, também formado por sedimentos arenoquartzosos da planície litorânea. Apresenta problemas de drenagem nas áreas onde o horizonte B aparece muito endurecido e próximo da superfície, funcionando como uma camada de certa impermeabilidade. Normalmente, alagam na época chuvosa, sendo vagarosa a absorção hídrica, permanecendo encharcados por quase todo o período chuvoso.
- **Halomórficos (Solos indiscriminados de Mangues):** possuem textura argilosa e arenosa, localizados em relevo plano, muito mal drenado, com alto conteúdo de sais. Não são usados para agricultura, estando totalmente cobertos pela vegetação natural (mangues).
- **Brunizen Avermelhado (Chernossolo):** solos minerais, não hidromórficos, sempre com horizonte A chernozêmico e horizonte B textural com argila de atividade alta e eutróficos ao longo do perfil. São geralmente pouco profundos (50-100 cm) apresentando pedras na superfície e/ou misturadas à massa de solo. São solos de fertilidade natural muito elevada, com altos valores de pH e nulos ou muito baixos teores de alumínio trocável. Apesar da ótima fertilidade natural que possuem, estes solos comumente apresentam sérias restrições para uso agrícola, devido ao fato de quase sempre serem muito pedregosos e apresentarem perfis com pouca profundidade. Estas características constituem fatores de restrição ou mesmo de impedimento ao uso de maquinaria agrícola e, além disso, tornam os solos muito susceptíveis à erosão hídrica quando cultivados.
- **Hidromórfico:** Ocorrem geralmente em locais planos e ricos em matéria orgânica, mal drenados e inundados temporariamente (margens de córregos, rios, vales úmidos), porém, apresentando muitas vezes umidade excessiva, necessitando de drenagem adequada.

Predisposição à Erosão dos solos

Os solos não são estáticos, pelo contrário, encontram-se em estado de contínuas modificações. As enxurradas causadas pelas chuvas, os rios e os ventos desgastam a superfície da Terra, transportando lentamente as partículas do solo. No estado natural do solo, a vegetação cobre-o como um manto protetor, o que faz com que sua remoção seja muito lenta e, portanto, compensada pelos contínuos processos de formação do solo. No entanto, a ação do homem pode romper este equilíbrio benéfico. No cultivo do solo, a prática usual é a retirada da cobertura vegetal e o revolvimento da camada superficial. Estas operações, quando efetuadas sem o devido cuidado aceleram o processo de erosão.

A erosão pode ser tecnicamente definida como a remoção das partículas do solo das partes mais altas, pela ação das águas da chuva ou dos ventos, e o transporte e deposição destas partículas para as partes mais baixas do relevo, ou para o fundo dos lagos, rios e oceanos.

Existem basicamente três tipos de erosão hídrica: a erosão laminar que se manifesta pela remoção gradual de uma fina camada superficial de espessura relativamente uniforme, cobrindo praticamente todo o relevo; a erosão em sulcos que é o desgaste em faixas estreitas dirigidas ao longo dos maiores declives do terreno; e a erosão em voçorocas representada pelo deslocamento de massas de solo, formando grandes desbarrancamentos ou cavidades. Desses três tipos, a erosão laminar é a mais importante.

A maior ou menor suscetibilidade de um terreno à erosão pela água depende de uma série de fatores, dos quais, quatro são considerados como principais: clima da região, tipo de solo, declividade do terreno e manejo do solo. Os fatores mais importantes do clima com respeito à erosão são: a distribuição; a quantidade e a intensidade das chuvas que, em forma de aguaceiros, provoca em alguns minutos grandes enxurradas e intensa erosão.

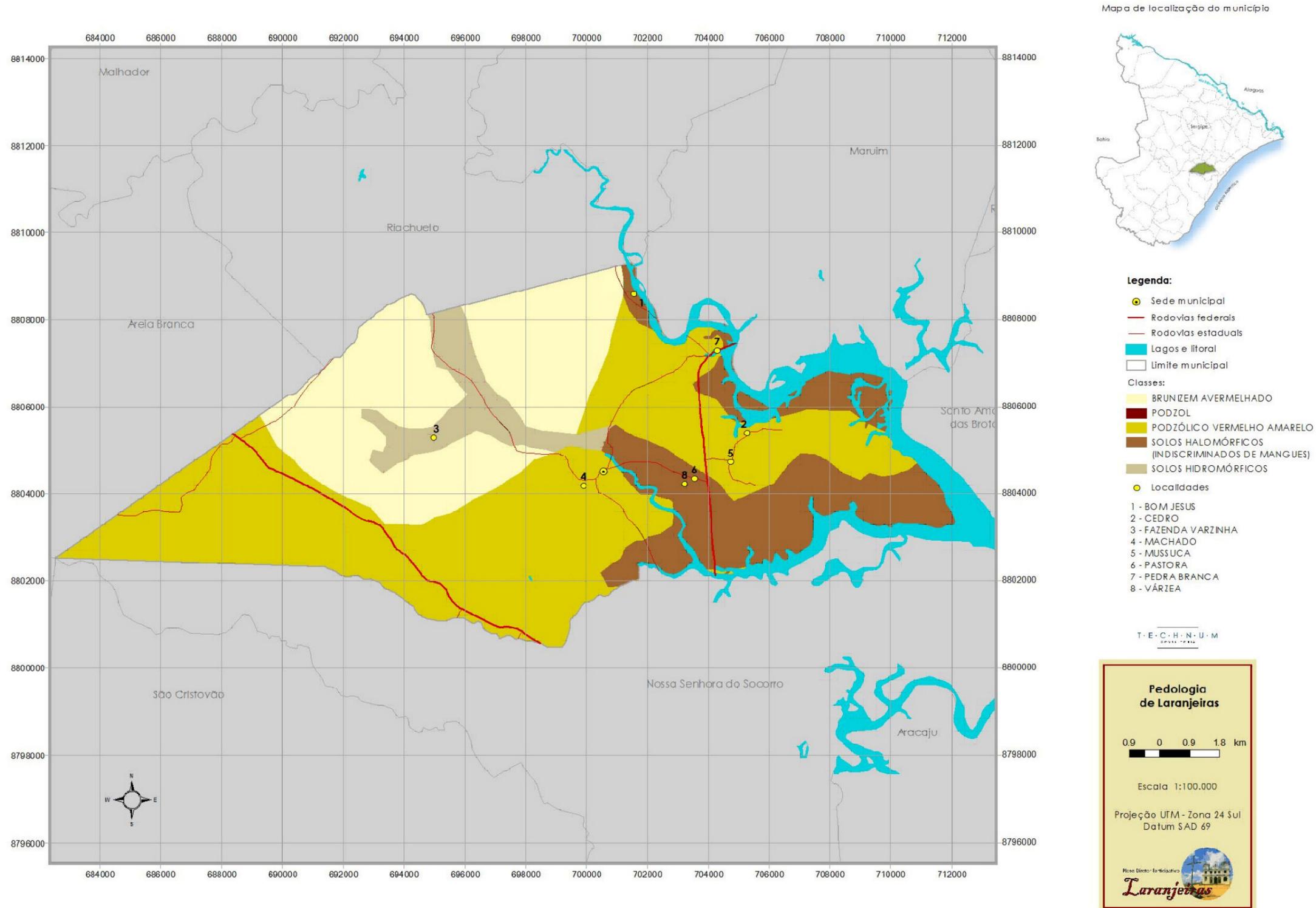
Alguns tipos de solos são mais susceptíveis à erosão que outros, dependendo, especialmente, de suas propriedades físicas, notadamente, textura, permeabilidade e profundidade.

Assim, solos de textura arenosa são mais facilmente erodidos. A permeabilidade também é outro fator importante. Da mesma forma, solos rasos (< 50cm de profundidade) são mais erodíveis que os profundos (100cm-200cm de profundidade), porque neles a água das chuvas acumula-se acima das rochas ou camada adensada, que é impermeável, encharcando-se mais rapidamente, o que facilita o escoamento superficial e, conseqüentemente, o arraste do horizonte A.

Tendo em vista que os solos existentes na região de Laranjeiras, onde são desenvolvidas as culturas da cana-de-açúcar e da laranja, têm maior predisposição aos processos erosivos, é imprescindível que sejam tomados os cuidados necessários no seu manejo, no sentido de prevenir o empobrecimento do solo e o assoreamento dos corpos hídricos.

A textura arenosa desses solos facilita as ações erosivas, sobretudo quando o relevo é ondulado. A retirada do recobrimento vegetal e a exposição às chuvas, somadas aos processos de lixiviação e de escoamento superficial, facilitam a degradação do mesmo. O controle da erosão requer plantio em curva de nível, proteção das encostas e cultivos de vegetação rasteira.

Mapa 11. Pedologia



ASPECTOS BIÓTICOS

Fitofisionomias

No município são encontrados, principalmente, os tipos vegetacionais denominados Caatinga, Campo Limpo e Campo Sujo.

- **Caatinga:** é dominada por tipos com características xerofíticas – formações vegetais secas, que compõem uma paisagem cálida e espinhosa – com estratos compostos por gramíneas, arbustos e árvores de porte baixo ou médio (3 a 7 metros de altura), caducifólias (folhas que caem), com grande quantidade de plantas espinhosas (exemplo: leguminosas), entremeadas de outras espécies como as cactáceas e as bromeliáceas. Entre outras espécies destacam-se a jurema-preta, mufumbo, faveleiro, marmeleiro, xique-xique e facheiro.
- **Campo Limpo:** o nome dado à extensão de terras sem mata, recoberto por plantas herbáceas, principalmente gramíneas, podendo ter árvores esparsas. Ocorre em terrenos planos, em vales e colinas.
- **Campo Sujo:** É uma vegetação com fisionomia herbácea e arbustiva com arbustos e subarbustos espaçados entre si, geralmente sobre solos mais rasos que podem apresentar pequenos trechos de rochas ou solos mais profundos, mas pouco férteis.

Estão presentes ainda, nas formações vegetais existentes na área, manchas de Mata Atlântica que, entre todas as formações vegetais é a que tem sido alvo de maior atenção e de práticas preservacionistas.

Originalmente, esta percorria todo o litoral brasileiro, estendendo-se do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul, ocupando uma área de 1,3 milhão de quilômetros quadrados. Tratava-se da segunda maior floresta tropical úmida do Brasil, só comparável à Floresta Amazônica.

Da mesma forma que em outras áreas do Estado e do território nacional, a área em estudo vem sofrendo ações de desmatamento motivadas pela abertura de frentes de cultivo, de expansão de pastagens e exploração dos recursos naturais.

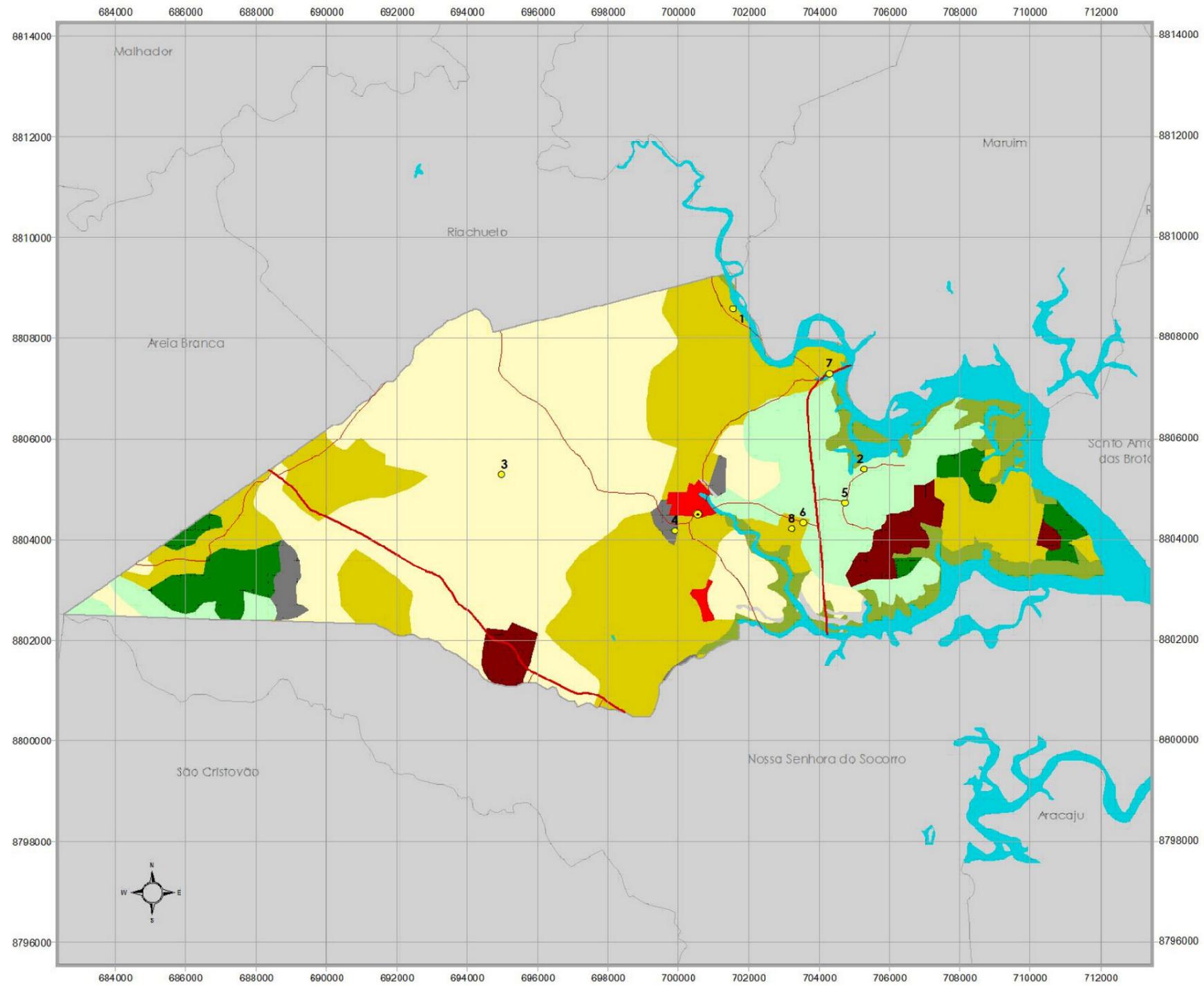
Uso agrícola do solo

As classes de uso da terra (SIRH-SE, 2004) estão divididas, em sua maioria, em área cultivada, pastagem, mata secundária e pequenas manchas de floresta (MAPA 10).

As áreas de cultivo, em sua grande maioria de cana-de-açúcar, estão localizadas principalmente na parte centro-oeste do município, prioritariamente sobre os solos Brunizen avermelhado. As pastagens estão concentradas na região central e os locais onde ainda existem pequenas manchas de floresta prevalecem no extremo Oeste e extremo Leste do município – manguezais como indicado no Mapa 10.

No contexto de planejamento do uso do solo para a agricultura, a EMBRAPA elaborou o Zoneamento Agroecológico do Nordeste do Brasil – ZANE (Silva *et al.*, 2000), em escala 1:2.000.000. As informações do ZANE são de interesse específico dos produtores e podem ser encontradas na EMBRAPA.

Mapa 12. Uso agrícola do Solo



Mapa de localização do município



- Legenda:**
- Sede municipal
 - Rodovias federais
 - Rodovias estaduais
 - Lagos e litoral
 - Limite municipal
- Classes de uso da terra**
- Área cultivada
 - Área urbana
 - Floresta
 - Mangue
 - Mata secundária
 - Pastagem < 20%
 - Pastagem > 20%
 - Solos expostos
 - Localidades
- 1 - BOM JESUS
 - 2 - CEDRO
 - 3 - FAZENDA VARZINHA
 - 4 - MACHADO
 - 5 - MUSSUCA
 - 6 - PASTORA
 - 7 - PEDRA BRANCA
 - 8 - VÁRZEA

T·E·C·H·N·U·M
CONSULTORIA

Uso do Solo de Laranjeiras

0,9 0 0,9 1,8 km

Escala 1:100.000

Projeção UTM - Zona 24 Sul
Datum SAD 69

Plano Diretor Participativo
Laranjeiras

ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Apesar de ser o menor estado do país, além de estar inserido ou possuir em seu território seis bacias hidrográficas de significativa importância: São Francisco, Sergipe, Japaratinga, Vaza Barris, Piauí e Real, Sergipe apresenta peculiaridades ecossistêmicas que merecem destaque.

Devido ao intenso processo de substituição desordenada das áreas com vegetação nativa por atividades agropecuárias, cidades, estradas e indústrias, as áreas de preservação permanente do estado encontram-se quase que em sua totalidade desprotegidas, o que compromete a manutenção das nascentes e conseqüente disponibilidade de água (Gomes et al, 2006).

Um estudo realizado pelo Ministério do Meio Ambiente (Brasil, 2004), que fez um mapeamento estabelecendo áreas consideradas como de prioridade para a conservação da biodiversidade no planeta, coloca o estado de Sergipe com grandes faixas indicando áreas de extrema e alta prioridade para a conservação da biodiversidade. Os ecossistemas predominantes nestas regiões são os de mata atlântica e caatinga, que foram intensamente exploradas desde a colonização do país, com substituição de espécies nativas por cultivos e pastagens.

O Zoneamento Ecológico Econômico elaborado para o Litoral Sul, aborda as áreas dos municípios de São Cristóvão, Itaporanga d'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Laranjeiras. No trabalho foram consideradas as áreas totais dos municípios citados, isto é, seus limites político-administrativos.

Na área foram identificadas diversas restrições e limitações ao uso do solo, sendo as principais:

- Problemas de drenagem sobre as áreas inundáveis e os fundos de vales;
- Restrições por fertilidade dos solos;
- Restrições de ordem legal (dunas, manchas de matas, mangues e restingas e o uso de mananciais previsto no reenquadramento dos corpos d'água); e
- Erosão marinha, eólica e pluvial e assoreamento.

Além dessas restrições, verifica-se o uso inadequado dos mananciais superficiais, o que vem comprometendo os recursos disponíveis e degradando as condições naturais dos ecossistemas estuarinos. A utilização dos mananciais como local de despejos urbanos domésticos e de efluentes industriais tem comprometido a qualidade das águas, principalmente nos estuários dos rios Sergipe e Piauí.

A presença de áreas úmidas e de lagos que servem de refúgio para a fauna, principalmente as aves, é merecedora de atenção especial, visando impedir que ocupação desordenada contamine os corpos de água. Por outro lado, os cordões dunares têm sido alvo constante das mineradoras de areia e dos empreendedores imobiliários, implicando em sucessivas atuações por parte do Ministério Público Federal e Estadual. Também a flora remanescente, restrita a manchas de Mata Atlântica e manguezais deve ser preservada para a manutenção das funções ecológicas.

Existe na região uma Área de Proteção Ambiental Estadual, a APA do Litoral Sul. Transformada em Unidade de Conservação por meio do Decreto 13.468 de 22 de janeiro de 1993, que define a estrutura de ocupação da área compreendida entre a foz do Rio Vaza Barris e a desembocadura do Rio Real, com cerca de 55,5 km de costa e largura variável de 10 a 12 km, do litoral para o interior, já dispendo de Plano de Manejo.

Esta abrange os municípios de Itaporanga d'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba. Inserem-se nesta APA as praias mais habitadas do Estado, destacando-se a

Caueira, Saco e Abais, além das maiores áreas de Restingas arbóreas, Manguezais e manchas mais preservadas de Mata Atlântica do Estado. Compreende, ainda, área de grande fragilidade ambiental formada por dunas, lagoas e manguezais, que vem sofrendo início de processo de pressão em virtude do desenvolvimento turístico e econômico do Litoral Sul, notadamente após a abertura da rodovia SE 100.

Apesar de não abranger o município de Laranjeiras, o plano de manejo desta APA pode fornecer algumas diretrizes de gestão ambiental visto que os biomas existentes na região são semelhantes: áreas de restinga, mangues e remanescentes de mata atlântica.

Além desta APA, vale salientar que os manguezais são protegidos, são áreas de preservação permanente previstas em legislação federal.

Vulnerabilidade

O rio Cotinguiba, um dos principais corpos hídricos da região está assoreado devido à falta de cuidados no manejo da terra e ocupação de suas margens.

O rio recebe os dejetos da FAFEN, Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados subsidiária da Petrobrás, e grande parte do esgoto residencial é lançado sem tratamento. Além disso, o lançamento de resíduos domésticos e de animais mortos tem contribuído para a sua degradação.

O despejo de resíduos da moagem da cana de açúcar tem causado a mortandade dos peixes pelo menos duas vezes ao ano.

Denúncias foram efetuadas e os responsáveis punidos reiteradas vezes, por meio de multas. No entanto, não houve, uma redução significativa dos danos.

As áreas de manguezais sofrem com o desmatamento e o desrespeito do defeso, praticados pelos próprios moradores de algumas comunidades.

Outro fator que tem colocado o ambiente e a população em risco é a fumaça e a fuligem resultante da queima da cana na época da colheita e moagem, período em que também ocorre o aumento na produção de ruídos.

Segundo informações da população local, a fiscalização ineficiente ou ausente tem contribuído para a degradação ambiental no município.

CARACTERIZAÇÃO DA DINÂMICA ECONÔMICA

O Plano Urbanístico de Laranjeiras, de 1974, já naquela época, apontava como principais problemas do município, o desemprego e a fragilidade das atividades comerciais e que a dinamização econômica do município não poderia estar focada apenas no turismo.

De lá para cá, a tendência foi de aumento do quadro de dependência de Laranjeiras, da produção e serviços de outros municípios.

Segundo informações da comunidade, houve uma melhora das condições econômicas da população, decorrente dos programas de transferência de renda do Governo Federal.

As comunidades dos Conjuntos Albano Franco, José Franco e Loteamento Paulo Hagenbeck acham que a economia melhorou para quem tem um orçamento planejado, e em função do acesso aos programas sociais.

Estrutura Produtiva – Setor primário

Em tempos mais remotos, havia em Laranjeiras uma produção agrícola mais diversificada. Produzia-se feijão, milho, mandioca além da produção de frutos, dentre quais se sobressaía a laranja, origem do nome do município. Havia até produção de artefatos de algodão, cerâmica e palha.

Atualmente as terras do município estão ocupadas com a monocultura da cana-de-açúcar e pastagens.

A agricultura desenvolvida na maioria dos povoados é de subsistência e a monocultura da cana-de-açúcar, não atende a demanda de emprego.

Na comunidade de Pedra Branca, a agricultura e a pesca são as principais fontes de emprego e renda.

As populações de Cedro e Mussuca garantem a sua subsistência através da pesca de mariscos e extração mineral de uma pedreira localizada no município.

Dados Econômicos - Pecuária - Efetivo de rebanhos (cabeças) 1991-2003 Laranjeiras - SE

	1991	2000	2001	2002	2003
Asinino	20	12	10	11	10
Bovino	5.050	5.860	4.950	4.630	6.260
Bubalino	--	--	--	14	--
Caprino	30	35	37	35	40
Equino	550	430	420	405	440
Galinha	8.500	500	550	595	700
Galo	13.500	9.600	9.400	9.680	9.800
Muar	215	140	120	112	100
Ovino	125	200	185	178	250
Suino	290	162	150		

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal

Dados Econômicos - Lavouras Permanentes - Quantidade Produzida, 1991-2003 Laranjeiras - SE

	1991	2000	2001	2002	2003
Banana (mil cachos)	38	18	120	112	120
Côco-da-baía (mil frutos)	549	420	360	252	280
Manga	468	198	39	36	--

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal

Dados Econômicos - Lavouras Temporárias - Quantidade Produzida, 1991-2003 Laranjeiras - SE

	1991	2000	2001	2002	2003
Algodão Árboreo (tonelada de caroço)	7	-	-	-	-
Amendoim (tonelada)	3	3	3	2	-
Batata Doce (tonelada)	18	14	9	4	-
Cana-de-açúcar (tonelada)	264.704	201.600	178.750	157.300	227.500
Feijão (tonelada de grão)	12	2	2	1	30
Mandioca (tonelada)	591	720	783	473	900
Milho (tonelada de grão)	41	77	84	57	80

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal

Empresas setor primário- atividade, pessoal ocupado e renda, 2004 Laranjeiras - SE

Atividade	Quantidade	Unidade
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	2	unidade
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	-	pessoa
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	-	pessoa
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	-	mil reais
Pesca	-	unidade
Pesca	-	pessoa
Pesca	-	pessoa
Pesca	-	mil reais
Indústrias extrativas	3	unidade
Indústrias extrativas	8	pessoa
Indústrias extrativas	7	pessoa
Indústrias extrativas	28	mil reais

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2004.

Estrutura Produtiva – Setor Secundário

A Usina Pinheiro, a FAFEN e a fábrica de cimento Poti, localizadas no município, constituem as principais atividades industriais desenvolvidas no município de Laranjeiras. As comunidades de Pinheiro, Pastora, Várzea e Pedra Branca são as principais beneficiárias das atividades industriais, o que não significa que toda a mão de obra das indústrias seja proveniente das comunidades locais.

Por falta de qualificação da mão de obra local, grande parte dos empregados são de Aracaju.

Empresas setor secundário - atividade, pessoal ocupado e renda, 2004 Laranjeiras - SE

Atividade	Quantidade	Unidade
Indústrias de transformação	12	unidade
Indústrias de transformação	1.451	peessoa
Indústrias de transformação	1.437	peessoa
Indústrias de transformação	50.875	mil reais
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	1	unidade
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	-	peessoa
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	-	peessoa
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	-	mil reais

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2004.

Estrutura Produtiva – Setor Terciário

A principal atividade do setor terciário é o funcionalismo público ligado à administração pública municipal e estadual.

A atividade econômica ligada ao comércio está concentrada praticamente na sede, no entanto não é um comércio diversificado dada a forte concorrência de Aracaju. Com isso a população se desloca para outras cidades, como Aracaju para suprir as suas necessidades de consumo.

Nos povoados não se constata atividades significativas ligadas ao setor terciário, enquanto na sede municipal, além do funcionalismo público municipal e estadual, destacam-se a atividade de artistas plásticos e a venda de artesanatos.

Empresas setor terciário - atividade, pessoal ocupado e renda, 2004 Laranjeiras - SE

Atividade	Quantidade	Unidade
Construção	5	unidade
Construção	47	peessoa
Construção	32	peessoa
Construção	139	mil reais
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	53	unidade
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	129	peessoa
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	80	peessoa
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	1.478	mil reais
Alojamento e alimentação	6	unidade
Alojamento e alimentação	101	peessoa
Alojamento e alimentação	94	peessoa
Alojamento e alimentação	424	mil reais
Transporte, armazenagem e comunicações	42	unidade
Transporte, armazenagem e comunicações	82	peessoa
Transporte, armazenagem e comunicações	58	peessoa
Transporte, armazenagem e comunicações	1.220	mil reais
Intermediação financeira	2	unidade
Intermediação financeira	-	peessoa
Intermediação financeira	-	peessoa
Intermediação financeira	-	mil reais
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	12	unidade

Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	61	peessoa
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	46	peessoa
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	332	mil reais
Administração pública, defesa e seguridade social	2	unidade
Administração pública, defesa e seguridade social	-	peessoa
Administração pública, defesa e seguridade social	-	peessoa
Administração pública, defesa e seguridade social	-	mil reais
Educação	5	unidade
Educação	28	peessoa
Educação	22	peessoa
Educação	66	mil reais
Saúde e serviços sociais	2	unidade
Saúde e serviços sociais	-	peessoa
Saúde e serviços sociais	-	peessoa
Saúde e serviços sociais	-	mil reais
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	40	unidade
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	121	peessoa
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	56	peessoa
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	278	mil reais
Serviços domésticos	-	unidade
Serviços domésticos	-	peessoa
Serviços domésticos	-	peessoa
Serviços domésticos	-	mil reais
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	unidade
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	peessoa
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	peessoa
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	mil reais

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2004.

Turismo

Potencialidade turística de Laranjeiras

O Plano Urbanístico de 1974 apontava o turismo como uma das atividades de maior importância para a dinamização econômica da cidade, citando como elementos de interesse turístico o acervo arquitetônico e as manifestações culturais populares. De acordo com a análise feita à época, o acervo arquitetônico já se encontrava em estado precário de conservação e as manifestações culturais estavam ameaçadas pela falta de apoio oficial e pela presença de novas formas de lazer. A inexistência de qualquer infraestrutura turística e a falta de divulgação do município eram apontados como fatores da pouca atratividade de turistas.

Proposições do PDITS/SE

Em consonância com a atual estratégia turística do Estado de Sergipe, que busca induzir o crescimento da demanda turística, por meio da promoção da melhoria da qualidade dos serviços, da diversificação e da descentralização da oferta turística, e da contribuição para tornar mais atrativos os núcleos turísticos da área, a formatação do Produto Costa dos Coqueirais considera Aracaju como Centro Receptivo Principal e cria pontos de apoio para o desenvolvimento turístico de todo o Pólo.

O Pólo Costa dos Coqueirais é colocado como produto único, integrando as potencialidades locais de forma a obter expressividade pela soma das partes, estabelecendo perfis diferenciados com complementaridade e em acordo com as vocações naturais dos municípios que o compõem.

A implementação do Pólo está estruturada na melhoria da qualidade da infra-estrutura básica das localidades de interesse turístico, notadamente as relacionadas ao saneamento ambiental, garantindo melhores condições para o visitante e a população local, além de apoiar e induzir a implantação de empreendimentos da iniciativa privada relacionados à estratégia estabelecida para o desenvolvimento sustentável do Pólo dos Coqueirais.

A existência de atrativos de grande potencialidade turística nas extremidades do Pólo e a configuração do sistema rodoviário criam condições para o estabelecimento de eixos principais de circulação de turistas, a partir do qual toda a área pode se beneficiar.

Além dos produtos localizados nas extremidades do Pólo, destacam-se ainda pela expressividade e capacidade de atração de turistas potenciais devido à singularidade de suas características, os atrativos turísticos relacionados aos engenhos e à biodiversidade.

Os eixos principais de circulação de turistas estão estruturados em um sistema intermodal de acessibilidade turística que tem como pontos centrais:

- Melhoria do aeroporto de Aracaju e negociação para aumento da oferta de vôos regulares;
- Complementação do sistema rodoviário da SE-100, notadamente na implementação de: continuidade do trecho SE-100 Norte, com características de estrada parque; interligação dos povoados e pontos de interesse; e obras de transposição dos rios. Compreende ainda a melhoria da sinalização rodoviária e a implantação de sinalização turística;
- Melhoria da oferta de transporte público rodoviário de natureza turística, desvinculando-o do transporte convencional de passageiros;
- Estruturação do transporte público fluvial, prioritariamente na Foz do São Francisco e no Estuário do Rio Real;
- Implementação de circuito turístico ferroviário, no trecho entre Laranjeiras e Itaporanga D'Ajuda, incluindo revitalização das estações para agregação de uso turístico.

O PDITS/SE 2005 - Pólo da Costa dos Coqueirais coloca o circuito das cidades históricas – Aracaju, São Cristóvão e Laranjeiras - como produto complementar. São Cristóvão e Laranjeiras perfazem junto com Aracaju, um conjunto representativo tanto do ponto de vista histórico como sócio-cultural, com áreas urbanas históricas com características semelhantes. As diretrizes para o desenvolvimento do turismo apontam para o tratamento conjunto destes núcleos históricos como forma de garantir o melhor retorno dos investimentos e da atratividade turística.

Áreas, segmentos de turismo e desenvolvimento desejável

Aracaju e Área Central				
Aracaju, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, Santo Amaro das Brotas, e São Cristóvão.	Turismo Convencional Turismo de Eventos e Negócios Turismo Cultural	Turismo de Aventura Turismo Esportivo Turismo Náutico Turismo Ecológico		Ambientes urbanos diferenciados; Hotéis com instalações e serviços de qualidade; Hotéis de cadeia, pousadas, resorts de alto padrão; Marinas/ atracadouros para atividades de lazer e entretenimento; Espaço eventos/ multiuso; Restaurantes, teatros, sala de espetáculos, centros de artesanato e outros equipamentos turísticos; Equipamentos Urbanos; Serviços de alimentação e bebidas; Visitação estruturada para produtos turísticos diversos; Edificações históricas recuperadas, revitalizadas, e uso sustentável.

Fonte: Estratégia de Produto - PDITS versão 2005

O desenvolvimento do turismo está apoiado em um Sistema de Gestão Integrado, com criação de Centros de Apoio ao Turismo e de Centros de Formação e Comercialização. Com isso reduz-se a possibilidade de impacto negativo decorrente da implantação da infra-estrutura física sem a adequada formação de parcerias e capacitação de recursos humanos. A recomendação é de que só sejam implantadas as edificações, equipamentos e móveis, após a verificação de que há condições de sustentabilidade operacional das estruturas. Deve-se também ser evitada a distribuição "política" de concessões.

Na estrutura do Pólo Costa dos Coqueirais, Laranjeiras está posicionada com Centro de Apoio ao Turismo. Para as localidades consideradas Centro de Apoio ao Turismo, a proposição é de que estruturas sejam implementadas pelas Prefeituras Municipais, com o apoio do Governo Estadual, para funcionamento como Ponto de Apoio. É indicado que a operação dessas estruturas seja feita em parceria com a iniciativa privada e com a população local, possibilitando sustentabilidade e autonomia, evitando a descontinuidade político-administrativa. Os instrumentos de formação de parceria deverão prever controles de qualidade dos serviços prestados, evitando continuidade de grupos que não desempenhem adequadamente as funções atribuídas.

ÁREAS, SEGMENTOS TURÍSTICOS, PÚBLICO-ALVO, MERCADOS E RECOMENDAÇÕES.

Área/ Municípios Abrangidos	Segmentos Primários	Público-Alvo	Mercados Primários	Recomendações
Aracaju e Área Central				
Aracaju, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, Santo Amaro das Brotas, e São Cristóvão.	Turismo Convencional Turismo de Eventos e Negócios Turismo Cultural	Adultos com idade média entre 30 a 40 anos, viajando em família, com renda média e alta, usuários de hotéis e pousadas.	Mercados nacionais (ênfase para Centro-Sul) e internacional	Público para cidades históricas deve ser conquistado entre os visitantes de Aracaju e do Litoral Sul, além de pesquisadores, estudantes e historiadores.

Fonte: Estratégia de Mercado - PDITS versão 2005

Estratégias para o Pólo Costa dos Coqueirais

Valorização da cultura local e sensibilização para o turismo

Reconhecidamente um produto de atratividade turística, a cultura local da Costa dos Coqueirais deve ser valorizada, incentivada e organizada.

Para tanto é necessário o envolvimento crescente da população local com as ações de desenvolvimento turístico sustentável, mobilizando os grupos sociais de forma a obter o seu comprometimento e a sua colaboração para alcance das metas e objetivos estabelecidos. São destaques: a mobilização das comunidades locais para o

desenvolvimento de atividades produtivas com qualidade, nos diversos setores e especificamente na carcinicultura, em prol do turismo integrado; a viabilização do resgate e aprimoramento dos saberes populares e das tradições de forma a incluir a população local no processo de desenvolvimento do turismo sustentável; o envolvimento das populações locais na prática de atividades turísticas que respeitem e valorizem as questões ambientais; e a oferta simultânea de oportunidades de melhoria das condições de vida. Pretende-se, com essas ações, o reconhecimento pela população do valor de sua cultura e, conseqüentemente, o aumento de sua auto-estima.

Eleger o setor de turismo como área prioritária de investimento e promoção e compreender a sua importância como fator de desenvolvimento econômico e social é o ponto central de partida para as ações públicas e privadas. No Pólo Costa dos Coqueirais, esta consciência precisa ser expandida, uma vez que é observado que a população desconhece as reais potencialidades turísticas de sua região, além de desvalorizar o potencial turístico conhecido e demonstrar “desconfiança” sobre a vocação turística do Estado de Sergipe, principalmente quando comparada a outros estados vizinhos.

Capacitação Profissional para o Turismo

A capacitação profissional deve ser encarada como ação complexa, que exige estudos, planejamento, utilização de métodos e técnicas específicos, ampla rede de parcerias e, principalmente investimento continuado, sistematizado, de natureza educativa, devendo ser evitada a realização de cursos diversos, aleatoriamente definidos.

As ações, integradas, deverão ser viabilizadas por meio de parcerias entre: governo estadual, com participação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe, SENAC, SENAI, SEBRAE, SESI, SESC, Universidade Tiradentes e Universidade Federal de Sergipe, permitindo a promoção de cursos para a capacitação em turismo contemplando os níveis básico, técnico e tecnológico, e caso haja demanda, fomento do ensino de nível superior e de pós-graduação em turismo.

- Deverão ser privilegiados, em um primeiro momento, investimentos em ocupações gerenciais e operacionais, com carga horária média, otimizando os atuais baixos índices de produtividade e de qualidade na prestação de serviços e buscando profissionalização na administração dos empreendimentos turísticos.

Estrutura local

Nas oficinas realizadas para o PDP, verificou-se que o turismo é visto pelos habitantes do município como forma de desenvolvimento e geração de renda para as comunidades, havendo, também, a expectativa de melhoria na preservação do patrimônio histórico e de programas de educação e sensibilização da comunidade em relação ao acervo arquitetônico e cultural.

Os moradores do Povoado Mussuca colocam o artesanato e o folclore como atrativos turísticos locais. Já o Povoado Cedro aposta nos bordados desenvolvidos pela comunidade.

As comunidades Gameleiro e Pedra Branca acreditam que o turismo pode se desenvolver e gerar empregos, mas ressaltam a necessidade de políticas e programas voltadas para o turismo sustentável, sem agressões ao ambiente.

Nos Conjuntos Albano Franco, José Franco e Loteamento Paulo Hagenbeck a comunidade ressalta a falta de estrutura para receber os turistas.

A comunidade da sede coloca a importância dos monumentos, artistas, artesanato e folclore (maior concentração de grupos folclóricos da América Latina) como atrativos para o turismo no município.

De acordo com o que foi verificado nas oficinas realizadas para o PDP, o número de turistas na sede municipal vem diminuindo, o que resultou em piora na economia local.

O aumento de problemas relacionados à prostituição, drogas e segurança foram apontados como aspectos negativos que a chegada do turismo pode trazer.

Reforma de edificação histórica para uso comercial/ turístico – Laranjeiras, sede



Equipamentos de Turismo

Quadro 06: Equipamentos de Turismo, hotéis e pousadas 2007 – Laranjeiras/ SE

Hotéis / Pousadas	UH (unidades))	Leitos (unidades)	Localização	Contato
Boa Luz Parque Resort	28	83	BR 235 km 16- Zona Rural	Tel (79) 3281-4848
Pousada Vale dos Outeiros	13	40	Rua José do Prado Franco, s/n	Tel (79) 3281-1617

Fonte: Prefeitura Municipal de Laranjeiras (2007)

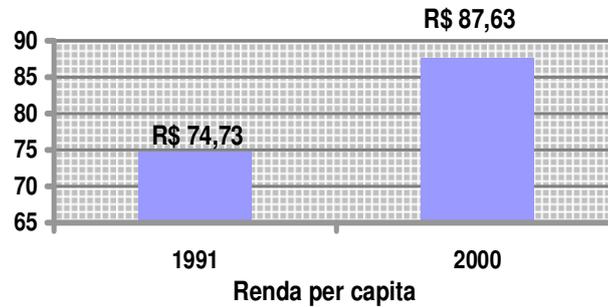
Quadro 07: Equipamentos de Turismo, restaurantes e bares 2007 – Laranjeiras/ SE

Hotéis / Pousadas	Mesas (unidades))	Lugares (unidades)	Localização
Bar cerveja e Cia	20	80	Av. Rotary, 56
Bar e Restaurante do Dinho	20	100	Rua Horcio Hora, 229
Nice's Restaurante	20	100	Praça Heráclito Diniz, 4
Restaurante ao seu Paladar	10	50	Rua Jose' do Prado Franco, s/ nº
Bar e Restaurante do Edmilson	20	100	Praça Samuel de Oliveira, 91

Fonte: Prefeitura Municipal de Laranjeiras (2007)

EMPREGO E RENDA

Gráfico 01. Dados Econômicos - Indicadores do Nível e Composição da Renda, 1991 e 2000, Laranjeiras - SE



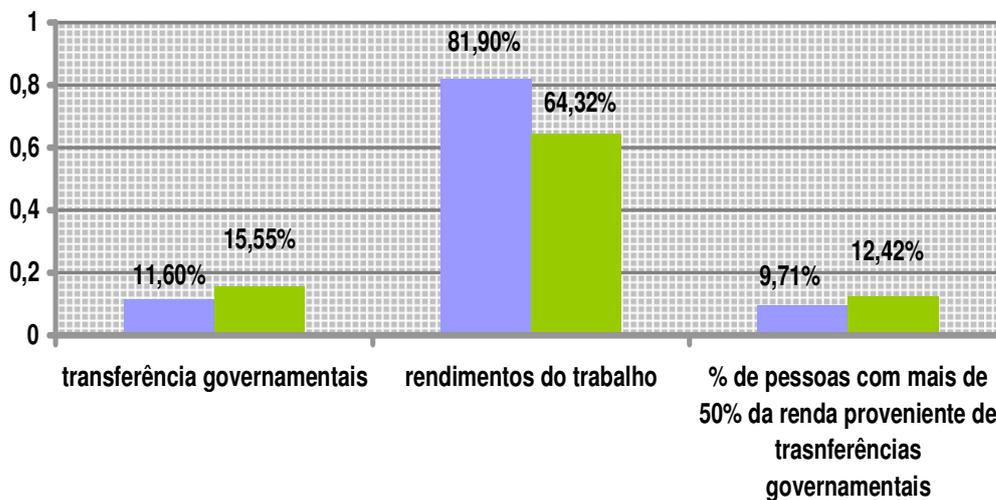
Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD

Origem da Renda, 1991 e 2000, Laranjeiras - SE

	1991	2000
% da renda proveniente de transferências governamentais	11,60%	15,55%
% da renda proveniente de rendimentos do trabalho	81,90%	64,32%
% de pessoas com mais de 50% da renda provenientes de transferências governamentais	9,71%	12,42%

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD

Gráfico 02. Origem da Renda, 1991 e 2000, Laranjeiras - SE



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD

A renda da população do município de Laranjeiras advém basicamente dos postos de trabalho gerados nas indústrias que empregam principalmente moradores dos povoados Pinheiro, Pastora e Várzea, e do serviço público que emprega a maioria dos moradores da sede. Grande parte da renda da população vem do trabalho sazonal nos canaviais.

As comunidades de Camaratuba, Cedro, Gameleiro, Mussuca e Pedra Branca dependem de Programas Federais de transferência de renda como a Bolsa Família, o PETI e em alguns casos aposentadoria ou pensão, que garantem a renda mensal das famílias.

A pesca de mariscos e a extração de pedras existente no município, também garantem renda às comunidades de Cedro, Pastora e Várzea.

Na comunidade de Pedra Branca a pesca, a agricultura e uma casa de farinha garantem emprego e renda para parte da população.

Desemprego

A tabela a seguir mostra que dos municípios que integram o Pólo Costa dos Coqueirais, Laranjeiras, em 2000, apresentava a maior taxa de desemprego.

PIA, PEA E PEA OCUPADA NA SEMANA DE REFERÊNCIA. MUNICÍPIOS DO PÓLO COSTA DOS COQUEIRAIS E SERGIPE. 2000.

Município	PIA	PEA	PEA ocupada	Taxa Global Participação*	Taxa de Ocupação**	Taxa de Desemprego***
Aracaju	379.641	211.380	166.853	44,0%	78,9%	21,1%
Barra dos Coqueiros	13.682	6.920	5.082	37,1%	73,4%	26,6%
Brejo Grande	5.132	2.038	1.785	34,8%	87,6%	12,4%
Estância	45.756	23.468	18.324	40,0%	78,1%	21,9%
Indiaroba	9.621	4.857	4.429	46,0%	91,2%	8,8%
Itaporanga d'Ajuda	19.171	10.249	8.578	44,7%	83,7%	16,3%
Laranjeiras.	18.030	8.306	6.051	33,6%	72,9%	27,1%
N. Sra do Socorro	99.624	52.651	40.073	40,2%	76,1%	23,9%
Pacatuba	8.655	3.730	3.042	35,1%	81,6%	18,4%
Pirambu	5.472	2.846	2.543	46,5%	89,4%	10,6%
Stá. Luzia do Itanhi	10.106	5.421	4.565	45,2%	84,2%	15,8%
Sto. Amaro das Brotas	8.343	3.608	2.862	34,3%	79,3%	20,7%
São Cristóvão	49.820	25.906	19.544	39,2%	75,4%	24,6%
Total do Pólo	673.053	361.380	283.731	42,2%	78,5%	21,5%
Total do Estado	1.393.236	737.333	614.548	44,1%	83,3%	16,7%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

* **Taxa Global de Participação** – é a relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa (PEA/PIA) e indica a proporção de pessoas com 10 anos e mais incorporada ao mercado de trabalho como ocupada ou desempregada.

** **Taxa de Ocupação** – é igual à relação ocupados/ PEA e indica a proporção da PEA que se encontra na situação de ocupados.

*** **Taxa de Desemprego** – total é igual à relação desempregados/ PEA e indica a proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego aberto ou oculto.

Em todas as localidades do município de Laranjeiras existe um número elevado de desempregados, principalmente aqueles que não têm formação profissional.

Os jovens são os mais afetados pelo desemprego. Muitos se deslocam para Aracaju, em busca de cursos técnicos, pois o único curso profissionalizante existente no município, é a oficina escola do IPHAN que oferece cursos práticos de restauro, embora exista a demanda de técnicos nas indústrias.

A população considera que a criação de cursos profissionalizantes é de grande importância para o município.

Indicadores

Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade, 1991 e 2000, Laranjeiras/ SE

Parcela da População	1991	2000
Renda per capita Média (R\$ de 2000)	74,7	87,6
Proporção de Pobres (%)	76,1	66,0
Índice de Gini	0,54	0,53

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2000 (PNUD)

A renda per capita média do município cresceu 17,26%, passando de R\$ 74,73 em 1991 para R\$ 87,63 em 2000. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) diminuiu 13,36%, passando de 76,1% em 1991 para 66,0% em 2000. A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,54 em 1991 para 0,53 em 2000.

Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População, 1991 e 2000, Laranjeiras/SE

Parcela da População	1991	2000
20% mais pobres	3,5	1,9
40% mais pobres	11,3	10,1
60% mais pobres	23,0	23,4
80% mais pobres	41,5	44,7
20% mais ricos	58,5	55,3

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2000 (PNUD)

Falta de dinamismo econômico – Laranjeiras, sede



PIB

Produto Interno Bruto 2004 Laranjeiras - SE

Componentes	Valores	Unidade
Valor adicionado na agropecuária	17.697	mil reais
Valor adicionado na indústria	281.686	mil reais
Valor adicionado no serviço	158.303	mil reais
APU	37.493	mil reais
Dummy	-1.379	mil reais
Impostos	64.557	mil reais
PIB	520.863	mil reais
População - 2004	25.928	habitantes
PIB per capita	20.088	Reais

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais

CARACTERÍSTICAS SOCIAIS

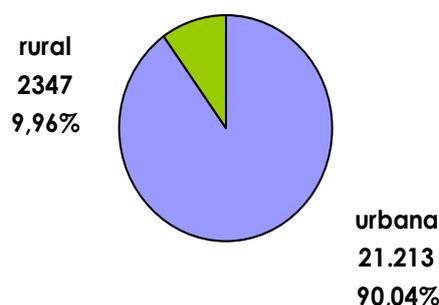
Demografia

Enquanto em 1974, o Plano Urbanístico de Laranjeiras apontava para um decréscimo populacional, hoje se verifica um crescimento significativo no número de habitantes do município em geral e da população urbana, em especial.

A população total do município em 2000 era de 23.560 de habitantes, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE. Ainda segundo o IBGE, a população total do município estimada em 01.07.2006 era de 26.972 pessoas. Trata-se de um município eminentemente urbano, com cerca de 90% das pessoas morando na área urbana. No entanto, grande parte da população tem sua atividade econômica relacionada ao trabalho sazonal nos canaviais.

Não existem dados demográficos específicos sobre os habitantes dos povoados.

Gráfico 03. População por situação de domicílio, 1991 e 2000 Laranjeiras - SE



Fonte: IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000

No período 1991-2000, a população de Laranjeiras teve uma taxa média de crescimento anual de 2,55%, passando de 18.944 em 1991 para 23.560 em 2000.

A taxa de urbanização cresceu 6,47, passando de 84,57% em 1991 para 90,04% em 2000. Em 2000, a população do município representava 1,32% da população do Estado, e 0,01% da população do País.

População por situação de domicílio, 1991 e 2000 Laranjeiras - SE

População	1991	2000
Total	18.944	23.560
Urbana	16.020	21.213
Rural	2.924	2.347
Taxa de Urbanização	84,57%	90.04%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2000 (PNUD)

Dos 23.560 habitantes, 11.359, ou seja, 48,28% da população tinham menos de 20 anos, em 2004.

População, por faixa etária, 2004 Laranjeiras - SE

Faixa etária	Pessoas
0 a 3 anos	2.177
4 anos	596
5 e 6 anos	1.149
7 a 9 anos	1.608
10 a 14 anos	2.845
15 a 17 anos	1.868
18 a 19 anos	1.116
20 a 24 anos	2.530
25 a 29 anos	1.975
30 a 39 anos	3.220
40 a 49 anos	1.984
50 a 59 anos	1.236
60 a 64 anos	403
65 a 69 anos	279
70 a 74 anos	204
75 a 79 anos	196
80 anos e mais	174

Fonte: IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000 - Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

Fonte: IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000

NOTA : Informações de acordo com a Divisão Territorial vigente em 01.01.2001.

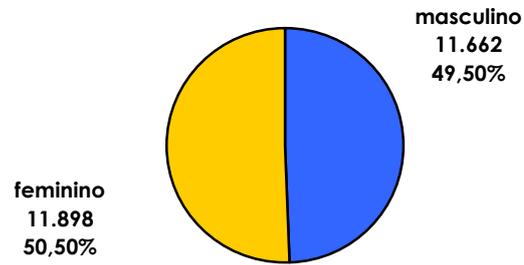
População, por sexo, 1970-2000 Laranjeiras - SE

Ano	Total	Masculino	Feminino
1970	10.627	5.256	5.371
1980	13.275	6.717	6.558
1991	18.944	9.423	9.521
2000	23.560	11.662	11.898

Fonte: IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000 - Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

NOTA : Informações de acordo com a Divisão Territorial vigente em 01.01.2001.

Gráfico 04. População por sexo, 1991 e 2000 Laranjeiras - SE



Fonte: IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000

População, estimativa, 2000-2006 Laranjeiras - SE

Ano	Total
2001	24.114
2002	24.531
2003	24.982
2004	25.928
2005	26.452
2006	26.972

Fonte: IBGE Censo Demográfico Saúde

Serviços de Saúde

Os dados da tabela a seguir mostram uma queda no total de casos confirmados de doenças de veiculação hídrica em Laranjeiras.

Casos confirmados de doenças de veiculação hídrica. 1997/1998/2002- Pólo Costa dos Coqueirais

Município	Total			Hepatite		Leptospirose			Cólera		Esquistosomose		Dengue		
	97	98	02	97	98	97	98	02	97	98	97	98	97	98	02
Aracaju	2.496	7.695	1.887	219	73	42	5	25	116		8	2.119	7.609	1.862	
Barra. Coqueiros	23	2.593	33	6	5						2	17	2.586	33	
Brejo Grande	12	5	2	12	1								4	2	
Estância	707	2.584	641	5	1			1	2				700	2.583	640
Indiaroba	297	475	10	2	2						31	295	442	10	
Itaporanga D'Ajuda	60	415	4	2	7								58	408	4
Laranjeiras	157	246	61	3				2			79	154	167	59	
Nossa S. Socorro	487	646	504	25	9	4	2	2	6		1	452	634	502	
Pacatuba	15	11	2	1		1			3			10	11	2	
Pirambu	24	49	0	4								20	49		
Stá Luzia do Itanhi	5	88	19									5	88	19	
Sto. Amaro das Brotas	5	52	0	5									52		
São Cristóvão	195	603	35	10		1			11		4	173	599	35	
Total Pólo	4.483	15.462	3.198	294	98	48	7	30	138	0	0	125	4.003	15.232	3.168
Total Estado	12.076	28.014		504	296	49	8		295	13	0	2.121	11.228	25.576	

Fonte: Anuário Estatístico do Sergipe 2002 - 2003.

Na prestação de serviços de saúde, o município de Laranjeiras, apresenta deficiência de profissionais, dificultando assim o atendimento da demanda.

O único hospital do município, localizado na sede, encontra-se fechado.

Os casos graves que não podem ser atendidos no município são levados para a capital, que também não tem condições de atender toda a demanda, o que resulta em superlotação e demora no atendimento. O quadro abaixo relaciona a quantidade e os equipamentos de saúde existentes no município.

Quadro 08: Postos de Saúde, rede pública, 2007 – Povoados do Município de Laranjeiras/ SE

Postos de Saúde	Nº Médicos	Nº Enfermeiros	Nº Leitos	Nº Consultórios	Especialidade
Nicanor de Souza - Comandaroba	01	01	-	02	-
José Augusto Santos - Mussuca	01	01	-	02	-
Maria Sipriana de Jesus - Cedro	01	01	-	02	-
Unidade de Saúde Bom Jesus	01	01	-	02	-
Unidade de Saúde Várzea	01	01	-	02	-
José Aragão - Pastora	01	01	-	02	-
José Rosa Felipe – Pedra Branca	01	01	-	02	-
Centros de Saúde					
Jose Muniz Barreto - Centro	02	02	-	05	-
José Sizino da Rocha - Caic	02	02	-	05	-
Ricardo Hagenbeck	01	01	-	02	-

Fonte: Prefeitura Municipal de Laranjeiras (2007)

Leituras comunitárias

Todas as comunidades dispõem de postos de saúde, que funcionam diariamente através do Programa de Saúde da Família – PSF. O atendimento deficiente não supre a demanda sempre crescente dos serviços de saúde pela população.

No povoado de Pinheiro, o posto de saúde pertence à Usina Pinheiro que oferece atendimento médico e odontológico três vezes por semana, além do PSF.

Em Pedra Branca o posto de saúde funciona de segunda a sexta, de 07h00min as 17h00min, com um médico e um dentista atendendo diariamente, no entanto não supre a demanda. Em casos de necessidade de atendimento nos finais de semana, os pacientes se deslocam para a sede ou para o município de Riachuelo. Em casos de emergência a Prefeitura disponibiliza o serviço de transporte de ambulância para Aracaju.

O atendimento médico dos conjuntos Albano Franco, José Franco e loteamento Paulo Hagenbeck e de toda a população da sede é feito no CAIC. O atendimento não supre a demanda, com um tempo médio de espera de até três meses. O segundo posto de atendimento à população da sede está desativado. Nessas localidades, os casos mais urgentes são atendidos em domicílio pelo médico.

Devido, principalmente, à má qualidade da água, casos de diarreia, verminose e esquistossomose são registrados em todas as comunidades do município.

O programa de vacinação infantil é eficiente: todas as crianças são vacinadas e recebem a carteira de vacinação. Apenas o posto do povoado de Camaratuba não possui geladeira para transporte e armazenamento apropriado das vacinas. Essa comunidade é vacinada na sede ou em outras localidades.

A assistência às gestantes, recém nascidos e idosos é prestada por enfermeiras e agentes de saúde. Os partos e a realização de exames são encaminhados para a sede ou Aracaju. No entanto nos povoados Pastora e Várzea os idosos recebem assistência no retiro dos idosos com acompanhamento médico uma vez por semana.

No povoado Cedro, os portadores de necessidades especiais são conduzidos para a sede em uma Kombi para consultas médicas ou fisioterapia.

O povoado Pedra Branca dispõe de um fisioterapeuta e nos demais povoados a prestação deste serviço é efetuado com precariedade na sede municipal. Ver mapa 14 – equipamentos públicos do município

Taxas e Indicadores

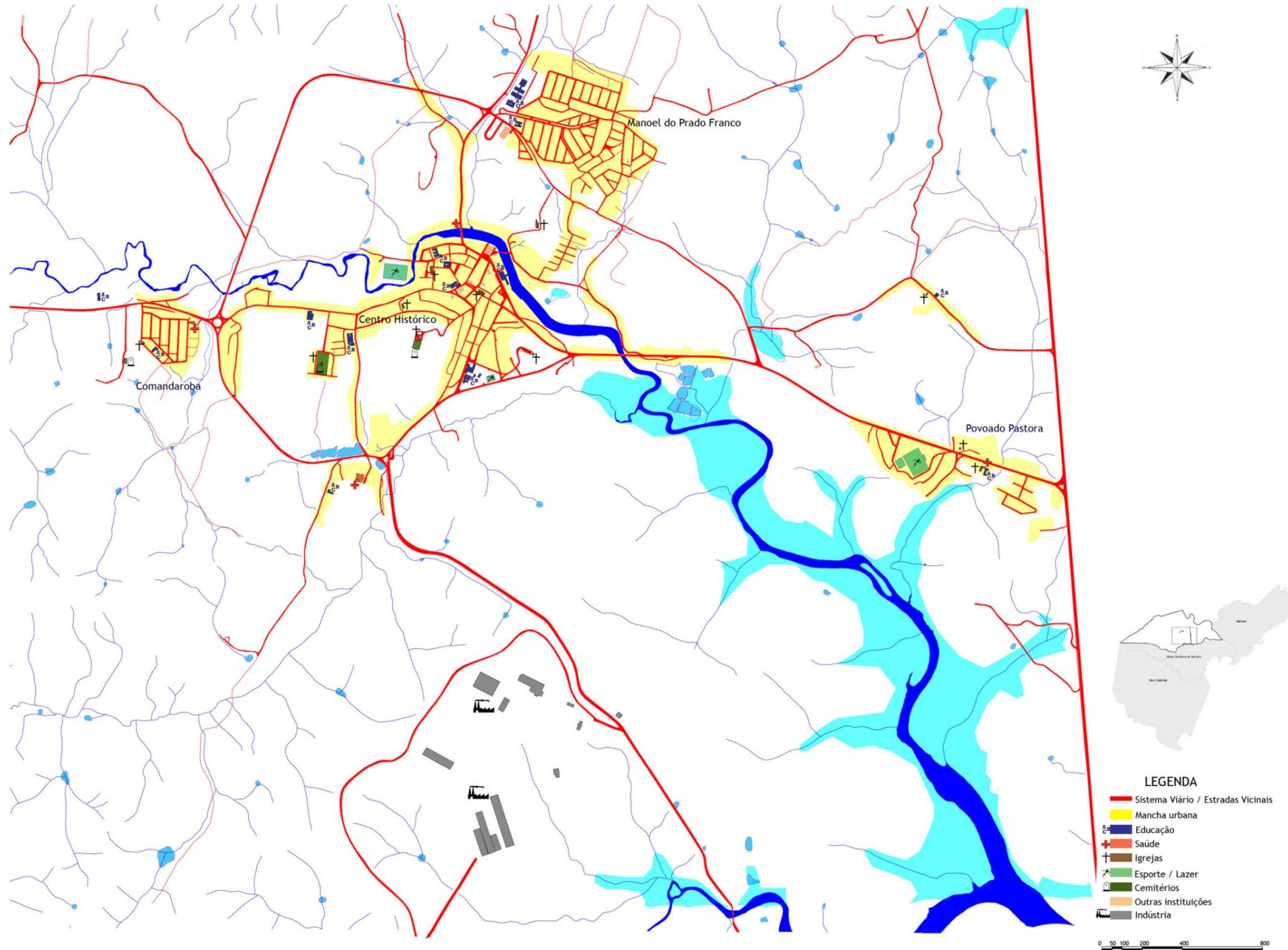
No período 1991-2000, a taxa de mortalidade infantil do município diminuiu 36,18%, passando de 79,57 (por mil nascidos vivos) em 1991 para 50,78 (por mil nascidos vivos) em 2000, e a esperança de vida ao nascer cresceu 6,07 anos, passando de 56,59 anos em 1991 para 62,66 anos em 2000.

Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade, 1991 e 2000, Laranjeiras/SE

Indicador	1991	2000
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos)	79,6	50,8
Esperança de vida ao nascer (anos)	56,6	62,7
Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher)	4,5	2,5

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2000 (PNUD)

Mapa 13. mapa de equipamentos públicos



Educação

De acordo com a Tabela 15, cerca de 49% da população de Laranjeiras encontrava-se em idade escolar (4 a 24 anos), em 2004.

O sistema educacional do município não atende à demanda existente. Dos 11.712 habitantes com menos de em idade escolar, apenas 5.515 estão matriculados nas escolas do município. Grande parte dos excedentes está matriculada em escolas de outros municípios, principalmente em Aracaju, tendo de se deslocar diariamente para freqüentar as aulas.

O quadro a seguir mostra os números totais de alunos atendidos no município por nível de ensino e por escola.

Ensino, rede publica, 2007 – Município de Laranjeiras/ SE

Nº	Escolas	Localização
1.	E. M. Horácio Hora	Pov. Várzea
2.	E. M. Mon. Alberto Bragança	Pov. Pastora
3.	E. M. São José	Usina Pinheiro
4.	E. M. Alcino M. Prudente	Conj. Manoel do Prado Franco
5.	E. M. Dom Pedro II	Pov. Pedra Branca
6.	E. M. Profª Edith Vinhas	Conj. Pedro Diniz
7.	E. M. Leonídio Leite	Pov. Bom Jesus
8.	E. M. Dr. Lourival Baptista	Rua Des. Libério Monteiro
9.	E. M. Luciano M. Sobral	Fazenda Boa Sorte
10.	E. M. Mª Ione M. Sobral	Pov. Machado
11.	E. M. N. Srª Aparecida	Pov. Camaratuba
12.	E. M. Paul Hagenbeck	Faz. Varzinhas
13.	E. M. Pedro Canuto Bastos	Pov. Balde
14.	E. M. Pref. José M. Sobral	Pov. Mussuca
15.	E. M. Mª Regina de Oliveira	Pov. Gameleiro
16.	E. M. Rio Branco	Faz. Tabua
17.	E. M. Ver. M. Sizino Franco	Rua Comandaroba
18.	Pré Mª Virginia L. Franco	Rua Engenheiro Xavante
19.	Creche Adélia do P. Franco	Prç. Marcolino Ezequiel

20.	Creche Tereza A. M. Franco	Rua Engenheiro Xavante
21.	Creche Bruna Hagenbeck	Pov. Pedra Branca
22.	Creche M ^o de Lourdes M. Sobral	Conj. Manoel Prado Franco
23.	Creche M ^o Carmita Fernandes	Pov. Gameleiro
24.	E. E. A. Nobre de Almeida	Pov. Pedra Branca
25.	CAIC Cel. José S. da Rocha	Conj. Manoel Prado Franco
26.	E. R. Pov. Mussuca	Pov. Mussuca
27.	E. E. Cônego F. de Oliveira	R. João Ribeiro
28.	E. E Prof ^a Z. Guimarães	Rua Tobias Barreto
29.	E. E. João Ribeiro	Prç. Cel. Marcolino Ezequiel
30.	Biblioteca Mun. João Ribeiro	Praça Augusto Maynard

Fonte: Secretaria de Educação/ Prefeitura Municipal de Laranjeiras (2007)

Leituras comunitárias

Conforme Leituras Comunitárias realizadas, a população considera deficiente o serviço de educação oferecido à população. As creches existentes estão concentradas na sede do município e no Povoado Gameleiro. Em todos os povoados há oferta do ensino pré-escolar.

O ensino médio é oferecido apenas na sede do município, pela Escola Estadual Prof^a Zizinha Guimarães, ou em Aracaju.

O transporte dos estudantes é feito em ônibus escolar. Muitas vezes o transporte escolar é desviado de sua função pela necessidade de deslocamento da população em geral que não dispõe de transporte coletivo, o que muitas vezes causa transtornos aos estudantes. No povoado Pinheiro, os estudantes não dispõem de transporte escolar e utilizam, como caronas, o ônibus que transporta os trabalhadores da usina para a sede.

Na sede do município estão instaladas a UNIT - Universidade Tiradentes, com cursos à distância, e a Universidade Federal de Sergipe, com os cursos de Arquitetura, Museologia, Arqueologia e Teatro.

Uma opção para ensino técnico profissionalizante no município é a Oficina Escola do IPHAN, que oferece cursos práticos de restauro de patrimônio arquitetônico para a comunidade local. Utiliza como objeto o próprio acervo de Laranjeiras, beneficiando tanto a população como o patrimônio histórico da cidade, contribuindo para sua conservação. No entanto atualmente existem problemas relacionados à falta de assistência do IPHAN.

Por tratar-se de um município com economia predominantemente agrícola, existe uma forte demanda para o ensino agro-técnico. Porém o que existe é um ensino voltado para aperfeiçoamento profissional apenas em atividades ligadas à atividade industrial, a usina.

De maneira geral existe a necessidade de melhorias no sistema educacional do município, em especial na oferta de creches e de melhorias nas escolas.

Indicadores

Nível Educacional da População Jovem, 1991 e 2000, Laranjeiras/SE

Faixa etária (anos)	analfabetismo		% com menos de 4 anos de estudo		% com menos de 8 anos de estudo		% freqüentando a escola	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
7 a 14	46,5	21,0	-	-	-	-	77,0	94,2
10 a 14	27,6	7,6	84,1	62,3	-	-	82,1	94,7
15 a 17	10,3	4,9	45,9	21,9	93,3	84,0	66,6	87,2
18 a 24	21,1	7,0	34,5	18,1	74,3	57,6	-	-

Fonte: PNUD – Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

Nota: - = Não se aplica

Nível educacional da população adulta (25 anos ou mais). 1991 e 2000 Laranjeiras/SE

Indicador	1991	2000
Taxa de analfabetismo	46,1	30,8
% com menos de 4 anos de estudo	66,0	47,7
% com menos de 8 anos de estudo	95,6	73,6
Média de anos de estudo	3,0	4,4

Fonte: PNUD – Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

Os números apresentados acima indicam uma melhora significativa no nível educacional da população de Laranjeiras, embora seja ainda muito significativa a falta de vagas no sistema de ensino do município.

HABITAÇÃO

Domicílios e Famílias residentes, 2000, Laranjeiras/SE

Domicílios/ Famílias	Condição	Quantidade
Domicílios particulares permanentes	resultados da amostra	5.380 domicílios
Domicílios particulares permanentes	com rendimento domiciliar	4.705 domicílios
Famílias residentes	domicílios particulares	6.115 famílias

Fonte: IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000 - Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

Acesso a Serviços Básicos, 1991 e 2000, Laranjeiras/SE

Tipo de Serviço	1991	2000
Água encanada	54,0	62,7
Energia Elétrica	93,7	98,4
Coleta de Lixo ⁽¹⁾	42,8	72,7

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2000 (PNUD)

¹ Somente domicílios urbanos

Acesso a Bens de Consumo, 1991 e 2000, Laranjeiras/SE

	1991	2000
Geladeira	58,7	81,5
Televisão	59,6	87,8
Telefone	3,5	6,3
Computador	ND	1,0

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2000 (PNUD); ND = Não disponível

CULTURA, ESPORTE E LAZER

Cultura

O município de Laranjeiras é considerado um celeiro da cultura sergipana, fazendo parte da rota turística de cidades históricas. Seus eventos culturais são, potencialmente, atrativos turísticos de grande importância na divulgação cultural da cidade. O calendário de eventos de Laranjeiras é bastante extenso, do qual são relacionadas a seguir, suas principais comemorações.

Festa de Reis – Encontro Cultural

Realizado há 32 anos, com base na Festa de Santos Reis (realizado a mais de dois séculos no Município), onde o ponto alto eram os Grupos Folclóricos e a coroação da Rainha das Taieiras. O Encontro Cultural surgiu com o objetivo de aprofundar estudos na área da cultura popular, passando a se constituir em um simpósio para discutir os rumos da cultura do povo. Envolve apresentações dos grupos folclóricos pelas ruas e nos palcos, apresentações de teatro e dança e atrações artísticas (cantores) nacionais e regionais. O evento se transformou no maior evento do gênero no país, e acontece sempre na primeira semana de janeiro, durante quatro dias.

Festa de Bom Jesus dos Navegantes (da sede e de Pedra Branca)

Evento de caráter religioso, itinerante, atrai muitas pessoas. Quando é realizado no Bairro Pedra Branca, onde é padroeiro, a festa adquire proporções ainda maiores com apresentações artísticas, folclóricas, e novenas durante nove (9) dias, culminando com o grande atrativo da procissão fluvial. Quando realizado na sede o evento não conta com apresentações artísticas, mas com a presença de grupos na procissão fluvial. A data de ambas as festas são móveis, pois dependem das condições dos Rios – Sergipe em Pedra Branca e Continguiba na sede do Município.

O 13 de Maio

O 13 de maio é uma data muito importante para o município, que tem suas tradições pautadas na cultura negra. As atividades são desenvolvidas nesse período em parceria com o Museu Afro que nesse período tem uma grande visitação turística. As atividades são voltadas principalmente para as questões de conscientização e apresentações artísticas, e o evento tem duração de cinco dias.

Micareme

O Município não possui tradição de festejos no período carnavalesco, mas destaca-se na sua micareme (carnaval fora de época), atraindo para a cidade muitas pessoas, principalmente pela disputa entre os blocos existentes no Município. O evento acontece durante três dias, iniciando sempre com os desfiles dos blocos, seguidos dos shows. A data do evento é móvel, mas sempre acontece no primeiro semestre do ano.

Semana Santa

A Semana Santa é um evento de caráter religioso que vem tornado-se um grande atrativo para o Município, ligado ao Turismo Religioso. O evento acontece durante uma semana com momentos ímpares como a Procissão do Encontro, do Fogaréu e do Senhor Morto. Outro atrativo desse período é o Grupo dos Penitentes. Os eventos são de responsabilidade da paróquia do município com a participação da Secretaria de Cultura e têm data móvel.

Período Junino

No Município não acontecem grandes eventos no período junino, mas na virada do dia 31 de maio para o dia 1º de junho, início do ciclo junino, a cidade mantém a tradição da saída dos batalhões e colocação do mastro, evento que atrai muitas pessoas. Durante o período junino a atração principal são as festas que acontecem nas ruas da cidade.

Emancipação Política

Laranjeiras emancipou-se no mês de agosto. O evento acontece no dia 07 de agosto, feriado municipal, e essa data tornou-se um forte referencial para a comunidade, pois a emancipação foi uma conquista de toda a população. O evento é marcado por várias comemorações.

Semana do Folclore

A cidade de Laranjeiras é considerada, no cenário nacional, uma das cidades que possui a maior quantidade de grupos folclóricos vivos atuantes. Durante a semana que antecede o Dia do Folclore (22 de agosto), são realizadas várias atividades que culminam com a passeata dos grupos folclóricos do Município e convidados, pelas ruas da cidade. Esse evento vem crescendo, carreando novos visitantes e pesquisadores em busca das antigas tradições.

Lambe Sujo X Caboclinho

Evento de caráter folclórico que acontece no mês de Outubro, durante um dia inteiro, sendo uma das únicas manifestações desse tipo no país. O evento tem atraído para o Município muitas pessoas que desejam conhecer de perto essa manifestação de origem afro-brasileira que mistura drama, dança, melação e muita alegria. O evento acontece no primeiro domingo de outubro e inicia-se com a alvorada seguida de passeata, parada para a feijoada. No período da tarde acontece a batalha final entre caboclinhos e lambe-sujos.

Semana da Cultura

O município já ganhou vários cognomes dentre eles o de "berço da cultura sergipana". O Dia da Cultura é comemorado em 5 de novembro e durante a Semana da Cultura são desenvolvidas várias atividades para se comemorar essa data. Durante a semana são desenvolvidas atividades educacionais e culturais.

Consciência Negra

O dia da consciência negra é uma data importante para a população afro-descendente, sendo a data considerada como libertária. A comemoração dessa data engloba várias atividades voltadas às questões educacionais e de valorização artística. São desenvolvidas atividades com a população da "Comunidade Quilombola".

Festa do Padroeiro Sagrado Coração de Jesus

O Padroeiro de Laranjeiras, Sagrado Coração de Jesus, teve a sua primeira Igreja no Brasil, na cidade, Igreja que hoje é a Matriz. A sua festa acontece no mês de junho, momento ímpar na cidade. É festa de caráter religioso e atrai muitas pessoas para a cidade. A festa é composta de novenário tendo como ponto alto a procissão com participação dos grupos folclóricos da cidade.

Laranjearte

O Laranjearte acontece uma vez por mês na Praça Heráclito Diniz Gonçalves (Praça da Matriz) e é composto por uma pequena feira de artesanato, comidas típicas, apresentações artísticas e diversas outras atrações.

Leituras Comunitárias

Durante as Leituras Comunitárias foi observada a importância dos eventos culturais para a população. As festas religiosas, o reisado e a festa junina são as manifestações culturais que têm maior relevância para a maioria das comunidades.

A falta de valorização da cultura local, e a falta de apoio e incentivo aos artistas locais foram enfatizadas pelos moradores da sede municipal, assim como o péssimo estado de conservação do patrimônio arquitetônico da cidade.

O centro de tradições, localizado na sede, está disponível para qualquer evento, contudo, a comunidade solicita maiores oportunidades para manifestações culturais locais e a criação e divulgação de uma agenda cultural.

No povoado Mussuca o folclore tem uma presença muito marcante por ser uma comunidade remanescente dos quilombos. Manifestações como o samba de párea, festa de São Gonçalo, samba de coco e timbaleiro, são bastante significativas na localidade.

No povoado Pedra Branca há a associação de pescadores, bastante atuante, que empresta seu espaço para a festa junina e outras manifestações locais. Há também a cooperativa das costureiras que comercializa seus produtos nas feiras. Ambas as associações necessitam de apoio na divulgação do seu trabalho. Na comunidade há artesão trabalhando com reciclagem de papel.

Nos povoados Camaratuba, Pastora, Várzea e Pinheiro, segundo seus moradores, as manifestações culturais são inexistentes.

ESPORTE E LAZER

O município de Laranjeiras conta com os equipamentos de esporte, cultura e lazer apresentados no quadro a seguir. Grande parte desses equipamentos estão localizados na sede municipal.

Quadro 09: Equipamentos Urbanos de Esporte, Cultura e Eventos, 2007, município de Laranjeiras/SE

Equipamento	Nº de Edificações
Museu	03
Biblioteca	02
Cinema	-
Teatro	-
Cine-teatro	-
Quadras de Futebol	01
Quadras Esporte	06
Ginásios polivalentes	01
Exposições Agropecuárias	-
Centros Exposições	-
Centro Convenções	-
Centros Comunitários	03

Fonte: Prefeitura Municipal de Laranjeiras (2007)

Leituras comunitárias

Segundo a população local, as condições da infra-estrutura e o apoio ao lazer local são precários. Todas as comunidades apontaram a falta de manutenção (quadras e praças mal conservadas) e a inexistência de áreas de lazer como principais deficiências do setor.

A sede municipal dispõe de um ginásio polivalente que, segundo a população, não comporta a realização de torneios.

Roda de Capoeira



Organização e Promoção Social

Nas oficinas de Leituras Comunitárias, foi constatada a falta de representatividade das lideranças locais que, em geral, não atendem aos interesses da comunidade que representam, por serem indicações políticas.

Em todas as localidades constatou-se a falta de organização e participação da população em associações que efetivamente atendam aos interesses da comunidade.

Quadro 10: Equipamentos para apoio e promoção social, 2007, município de Laranjeiras/SE

Equipamento	Característica
Asilos idosos	-
Creches	04 creches
Casa de abrigo para mulheres	-
Atendimento a dependentes químicos	-
Atendimento a adolescente	PETI e Guarda Mirim
Centros de atendimentos especiais	PPD
Centros de Convivência	01

Fonte: Prefeitura Municipal de Laranjeiras (2007)

Quadro 11: Entidades relacionadas à assistência técnica, 2007, município de Laranjeiras/SE

Órgãos	Característica
EMATER	Estadual
INCRA	Estadual
CREA	Estadual

Fonte: Prefeitura Municipal de Laranjeiras (2007)

Desigualdade Social

Segundo relatos da maioria das comunidades não existe desigualdade social, todos tem o mesmo nível, reforçando que as precárias condições de vida, insuficiência de serviços essenciais, falta de oportunidades de ascensão social, desemprego, são comuns nas comunidades entrevistadas. No entanto, no relato da comunidade de Pinheiro, as famílias que moram próximas da usina recebem mais benefícios do que as que moram em fazendas, ou seja, há desigualdade.

Entre os moradores da sede, os bairros mais próximos ao centro da cidade são mais favorecidos pela proximidade com os serviços essenciais.

Prostituição e trabalho infantil

Casos de prostituição infantil foram relatados na comunidade Pedra Branca, Conjuntos Albano Franco, José Franco e Loteamento Paulo Hagenbeck, dada a proximidade da BR-101 onde a passagem de caminhoneiros contribui bastante para que isso aconteça. Na sede, a prostituição infantil foi relatada por todos como bastante freqüente.

Nas demais comunidades não houve relatos de casos de prostituição e trabalho infantil.

Drogas

Foi relatado o uso de drogas em algumas comunidades, cuja comercialização e consumo vêm aumentando pela falta de políticas direcionadas para a abertura de novos postos de trabalho e oferta de oportunidades de lazer para a população, principalmente para os jovens. Na sede foram citados vários pontos de vendas de drogas.

No povoado Pinheiro além das drogas foram relatados problemas significativos relacionados ao alcoolismo.

SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA

De acordo com relatos da comunidade o serviço de segurança pública não é satisfatório nem existem postos policiais em todas as comunidades. Os moradores sentem-se inseguros.

Segundo relato da comunidade, os principais a criminalidade está relacionada ao desemprego, às drogas, ao alcoolismo e aos atos de vingança.

As comunidades dos povoados Mussuca, Gameleiro e Bom Jesus relataram ainda a ocorrência de assaltos, assassinatos e brigas praticados, principalmente, por pessoas estranhas à comunidade.

Os moradores dos Conjuntos Albano Franco, José Franco e loteamento Paulo Hagenbeck relacionaram a falta de policiamento ostensivo à possível presença de fugitivos de presídio que utilizam as casas abandonadas nos conjuntos como esconderijo. Diante dessa insegurança, os moradores solicitam a construção de uma sub-delegacia na comunidade.

No povoado Pedra Branca existe uma sub-delegacia com dois policiais. Mesmo assim, os moradores dessa localidade se sentem inseguros.

Os povoados Camaratuba e Pinheiro são considerados tranqüilos, onde os problemas de segurança são raros.

Quadro 12: Equipamento Urbano de Segurança, 2007, município de Laranjeiras/SE

Equipamentos	Organismos Responsáveis	
	Polícia Militar	Polícia Civil
Cadeia	02	
Delegacia	01	01
Destacamento	01	01
Regimento	01	01

Fonte: Prefeitura Municipal de Laranjeiras (2007)

Quadro 13: Equipamento Urbano de Justiça

Equipamentos	Com prédio independente
Fórum	01
Cartório	04
Comarca	01

Fonte: Prefeitura Municipal de Laranjeiras (2007)

CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, NATURAL

Cidade monumento

Laranjeiras já foi a mais importante cidade Sergipana, berço da cultura, educação, política e economia. O município só não se tornou a capital de Sergipe por causa de manobra política do Barão de Marumim, que transferiu a sede de São Cristóvão para Aracaju.

Data do início da colonização sergipana, no final do século XVI, após a conquista de Sergipe por Cristóvão de Barros. Depois que suas tropas arrasaram as nações indígenas, por volta de 1530, muitos "colonos" acabaram se fixando às margens do rio Cotinguiba. As terras, naquela época, pertenciam à Freguesia de Socorro e, naquela região, mais ou menos uma légua da sede, foi construído um pequeno porto e, por conta das inúmeras e frondosas laranjeiras à beira do rio, moradores e viajantes começaram a identificar o local como porto das laranjeiras.

A movimentação pelo Rio Cotinguiba era intensa e, logo, o porto passou a ser parada obrigatória. Em torno dele o comércio ganhava espaço, principalmente a troca de escravos, e as primeiras residências eram construídas. A partir de 1631, no entanto, o pequeno povoado das Laranjeiras também passa a sofrer com os ataques e depois com o domínio holandês. Muitas casas foram destruídas, porém o porto, um ponto estratégico, foi preservado. Só por volta de 1645 os holandeses deixaram Sergipe.

A presença dos padres jesuítas na região, em fins do século XVII, impacta fortemente na colonização e religiosidade da região. O local escolhido para a fixação da cidade, às margens do riacho São Pedro, abriga a primeira igreja erguida por essa ordem religiosa e, também, sua residência, conhecida como Retiro.

Em 1734, é concluída a obra da Igreja de Comandaroba, hoje um dos mais importantes monumentos arquitetônicos do Estado. Com a chegada do ciclo da cana-de-açúcar, no século XVIII, comerciantes de várias partes do Estado são atraídos e a região vivencia um momento de grande desenvolvimento econômico, com ocupação e antropização das margens do Cotinguiba.

Em 1832, em razão de seu apogeu econômico, acompanhado de grande desenvolvimento e vida social intensa, Laranjeiras, antes pertencente a Socorro, é elevada à categoria de vila. Em 1836 é designada como primeira alfândega de Sergipe, por sua importância como grande centro comercial e exportador, e em 1848 passa à categoria de cidade.

Retiro – local de fundação da Cidade



Se no passado, Laranjeiras desempenhava as funções de entreposto comercial, como principal porto e centro de importação, exportação e distribuição de mercadorias da região, com a modernização dos sistemas de transporte - implantação do porto de Aracaju, ferrovias e posteriormente rodovias - a Laranjeiras entrou em processo de decadência.

A decadência econômica resultou na substituição da população original por grupos sociais incapazes economicamente de manter a cidade. No entanto, a falta de dinamismo econômico possibilitou que o conjunto arquitetônico e a forma urbana permanecessem quase inalterados.

A existência desse acervo de grande significado cultural e histórico fez com que, em março de 1971, através do Decreto no. 2.048, do Governo Estadual, Laranjeiras fosse elevada à categoria de **Monumento Histórico**.

Cultura afro-brasileira

Assim como pela quantidade de engenhos, Laranjeiras destacava-se pelo grande número de escravos.

Engenhos de Açúcar do Estado de Sergipe

Ano	Município	Quantidade
1869	Laranjeiras	54
1855	S Cristovão e Itaporanga	43
1859	Maroim	19
1859	Siriri	14
1859	Capela	106
1860	Rosário do Catete	27
1860	Santo Amaro das Brotas	09
1860	Japaratuba	27

Fonte: "Vida Patriarcal Em Sergipe". De Orlando Dantas

População Total, Livre e Escrava, EM Sergipe - 1854

Comarcas	Subdelegacias	População Total	População Livre		População Escrava	
			No Absoluto	%	No Absoluto	%
São Cristóvão	Capital	5.969	4.664	0,78	1.305	0,22
	Itaporanga	6.017	4.437	0,74	1.580	0,26
	Socorro	4.880	3.205	0,66	1.675	0,34
	Itabaiana	7.879	6.319	0,80	1.560	0,20
	Santa Rosa	4.599	3.422	0,74	1.177	0,26
Laranjeiras	Laranjeiras	9.105	5.784	0,64	3.321	0,36
	Divina Pastora	3.256	1.766	0,54	1.490	0,46
	Pé do Banco	3.493	2.348	0,67	1.145	0,33
	Santo Amaro	4.812	3.372	0,70	1.440	0,30
Maroim	Maroim	4.149	2.884	0,70	1.265	0,30
	Rosário	2.928	1.774	0,61	1.154	0,39
	Capela	6.761	4.701	0,70	2.060	0,30
	Japaratuba	1.557	667	0,43	890	0,57
Vila Nova	Propriá	8.518	7.502	0,88	1.016	0,12
		5.910	5.141	0,87	769	0,13
		3.676	3.325	0,90	351	0,10
		1.835	1.279	0,70	556	0,30
Estância	Estância	8.243	6.103	0,74	2.140	0,26
	Santa Luzia	4.755	3.355	0,71	1.400	0,29

	Espírito Santo	1.875	1.586	0,85	289	0,15
	Chapada	3.529	3.275	0,93	254	0,07
Lagarto	Lagarto	6.520	5.145	0,79	1.375	0,21
	Lagoa Vermelha	1.898	1.455	0,77	443	0,23
	Riachão	5.148	3.911	0,76	1.237	0,24
	Simão Dias	6.174	5.242	0,85	932	0,15
	Itabaianinha	5.637	4.662	0,83	975	0,17
	Geru	797	695	0,87	102	0,13
	Campos	3.899	3.353	0,86	546	0,14
Total		132.640	100.192	0,76	32.448	0,24

Fonte: Estatística da população livre e escrava de Sergipe por comarcas, distritos de subdelegacias e quarteirões. APES. Pac.287

No século XVII, surgiram informações sobre os primeiros quilombos em terras sergipanas, embora tenham acontecido principalmente após a promulgação da Lei do Ventre Livre.

Na primeira metade do século XIX, ocorreram vários conflitos, tendo sido, inclusive, criada legislação proibindo o uso de armas e instrumentos perfurantes ou contundentes, pela população não branca.

Nesse contexto, berço da cultura negra em Sergipe e guardando edificações e sítios urbanos de relevada significância, Laranjeiras é um museu a céu aberto. Segunda cidade mais importante do Estado, Laranjeiras guarda os traços da cultura do comércio de escravos para o trabalho nos engenhos de cana-de-açúcar, preservados no Museu Afro-Brasileiro e nas manifestações religiosas e folclóricas.

A existência de uma comunidade quilombola remanescente, o povoado de Mussuca, inclusive reconhecida pela Fundação Palmares, confirma a importância de Laranjeiras como para a cultura afro-brasileira a nível nacional.

Patrimônio arquitetônico

No período em que foi elaborado o Plano Urbanístico de Laranjeiras, foram cadastrados 298 imóveis, considerados de preservação integral, dos quais 261 localizados no centro histórico; 29, em localizações periféricas ao centro histórico; e, 8, na zona rural. Reiterando que **todas** as edificações, assim como seu **conjunto arquitetônico**, existentes dentro do Perímetro de Tombamento estão protegidas de qualquer alteração e são prioritárias para manutenção ou restauro, ou seja, estão tombadas.

Quadro 14: Quantidade de edificações e monumentos tombados, por esfera governamental, 2007, município de Laranjeiras/SE

Obras	Origem do Tombamento				Não Tombado
	Federal	Estadual	Municipal	Data	
Edificações Históricas	10	06	09	2000	06
Monumentos Históricos	10	04	06	2000	02
Edificações de Importância	04	-	04	Não informou	04
Monumentos de Importância	08	04	04	Não informou	08
Manifestações Folclóricas de Importância	12	-	12	Não informou	12

Fonte: Prefeitura Municipal de Laranjeiras

Algumas das mais representativas obras tombadas são descritas a seguir.

ARQUITETURA RELIGIOSA

Conjunto do Engenho do Retiro

Construção do final do século XVII, inaugurada em 1701. Erigido pelos Padres Jesuítas é composto por uma Igreja, um casarão e uma senzala, situado na margem esquerda do riacho São Pedro, a 5 km da sede municipal. Devido à tranqüilidade do lugar recebeu a denominação de Retiro. É a primeira residência dos jesuítas no Vale do Cotinguiba, e base para a colonização religiosa das pequenas povoações que existiam na área. O Conjunto é tombado pelo IPHAN como Patrimônio Nacional. Está localizado na Fazenda Brandão, pertencente ao Grupo Votorantim.

Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Comandaroba

Segunda residência dos Jesuítas no Vale do Cotinguiba tinha no seu projeto original, a construção de um conjunto como o do Retiro, mas foi construída apenas a Igreja. Construção do século XVIII, constitui-se em obra-prima da arquitetura religiosa colonial, sendo um dos monumentos históricos de maior valor no Estado. A Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Comandaroba foi restaurada pelos alunos da Oficina Escola do IPHAN em Laranjeiras, e entregue a comunidade após o restauro, em Dezembro de 2000.

Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus

Construída em fins do século XVIII (1791), na área que se tornaria o cento urbano do município. É a primeira Igreja dedicada ao Sagrado Coração de Jesus, e tornou-se Matriz, quando Laranjeiras transformou-se em Freguesia em 1835. É uma construção atribuída ao Padre Bonucci da ordem Jesuíta, com características de estilos bastante ricos e com detalhes em folha de ouro. A predominância na sua edificação é do estilo barroco, apesar do seu ecletismo. Está situado na Praça Heráclito Diniz Gonçalves. Monumento tombado pelo IPHAN, em 1971.

Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Pardos

Foi construída pelos homens Pardos e Livres. A sua obra começou por volta de 1843 e em seguida parou por falta de recursos. O término da construção só foi retomado depois da visita de SS.MM. o Imperador D. Pedro II, a Laranjeiras em 14 de janeiro de 1860. Está localizada na Praça Josino Menezes, praça onde se realizam os espetáculos artísticos do Encontro Cultural no mês de Janeiro.

Igreja de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário

A Igreja de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário foi edificada pelos escravos no século XIX em uma pequena colina e preserva até os dias de hoje a sua característica original. É uma construção simples toda em pedra e taipa de pilão com características do barroco colonial brasileiro. Localiza-se na Rua José do Prado Franco. É um monumento tombado, pois está dentro do Centro Histórico definido pelo tombamento nacional.

Igreja do Senhor do Bomfim

Construção do século XIX (1836), situada em uma elevação denominada Colina Azulada, com vista para todo o Vale do Cotinguiba. Do alto da sua torre os padres podiam ver quem entrava e saia da Vila. Abriga algumas manifestações religiosas relacionadas a cultos diferentes como o mês doloroso, dedicado a Nossa Senhora das Dores, sempre em

setembro e a Lavagem de suas escadarias feitas pelos Terreiros de Candomblé do Município em homenagem a Oxalá sincretizado com Senhor do Bomfim.

Capela Sant'Aninha

O conjunto foi construído em 1860, pela família Ribeiro Guimarães como um depósito de pólvora. Posteriormente foi erguida uma Capela de Necrópole, um templo de paz, pela devoção da filha dos proprietários, à Sant Aninha. A cúpula da Capela lembra a Basílica de São Pedro em Roma com um estilo eclético, destacando-se a arte gótica. Foi considerada uma das Capelas particulares mais ricas do País.

Anexo à Capela existe o antigo Casarão da família, que no momento encontra-se fechado. No sítio encontra-se ainda a ruína do sobrado onde, no pavimento térreo, ficava a senzala, na qual até pouco tempo atrás se podia ver nas paredes, segundo descrição de populares, as marcas dos escravos torturados, e na parte superior ficavam os cômodos da Casa Grande.

É uma propriedade particular, localizada no sítio do mesmo nome, mas está aberta a visita sempre que solicitado com antecedência. É um monumento tombado localizado dentro da área demarcada como Centro Histórico da cidade, quando do tombamento Nacional.

Igreja Presbiteriana

Primeira Igreja protestante de Sergipe, base para a implantação do culto protestante no Estado. Foi inaugurada em 1899, apesar dos vários protestos e conflitos que ocorreram entre católicos e protestantes. É um monumento com estilo eclético com a predominância da arte gótica, mantendo até os dias de hoje a sua característica arquitetônica e de seus cultos. Está situada na Rua Tobias Barreto no centro do Município, sendo um monumento tombado, pois se encontra dentro do perímetro do tombado do Centro Histórico da cidade.

ARQUITETURA CIVIL

Centro de Tradições – Antigo Trapiche

Construção da primeira metade do século XIX com características ecléticas, na qual se destaca a arte neoclássica e a gótica.

Originalmente o prédio era destinado ao armazenamento de açúcar e seus derivados. O local também foi utilizado para desembarque e alojamento dos escravos trazidos das cidades de Recife e Salvador enquanto aguardavam os seus senhores. É um prédio com bastante espaço, tendo várias colunas para a sustentação do telhado que é feito de amarração. É uma edificação de grande porte com várias janelas e portas. Após um período de abandono foi restaurado e transformado em Centro de Tradições, local onde acontecem as atividades culturais do município. Está localizado na Av. Rotary s/n, dentro do Centro Histórico da cidade, sendo portanto um prédio tombado nacionalmente.

Paço Municipal

Construção da primeira metade do século XIX, com características neoclássicas, transformou-se em Paço Imperial, por ocasião da visita de SS. MM. o Imperador D. Pedro II em 14 de janeiro de 1860. Antiga sede dos poderes Executivos e Legislativos, hoje é a sede do Poder Executivo do Município. O prédio já passou por várias reformas

internamente, mas externamente mantém as características originais de um prédio construído no século XIX. É um monumento tombado, pois se encontra dentro do perímetro do Centro Histórico da cidade. Está localizado na Rua Sagrado Coração de Jesus.

Mercado Municipal

Construção da segunda metade do século XIX, com características da arte gótica, onde funciona a feira municipal. Possui um pequeno atracadouro no fundo, por onde no passado, chegavam pelo rio Cotinguiba, no período áureo do Município, as mercadorias vindas de todos os lugares, inclusive das praças da Bahia, Pernambuco e até do exterior. A feira atual comercializa produtos diversificados vindos, em sua maioria, do agreste sergipano.

O prédio internamente já sofreu algumas reformas, mas preserva no seu exterior as características de quando foi construído. Está localizado na Praça Samuel de Oliveira no centro Histórico da cidade sendo assim um prédio tombado nacionalmente.

Antigo Teatro Santo Antônio

Construção do século XIX, com características da arte neoclássica, que funcionou por muito tempo como teatro. Nesse espaço apresentaram-se artistas e espetáculos brasileiros e internacionais, fazendo parte do cotidiano da vida sócio-cultural do Município. Recebeu a visita de SS. MM. D. Pedro II quando da sua visita ao Município. Passou por um período de abandono, foi utilizado como cortiço, depois recuperado para ser a Agência do Banco do Estado de Sergipe – BANESE. Hoje, abriga apenas repartições públicas ligadas ao Poder Executivo.

Localiza-se na Rua João Ribeiro, conhecida popularmente como Rua do Cangaleixo, e é um monumento tombado, pois está dentro do perímetro do Centro Histórico da cidade.

Ponte Nova

Construção da primeira metade do século XIX, (1842) em pedra e cal, com arcos característicos da arquitetura civil da época e um calçamento em pedra calcária no estilo pé-de-moleque. Foi projetada e construída, pelo Tenente-coronel do Império Corpo de Engenheiros, João Bolem. Localizada sobre o rio Cotinguiba foi muito importante para o escoamento do açúcar produzido na região fazendo a ligação entre a área urbana e a rural do município. No início do século XX passou a dar acesso ao matadouro e ficou conhecida popularmente por Ponte do Matadouro.

É um monumento tombado, pois está inserida no perímetro do centro Histórico da cidade.

Conjunto Arquitetônico do Calçadão Getúlio Vargas.

É um conjunto composto por vários prédios que foram construídos no século XIX, e que funcionavam como estabelecimentos comerciais e residências. Alguns prédios do conjunto encontram-se em ruínas enquanto outros foram recuperados para outros fins. Fazem parte desse conjunto, o prédio onde funciona hoje a Agência do Banco do Nordeste, com as características da arte gótica preservadas na sua fachada externa; a edificação onde funciona a Câmara de Vereadores, cujas fachadas em estilo neoclássico foram mantidas; e, algumas casas comerciais que preservam as características da época de construção, apenas externamente. Dentre esses prédios

encontra-se o prédio onde funciona a Oficina Escola do IPHAN, cujo restauro deverá ser feito pelos alunos da oficina.

Todos os prédios são monumentos tombados, pois estão inseridos no perímetro do Centro Histórico.

PATRIMÔNIO IMATERIAL – GRUPOS FOLCLÓRICOS

Grupo Folclórico Reisado

O Reisado é um auto natalino que tem grande influência portuguesa, tanto no culto em torno do menino Jesus, sua mãe e José, quanto pela forma de apresentação em grupos formando cordões e alas, cantando melodia simples e repetitiva, sempre acompanhada por sanfona.

Os Reisados de Laranjeiras, não possuem uma figura marcante dessa manifestação que é o boi, mas têm em suas indumentárias a presença marcante das fitas que causam um grande efeito visual e espelhos nos chapéus, que funcionam como um amuleto.

As cores tradicionais dos Reisados sempre foram o vermelho, em homenagem a Jesus e seu sangue derramado, e o azul, em homenagem a Maria, sua mãe.

Grupo Folclórico São Gonçalo

O São Gonçalo é uma dança de origem portuguesa e o seu aparecimento no Brasil data de 1718, na Bahia. É uma manifestação em homenagem ao santo do mesmo nome que viveu na Cidade de Amarante, em Portugal. Conta-se que dedicou sua vida a pregar a lei de Deus, saindo às ruas pela madrugada a converter e entreter mulheres vadias. Dançando com elas, passava a noite, salvando muitas da prostituição. É um dos ritos mais fortes do catolicismo rural brasileiro, com pagamento de promessas, e acompanhamento de procissões.

Grupo Folclórico Taieira

É um folguedo que, segundo os estudiosos do folclore, é de origem afro-luso-brasileira, pois se apóia no elemento aculturativo. É de caráter extremamente religioso, mas também possui o seu lado profano, dada a lascividade característica da coreografia de determinadas estrofes das músicas que são cantadas. A Taieira é uma corruptela variante das Talheiras, dança na qual era comum o uso de talhas como elemento básico da coreografia e ritual. O seu registro no Brasil data do século XVIII. O seu objetivo maior é a louvação a Nossa Senhora do Rosário e a São Benedito, mas especificamente a Nossa Senhora do Rosário, vencedora de Loponto e igualmente protetora dos escravos.

Em Laranjeiras, as Taieiras mostram com maior evidência a presença dos elementos das crenças afro-brasileiras, pois a mais de cinquenta (50) anos é dirigida por uma mãe de “terreiro”. É claro que essa influencia não emerge ao nível de consciência dos seus participantes, mas é percebida aqui e acolá nos ritos das Taieiras.

Grupo Folclórico Cacumbi

É um folguedo popular, que vem da variação de Autos e Bailados, como as Congadas, Guerreiros, Reisados, Ticumbi, que são variações de denominação, mas que vem de um só referencial a “Luta entre Rei Negro e Rei Indígena”. Tendo todo um conteúdo dramático na sua apresentação.

Grupo Folclórico Chegança

É um bailado dramático de origem européia com configurações náuticas das lutas contra os pagãos. É um auto popular ligado ao ciclo natalino e desenvolve temas relacionados à vida no mar. É uma identificação característica da antiga dança portuguesa, proibida pela Igreja por ser considerada inconveniente aos bons costumes da Corte.

A Chegança é uma variante da Marujada, Nau Catarineta, Fandango, Congada, Cristãos e Mouros.

Lambe Sujo x Caboclinho

Folguedo popular de origem afro-brasileira, baseada nos episódios da destruição do quilombo feita pelos Capitães do Mato, que muitas vezes tinham sangue indígena. É uma variante do Quilombo de Alagoas. Sua origem é genuinamente brasileira. É uma manifestação guerreira, sem coreografias específicas.

CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS URBANAS

Características da expansão urbana

Sede

Laranjeiras surgiu em função do rio Cotinguiba e sua localização corresponde ao limite da navegabilidade das embarcações do período de sua fundação. As suas funções tradicionais de porto e entreposto do açúcar também estão relacionadas com o rio. Num primeiro momento, a cidade cresceu linearmente ao longo do rio. Com o passar do tempo, se expandiu por todas as áreas planas existentes entre as colinas e o rio, seguindo pelos vales dos afluentes do Cotinguiba, acompanhando as estradas que davam acesso a São Cristóvão, Maruim e Camandaroba.

De acordo com o Plano Urbanístico de 1974, a cidade foi dividida em três setores: Setor Central (de preservação integral), Setor Intermediário (ou de preservação ambiental) e Setor Periférico. O Setor Central corresponde ao Centro Histórico, área de maior homogeneidade e densidade de monumentos. O setor intermediário corresponde às áreas de homogeneidade e densidade média de monumentos, mas que desempenham importante papel de transição entre o Setor Central e as áreas periféricas. O Setor Periférico corresponde às áreas de pouca relevância em relação ao número de monumentos, mas de grande importância no emoldramento paisagístico do Centro Histórico.

O Plano Urbanístico de 1974 propunha uma zona de expansão urbana na direção Oeste. No entanto, a cidade de Laranjeiras se expandiu na direção Norte, com a implantação do conjunto Manoel Prado Franco. Direção essa que configura atualmente um forte eixo para futuras expansões.

Povoados

Os povoados surgiram ao longo das estradas ou em entroncamentos de acesso às fazendas. São ocupações espontâneas, sem tamanho de lote definido e sem cercamento.

Em sua grande maioria, tiveram crescimento linear, com o casario seguindo as margens das estradas. Essas comunidades, ou aglomerados urbanos em áreas rurais possuem

algumas características particulares que levam em consideração a forma como surgiram, seu entorno imediato e o tipo de atividade econômica predominante.

Pedra Branca, por exemplo, é um povoado mais desenvolvido no que diz respeito à expansão urbana, seja pela proximidade da FAFEN, ou pelo entroncamento da BR 101 com uma rodovia estadual importante, o fato é que este povoado é o que mais cresceu dentre todos. Já não possui mais um parcelamento linear ao longo das rodovias, se expandiu e consolidou quadras e quarteirões independentes das rodovias.

Leituras comunitárias

Os moradores de Laranjeiras acreditam que o crescimento urbano é inevitável, no entanto, é necessário planejamento.

O Povoado Pinheiro não tem possibilidade de expansão urbana, pois a Usina Pinheiro tem intenção de expandir sua área de plantio.

Os povoados Mussuca e Pedra Branca e a sede municipal relataram que as áreas particulares ao redor impedem o crescimento urbano.

CARACTERÍSTICAS DA MALHA URBANA

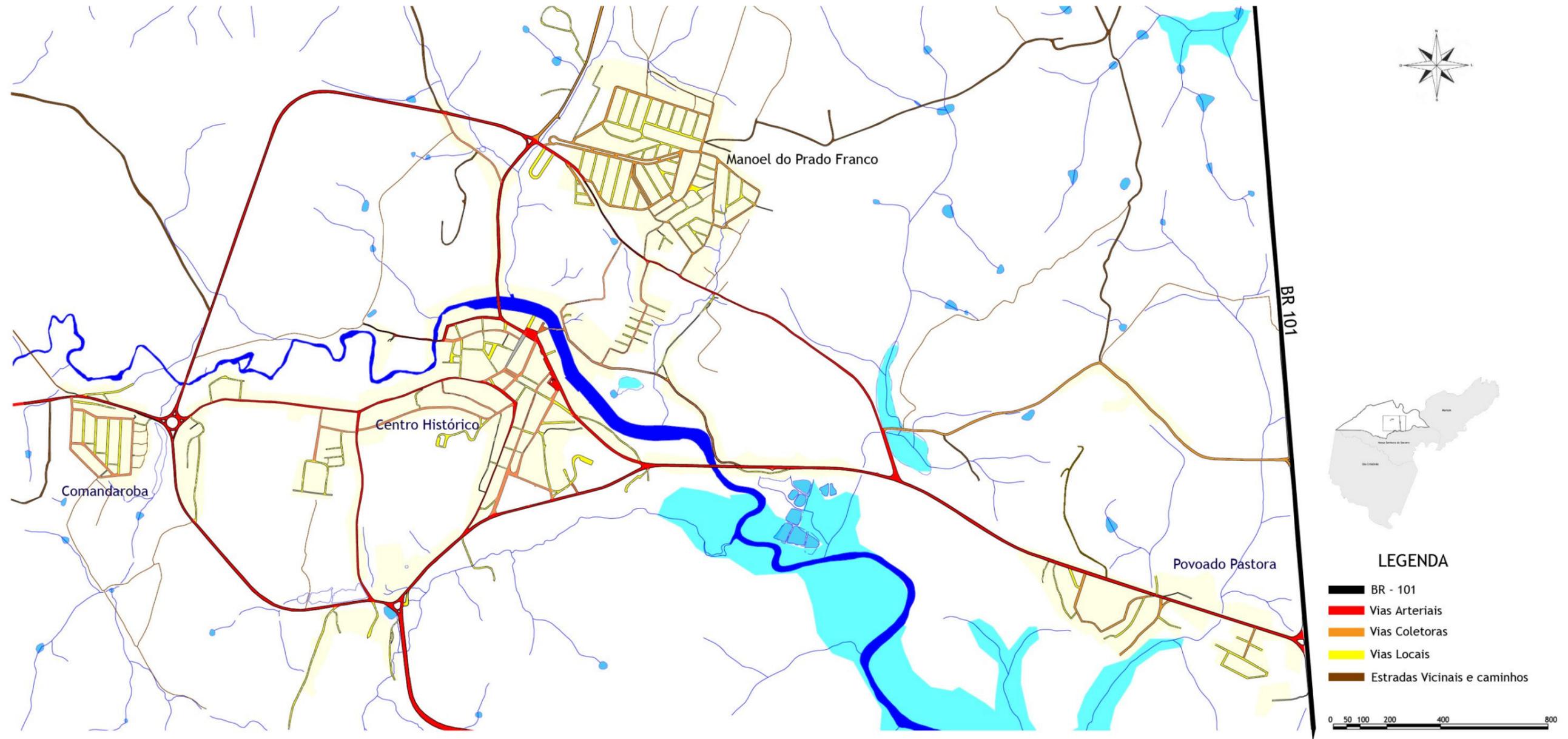
Sede

A área do Centro Histórico apresenta malha irregular. No setor intermediário (Comandaroba e Manoel Prado Franco) a malha viária é do tipo xadrez regular e nas áreas periféricas, as edificações foram sendo construídas ao longo das estradas. Ver Mapa 16 – hierarquia viária.

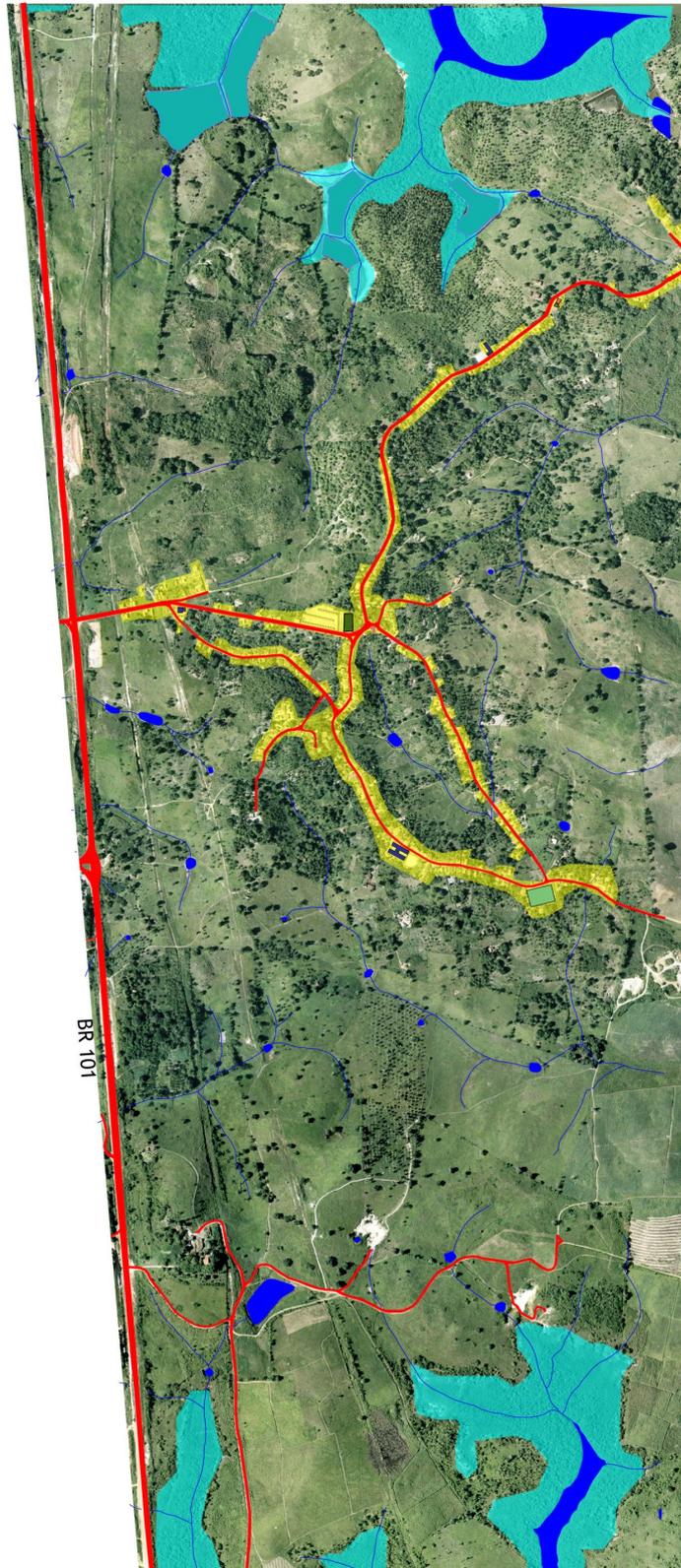
Povoados

Na maioria dos povoados, a malha urbana é linear ao longo das principais estradas. O maior deles é Pedra Branca que já apresenta uma malha independente da rodovia, com quarteirões definidos. Ver mapas 17 e 18 de Pedra Branca e Mussuca.

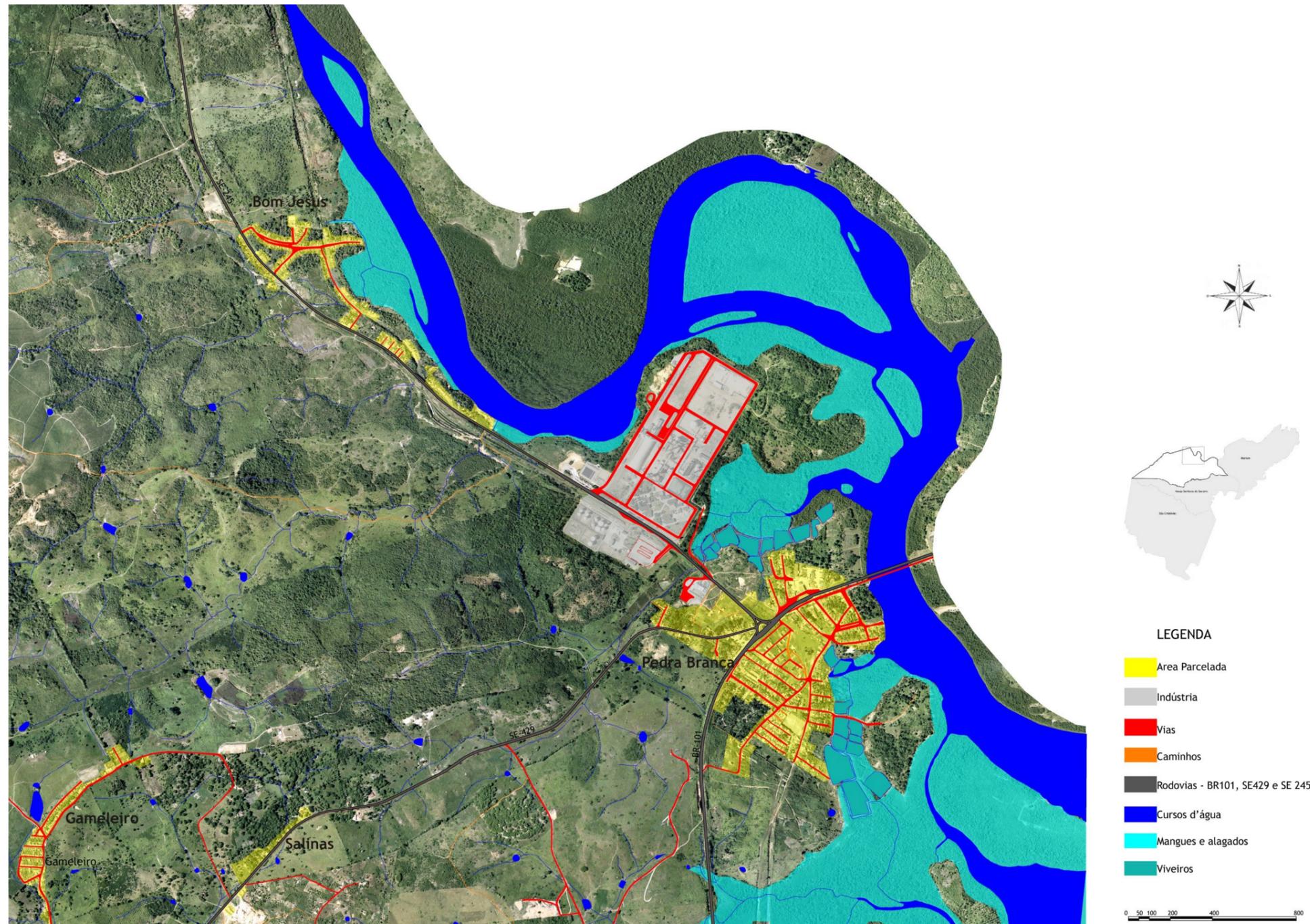
Mapa 14. Mapa da sede – hierarquia viária



Mapa 15. Mussuca



Mapa 16. Pedra Branca



TIPOLOGIA DAS EDIFICAÇÕES

Sede municipal

O centro histórico apresenta maior homogeneidade e densidade de bens culturais. No seu entorno imediato a homogeneidade arquitetônica é média, mas tem grande importância na continuidade de ambientação do centro histórico. As áreas periféricas são de grande importância no emolduramento paisagístico do centro histórico.

Área Central – Laranjeiras, sede





Edificações de significado histórico em degradação – Laranjeiras, sede





Patrimônio histórico – Laranjeiras, sede





Patrimônio histórico – rua principal na sede, Laranjeiras



Vista parcial da cidade – Laranjeiras, sede



Foi constatada a existência de algumas edificações que interferem na paisagem urbana pela quebra da homogeneidade arquitetônica.

Vista parcial com edificação contrastante



7.1.1 Povoados

Nos povoados, a tipologia é de edificações térreas, algumas de alvenaria e muitas de taipa.

Gameleiro



Cedro



Pastora



Pedra Branca



Uso e ocupação do Solo

Sede municipal

De acordo com o Plano urbanístico de 1974, o centro histórico compreendia 272 imóveis, apresentando uma das melhores condições de habitação da cidade, com elevados índices de ligações de energia elétrica e água. De uso predominantemente residencial, concentrava as atividades comerciais e de prestação de serviços e praticamente todas as vias já se encontravam pavimentadas. Apesar disso, apresentava também elevados índices de arruinamento das edificações.

Nos demais bairros ao redor do centro histórico, o comércio e serviços eram quase inexistentes, poucas ruas eram pavimentadas e o número de terrenos baldios tornava-se mais significativo.

O Plano Urbanístico de 1974 já previa áreas de expansão urbana no sentido de prevenir a pressão imobiliária sobre o centro histórico, contornadas por um anel viário.

Atualmente, tanto o comércio como os serviços continuam concentrados na sede, mas não só no Centro Histórico. Nos demais bairros da sede, o uso misto é predominante.

Os serviços bancários, também concentrados na sede, dispõem de agências do Banco do Brasil, Banese e Banco do Nordeste.

A agência dos correios, também localizada na sede, dispõe de um carteiro apenas, insuficiente para atender a demanda da população.

O Plano também fazia referência à deficiência de áreas de recreação e lazer tanto para a população local como de apoio ao turismo, além do enquadramento paisagístico do centro histórico e propunha o remanejamento de áreas públicas existentes, a criação de novas áreas de recreação, o reflorestamento dos altos do Bomfim e do Bom Jesus dos Navegantes, a criação dos parques de S´ant´Aninha e Outeiro, além do saneamento e posterior tratamento paisagístico da várzea do Cotinguiba. Ver Mapa 19 – uso do solo.

Quadro 15: Estabelecimentos comerciais e de Serviço, sede municipal 2007, Laranjeiras/SE

Estabelecimentos	Quantidade
Produtos Agropecuários	01 - sede
Postos de Combustível	02, sendo 1 na sede e outra em Pedra Branca
Drogarias e Farmácias	03 – sede
Vestuário	02 com fabricação própria e 04 comércio
Eletrodomésticos	03 – sede
Supermercados	03 – sede, 01 Conj. Manoel do Prado Franco e 1 pedra Branca, Sendo que 02 da sede tem padaria
Padarias	02 no Conjunto Manoel do Prado Franco
Bancos	02 - Banco do Nordeste e Banese
Açougues	02
Oficinas Mecânicas	03 - sede, 01 - Bom Jesus e 03 - Pedra Branca

Fonte: Prefeitura Municipal de Laranjeiras (2007)

Quadro 16: Estabelecimentos Industriais e de Abastecimento, sede municipal 2007, Laranjeiras/SE

Estabelecimentos	Quantidade
Serrarias	01
Cerâmicas	-
Olarias	-
Frigoríficos	-
Armazéns	06

Fonte: Prefeitura Municipal de Laranjeiras (2007)

Quadro 17: Edificações Poder Público, sede municipal 2007, Laranjeiras/SE

Atividade	Quantidade
Prefeitura	01
Secretaria Municipal	10
Garagem da Prefeitura	01
Centros de Treinamento/ Local para grandes reuniões	01
Fábricas	03
Centros de Produção	01

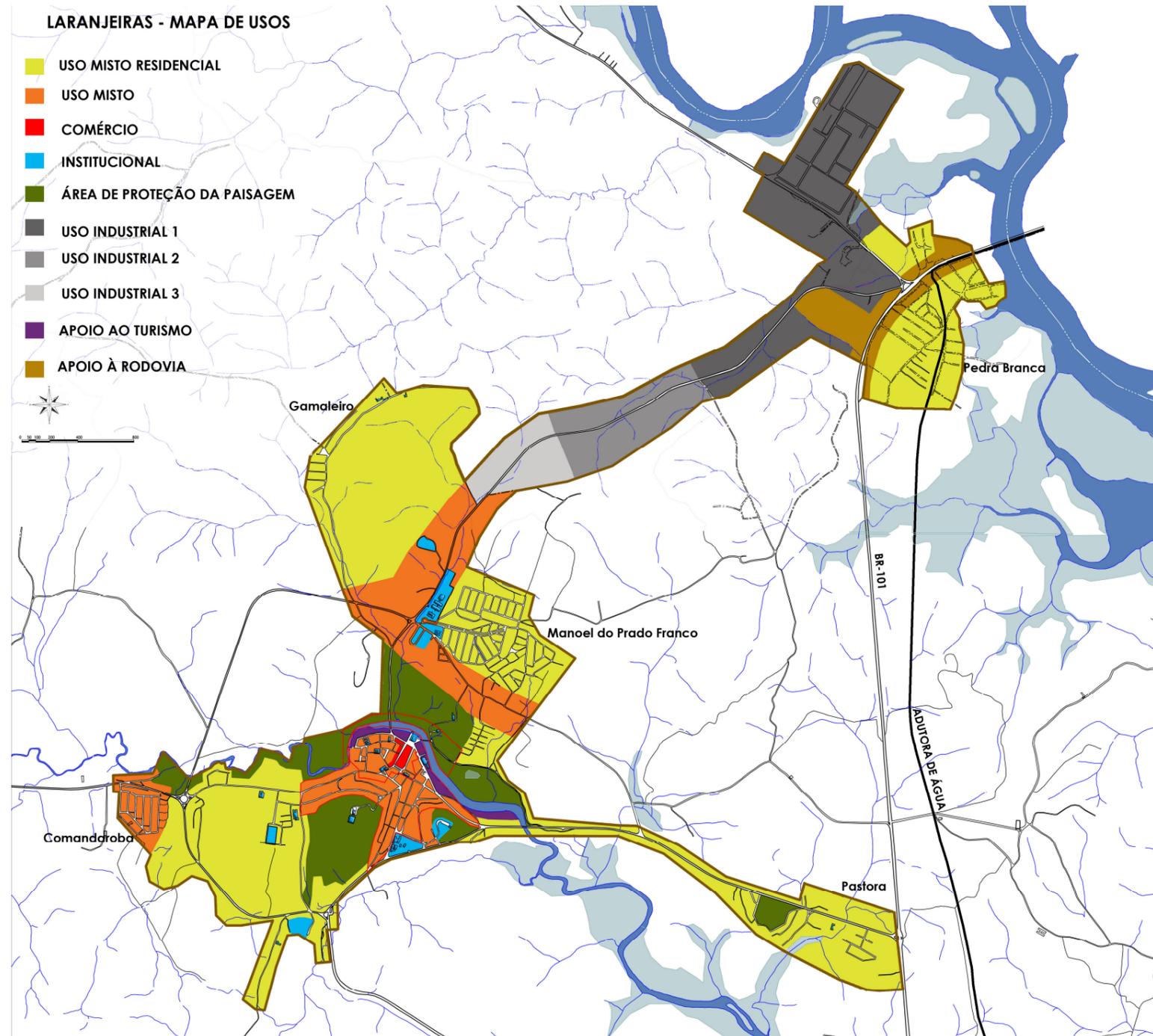
Fonte: Prefeitura Municipal de Laranjeiras (2007)

Quadro 18: Estabelecimentos - armazéns e beneficiamento de apoio da produção agropecuária, sede municipal 2007, Laranjeiras/SE

Estabelecimentos	Quantidade
Armazéns	-
Silos	01 (Privado)
Armazém de Secagem com ou sem beneficiamento	-

Fonte: Prefeitura Municipal de Laranjeiras (2007)

Mapa 17. Mapa de uso do solo



Povoados

Nos povoados, a ocupação é basicamente residencial, e o pouco comércio que existe é constituído de estabelecimentos que além de bebida, oferecem alguns produtos de alimentação, limpeza e higiene pessoal. Os povoados têm grande dependência da sede e, por extensão, de Aracaju, no que diz respeito a comércio e serviços.

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

A grande maioria da população tanto da sede como dos povoados tem problemas de legalização da posse da terra, visto que quando existe algum tipo de documentação, são recibos de compra e venda.

Os povoados estão todos localizados em propriedades rurais, sem titularidade da terra.

No povoado Pinheiro toda a área pertence à Usina Pinheiro.

Nos conjuntos Albano Franco, José Franco e Loteamento Paulo Hagenbeck, apesar de terem sido construídos por programas habitacionais do estado, o processo de desapropriação da fazenda ainda está em julgamento e os moradores possuem apenas recibos de compra e venda.

No povoado de Mussuca há uma área ocupada pelo MST.

A Prefeitura municipal não tem nenhum Programa de Regularização Fundiária em andamento.

INFRA-ESTRUTURA URBANA

Transporte, circulação e mobilidade urbana

Circulação

O tráfego de veículos, em especial os pesados, constitui uma das maiores ameaças às cidades históricas. O recalque e a vibração produzidos pela passagem de veículos ameaçam as fundações das edificações e provocam rachaduras nas paredes, além dos gases que atacam os materiais de construção.

O Plano urbanístico de 1974 já apontava a necessidade de controle da circulação de veículos no centro histórico, principalmente dos veículos pesados de transporte de cana. Como alternativa de solução, o Plano propunha a construção de um anel viário contornando a área urbana e fazendo a articulação das principais vias urbanas às rodovias estaduais e municipais.

Complementando a proposta, as vias urbanas deveriam ser hierarquizadas em vias primárias e secundárias: as primárias deveriam ter sua pavimentação melhorada e onde necessário, retificadas; as secundárias seriam dotadas de dispositivos que dificultassem o trânsito de veículos pesados ou o desenvolvimento de velocidades indesejadas. O Plano propunha além disso, a criação de um estacionamento central próximo à saída para a BR-101 e a criação de um terminal rodoviário.

Até o momento, nenhuma dessas proposições foi implantada e o tráfego de veículos pesados continua passando pelo Centro Histórico, causando grandes danos às edificações e monumentos históricos, além da frota de veículos de passeio que cresce a cada ano em grandes proporções.

Conflito: transporte de carga e área histórica – Laranjeiras, sede



Quadro 19: Frota 2006 Laranjeiras - SE

Tipo de Veículo	Quantidade
Automóvel	1.066
Caminhão	82
Caminhão - Trator	15
Caminhonete	51
Micro-ônibus	12
Motocicleta	361
Motoneta	20
Ônibus	32
Trator de rodas	0

Fontes: Ministério da Justiça, Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN - 2006; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

Transporte

De acordo com as informações obtidas na própria comunidade, os povoados do município de Laranjeiras apresentam forte dependência em relação aos serviços essenciais prestados na sede do município e em outras cidades, especialmente Aracaju, a capital do Estado.

A inexistência de transporte público nos povoados faz com que os moradores se desloquem a pé ou de bicicleta, o que muitas vezes dificulta o acesso aos serviços. Outra alternativa corrente é a utilização do ônibus escolar, desviando-o da função a que se destina.

Quadro 20: Empresas de transporte coletivo municipal, 2007, Laranjeiras/SE

Ligações no município	Frequência/ Horários
Entre a sede e os povoados	De 1h/1h
Interno às áreas urbanas	Não possui

Fonte: Prefeitura Municipal de Laranjeiras (2007)

Mobilidade urbana

De acordo com a Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2.000, regulamentada pelo Decreto no. 5.296, de 2 de dezembro de 2004, o sistema de circulação das áreas urbanas do município deve atender às necessidades mobilidade de toda a população, inclusive dos portadores de deficiência física.

A aplicação da legislação em centros históricos tem sido objeto de estudos e teses de doutorado, mas ainda não se tem maiores definições de como devem ser feitas as intervenções para cumprir o enquadramento legal, nem quais os impactos resultantes dessas intervenções nas cidades monumento.

Energia elétrica

De acordo com a tabela a seguir, o maior percentual de consumo de energia elétrica no município de Laranjeiras está concentrado na classe industrial , que totalizava 93,15% em 2003, seguido por 3,14% de consumo residencial.

Quanto à qualidade no fornecimento de energia, vale registrar que a população da maioria dos municípios do Litoral Norte reclama da alta frequência nas interrupções e variações de voltagem da energia fornecida.

**Participação % das classes de consumidores no consumo de energia elétrica. 2003 –
Pólo Costa dos Coqueirais**

Município	Residen- cial	Comer- cial	Indus- trial	Rural	Poderes Público	Iluminação Pública	Serviço Público	Consumo Próprio
Aracaju	31,34	26,51	28,85	0,04	6,37	4,53	2,12	0,24
Barra dos Coqueiros	42,83	37,48	5,81	0,59	3,06	7,51	2,62	0,10
Brejo Grande	28,44	2,29	56,88	1,10	2,80	6,75	1,74	0,00
Estância	16,70	8,39	65,00	1,06	1,56	5,59	1,61	0,10
Indiaroba	48,35	7,42	0,77	16,79	7,01	13,64	6,01	0,00
Itaporanga D'Ajuda	25,09	5,78	43,36	10,15	3,70	8,88	2,36	0,69
Laranjeiras	3,14	0,93	93,15	0,82	0,62	0,90	0,45	0,00
N. Senhora do Socorro	18,77	8,15	64,35	1,35	1,54	3,08	2,71	0,05
Pacatuba	44,36	12,65	17,17	0,95	5,50	11,39	7,95	0,03
Pirambu	42,55	7,71	17,46	2,31	9,20	18,15	2,60	0,02
Santa Luzia do Itanhi	53,99	9,50	3,43	9,89	4,91	13,68	4,59	0,00
Sto Amaro das Brotas	50,19	9,19	10,26	6,34	3,28	13,97	6,77	0,00
São Cristóvão	46,04	9,05	8,78	6,61	18,28	6,70	4,41	0,14
Total do Pólo	25,95	18,78	42,91	0,85	4,97	4,31	2,07	0,18
Estado de Sergipe	24,46	13,89	41,94	3,87	4,11	5,12	6,46	0,13

Fonte: Anuário Estatístico de Sergipe 2002-2003

Leituras Comunitárias

No município de Laranjeiras, a população classificou o serviço de iluminação pública, como precário e insuficiente, na maioria das comunidades.

No povoado de Cedro foi relatada a ausência de energia elétrica em algumas casas.

No povoado Pinheiro todos têm energia elétrica em casa, instalada pela usina, e não é cobrada nenhuma taxa pelo seu fornecimento.

Abastecimento de água

Sede Municipal

O abastecimento público da sede é feito por captação em poços perfurados pela DESO e nos povoados o abastecimento também é realizado por poços, um em cada povoado, todos mantidos pela DESO.

Sistema de abastecimento municipal. Sergipe 1999

Municípios	Sistema de abastecimento	Tipo de tratamento	Capacidade abastec. (m3/dia)
Sistemas Integrados (34 Municípios)			
Aracaju, N. Sra. Socorro	Aduora São Francisco	Convencional, Filtração e Desinfecção	153.717
Sistemas Independentes			
Brejo Grande	Poço	Filtração	724
Pacatuba	Poço	Desinfecção	629
Pirambu	Poço	Filtração	940
Laranjeiras	Poço	Desinfecção	1.861
S. Amaro das Brotas	Poço	Desinfecção	1.061
Barra dos Coqueiros	Poço	Filtração	2.243
S. Cristóvão	Tribut. Rio Vaza-Barris		15.832
Estância	Rio Piauí		6.280
Indiaroba	Rio Paripueira	Filtração	844
Itaporanga d' Ajuda	Rio Fundo	Filtração	1.773
Santa Luzia do Itanhi	Poço	Desinfecção	455

Fonte: Plano Diretor de Recursos Hídricos do Estado de Sergipe e Relatório da DESO sobre os sistemas de Produção de Água

Quadro 21: Abastecimento d' água, 2007, Laranjeiras/SE

Água	Característica
Tipo de Abastecimento (Capacidade)	Poço
Tipo de Tratamento	desinfecção
Responsabilidade de Distribuição	DESO
Capacidade Reservatório	Não informado
Rede de Distribuição	Não informado
Número de Economias	4.847
Número de Ligações	4.790
Comerciais	67
Residenciais	4.611
Industriais	03
Poder Público	101
% de economias em relação ao número de edificações da cidade	1,19%

Nos Povoados Camaratuba e Pinheiro não existe fornecimento da DESO, a população utiliza a água do rio poluído, que contribui para o aumento de casos de esquistossomose transmitida pelo caramujo presente no rio.

Leituras comunitárias

Já nas vilas e povoados, foi relatado nas leituras comunitárias que a água é captada em poços tubulares e distribuída através de chafariz mantido pela prefeitura.

Na sede foi relatado que não existe fiscalização e conservação do poço onde é captada a água para o abastecimento, o que ocasiona dúvidas quanto à qualidade da água.

De acordo com a população, a rede de abastecimento de água não atende a demanda. A água distribuída pela Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO, órgão estadual responsável, é de péssima qualidade, caracterizada como salobra.

Nas comunidades Pastora e Várzea, o abastecimento é feito por um poço construído pela Prefeitura, devidamente afastado de latrinas e fossas. A comunidade de Pastora possui 100% de água encanada, no entanto, a qualidade é ruim, enquanto que no povoado Várzea a água encanada é de boa qualidade e não é cobrada pelo serviço.

No povoado Mussuca e Cedro, apenas 50% das residências dispõem de água encanada que também é de péssima qualidade. Já Pedra branca não dispõe do serviço, os moradores utilizam água fornecida por três poços insuficientes para a demanda.

Nos Conjuntos Albano Franco, José Franco e Loteamento Paulo Hagenbeck relataram que a pressão da água é fraca e não atende em alguns dias o conjunto. Reclamam da qualidade da água devido à concentração de calcário.

Esgotamento sanitário

Em relação ao saneamento ambiental, é importante ressaltar a importância da existência de banheiro ou sanitário nos domicílios. A situação dos municípios que compõem o Pólo da Costa dos Coqueiros mostra-se crítica: Pacatuba e Santa Luzia do Itanhi aparecem respectivamente com 40% e 50% de instalações desse tipo nos domicílios existentes. Em um segundo lugar, Brejo Grande, Itaporanga D' Ajuda e Indiaroba aparecem com índices de atendimento próximos a 70%. Os demais, Laranjeiras, Santo Amaro das Brotas, São Cristóvão, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e Aracaju, na ordem, têm índices que variam de 87% a 98%.

Além da falta de instalações sanitárias, preocupa a existência de ligação das mesmas em rede. Sabe-se que apenas Aracaju e Nossa Senhora do Socorro têm rede de esgoto. Em algumas sedes de municípios, como São Cristóvão, por exemplo, existem redes antigas, nas áreas centrais, porém, pelo número de ligações em redes, há fortes indícios de que em muitas cidades o esgoto está sendo lançado em rede de drenagem pluvial e *in natura* nos cursos d'água locais.

- Domicílios particulares permanentes – existência de banheiro ou sanitário, 2000

Município	Total domicílios	Tinham				Não Tinham	
		Total	% total	Rede geral	% total	domicílios	% total
Aracaju	116.689	114.005	97,70	65.795	56,38	2.684	2,30
Barra dos Coqueiros	4.360	3.921	89,93	327	7,50	439	10,07
Brejo Grande	1.613	1.092	67,70	3	0,19	521	32,30
Estância	14.260	12.824	89,93	689	4,83	1.436	10,07
Indiaroba	2.801	1.993	71,15	5	0,18	808	28,85
Itaporanga D'Ajuda	5.779	3.892	67,35	977	16,91	1.887	32,65
Laranjeiras	5.380	4.692	87,21	757	14,07	688	12,79
N. Senhora do Socorro	32.651	30.993	94,92	15.074	46,17	1.658	5,08
Pacatuba	2.576	1.006	39,05	3	0,12	1.570	60,95
Pirambu	1.683	1.527	90,73	16	0,95	156	9,27
Santa Luzia do Itanhi	2.999	1.498	49,95	6	0,20	1.501	50,05
Santo Amaro das Brotas	2.531	2.234	88,27	15	0,59	297	11,73
São Cristóvão	15.830	14.254	90,04	3.490	22,05	1.576	9,96
Total do Pólo	209.152	193.931	92,72	87.157	0,22	15.221	7,28
Estado de Sergipe	436.735	330.039	75,57	45.506	0,43	61.190	14,01

Fonte: Anuário Estatístico de Sergipe 2002-2003

A rede de esgoto é inexistente no município de Laranjeiras. O esgoto corre a céu aberto, tendo como destino final o rio. Em algumas residências os dejetos são lançados em fossas.

Drenagem pluvial

O Plano Urbanístico de 1974 já fazia referências a problemas de inundação na sede municipal e à poluição das águas do rio Cotinguiba pelo lançamento de efluentes industriais a montante da cidade. O documento relata também, o aumento da frequência e volume das inundações em consequência do desmatamento, movimentos de terra indiscriminados e lançamento de detritos no rio.

Leituras comunitárias

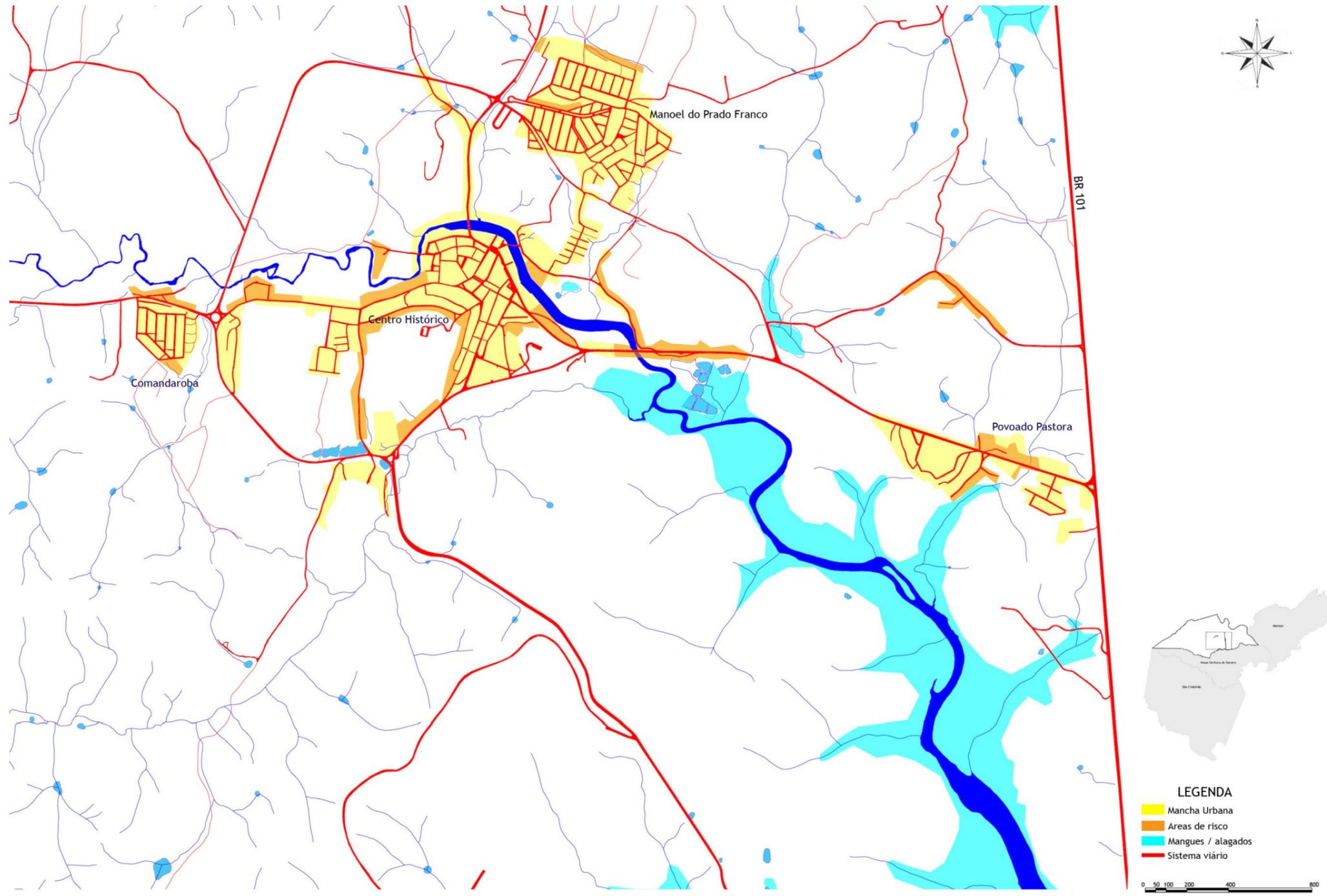
Na sede foi relatado que as áreas próximas ao rio sofrem inundação provocada pela enchente do rio e pela chuva, ou seja, a situação vem se repetindo há décadas e ainda existem ruas desprovidas de pavimentação. Ver Mapa 20 – áreas de risco

Nos demais povoados não foram relatados casos de inundação, mesmo com a pouca ou nenhuma pavimentação das ruas e a precariedade da infra-estrutura.

Nos povoados Gameleiro e Mussuca, grande parte das ruas são pavimentadas. No povoado Gameleiro a rua que não é pavimentada sofre alagamentos. No povoado Mussuca, identificou-se que a rua localizada no ponto mais baixo da localidade apresenta problemas de drenagem.

No povoado Cedro apenas a via principal é pavimentada e a drenagem das águas das chuvas é superficial.

Mapa 18. mapa áreas de risco



Resíduos sólidos

O maior problema deste componente nos municípios que fazem parte do Pólo Costa dos Coqueirais é quanto à disposição final do lixo, que é toda realizada em "lixões". Segundo informações junto às prefeituras municipais, responsáveis pela coleta e a disposição final de resíduos sólidos, não existem grandes problemas de coleta: mesmo quando a frequência não é a ideal, ela ocorre.

– Domicílios particulares permanentes – destino do lixo, 2000

Município	Total domicílios	Coletado	% total	Outro destino	% total
Aracaju	116.689	111.962	95,95	4.727	4,05
Barra dos Coqueiros	4.360	3.777	86,63	583	13,37
Brejo Grande	1.613	598	37,07	1.015	62,93
Estância	14.260	10.663	74,78	3.597	25,22
Indiaroba	2.801	1.374	49,05	1.427	50,95
Itaporanga D'Ajuda	5.779	2.249	38,92	3.530	61,08
Laranjeiras	5.380	3.682	68,44	1.698	31,56
N. Senhora do Socorro	32.651	26.159	80,12	6.492	19,88
Pacatuba	2.576	506	19,64	2.070	80,36
Pirambu	1.683	1.046	62,15	637	37,85
Santa Luzia do Itanhi	2.999	740	24,67	2.259	75,33
Santo Amaro das Brotas	2.531	1.781	70,37	750	29,63
São Cristóvão	15.830	10.802	68,24	5.028	31,76
Total do Pólo	209.152	175.339	83,83	33.813	16,17
Estado de Sergipe	436.735	330.039	75,57	45.506	10,42

Fonte: Anuário Estatístico de Sergipe 2002-2003

No entanto, os números do Anuário Estatístico do Estado apontam para uma grave situação. Dos treze municípios que compõem o Pólo, 5 apresentam taxas de coleta de lixo residencial abaixo de 50%. Pacatuba, caso mais grave só tem 20% dos domicílios servidos, seguido por Santa Luzia do Itanhi (25%), Brejo Grande (37%), Itaporanga. (39%) e Indiaroba (49%). Na faixa superior de atendimento, acima de 85%, só são encontrados 3 municípios: Aracaju, Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros. Os demais, Pirambu, São Cristóvão Laranjeiras, Santo Amaro das Brotas e Estância encontram-se em uma faixa intermediária variando, respectivamente na ordem crescente, de 60% a 75%.

Apesar da intenção, não há até o momento nenhum estudo para tratamento dos resíduos sólidos. Na grande maioria dos municípios, apesar da melhoria desde 2001, a população ainda não está suficientemente sensibilizada com as questões ambientais e o lixo continua sendo lançado em lugares impróprios.

Em Laranjeiras não é diferente, todo o lixo coletado é depositado no "lixão", o que não é coletado, cerca de 40%, vão para os rios, são queimados ou simplesmente são abandonados à beira de estradas ou em terrenos baldios.

Leituras comunitárias

Em Laranjeiras, segundo os moradores, a coleta dos resíduos é feita regularmente na maioria das comunidades, no entanto, alguns segmentos da população continuam lançando resíduos em locais públicos e precisam ser sensibilizados quanto aos prejuízos coletivos que isso acarreta.

Nos povoados de Pastora e Várzea os resíduos são recolhidos pela empresa Torre, contratada pela Prefeitura, no entanto, seu destino é desconhecido pelos moradores. No povoado Mussuca a coleta é feita as terças e quintas-feiras, e sábado, contudo a área baixa do povoado não é atendida. É prática comum nesses locais, colocar os resíduos no quintal e queimar.

No povoado Cedro a coleta também é feita pela empresa Torre, mas a demanda local não é atendida. Com isso a população deposita resíduos em locais improvisados ao lado do chafariz ou atrás da quadra de esportes, no centro do povoado.

No povoado Pinheiro o serviço de coleta é realizado duas vezes por semana pela própria usina. O destino dos resíduos é o lixão localizado entre a usina e a cidade de Riachuelo.

Na sede a coleta é feita três vezes por semana, também pela empresa Torre, no entanto não atende a demanda. O lixo recolhido é colocado na Fazenda Sergipe, próximo ao lençol freático.

Comunicação

Laranjeiras não possui emissoras de rádio ou televisão, o sinal de ambos é captado das emissoras de Aracajú.

Quanto ao serviço de correios e telégrafos, no município existe uma agência dos Correios e um posto de coleta de correspondências.

Laranjeiras possui duas publicações locais, são dois jornais, o Jornal Liberal e Jornal Gazeta do Vale Cotinguiba.

Quadro 22: Terminais telefônicos instalados e em serviço - Sergipe, 2002.

Município	Terminais			% Telefones instalados, mas não em serviço	População Urbana	Habitantes/ Telefones em serviço	Habitação/ Telefones Público	
	Telefones Instalados	Telefone	Telefone Público					Total
Aracaju	144.552	118.102	5.835	123.937	0,14	491.898	4,17	84,30
Barra dos Coqueiros	3.569	1.988	148	2.136	0,40	17.391	8,75	117,51
Brejo Grande	623	228	42	270	0,57	4.059	17,80	96,64
Estância	8.778	4.778	569	5.347	0,39	53.165	11,13	93,44
Indiaroba	1.041	422	64	486	0,53	4.823	11,43	75,36
Itaporanga D'Ajuda	1.974	1.330	158	1.488	0,25	10.067	7,57	63,72
Laranjeiras	3.598	1.858	209	2.067	0,43	13.117	7,06	62,76
N. Senhora do Socorro	19.906	10.906	676	11.582	0,42	73.190	6,71	108,27
Pacatuba	734	281	60	341	0,54	5.721	20,36	95,35
Pirambu	873	529	35	564	0,35	94.760	179,13	2.707,43
Santa Luzia do Itanhi	643	141	50	191	0,70	2.153	15,27	43,06
Sto Amaro das Brotas	907	743	48	791	0,13	6.435	8,66	134,06
São Cristóvão	11.847	6.424	536	6.960	0,41	10.441	1,63	19,48
Total do Pólo	199.045	147.730	8.430	156.160	0,22	856.825	5,80	101,64
Estado de Sergipe	282.435	196.757	14.107	210.864	0,25	1.371.045	6,97	97,19

Fonte: Anuário Estatístico de Sergipe 1999 e 2002-2003

Leituras comunitárias

O meio de comunicação mais citado foi o telefone público, entretanto, alguns orlhões estão com defeito. Nos povoados Pedra Branca e Cedro, algumas residências dispõem de telefone fixo particular e móvel. Nos Conjuntos Albano Franco, José Franco e Loteamento Paulo Hagenbeck o uso do celular é predominante.

No Município não existe estação de rádio, sendo que a população sintoniza as estações dos municípios próximos a Laranjeiras.

O acesso à televisão acontece geralmente para quem possui parabólica.

GESTÃO MUNICIPAL

Poder Executivo

O quadro a seguir apresenta os dispositivos que os municípios que integram o Pólo Costa dos Coqueirais dispunham em 2005 para o exercício da gestão municipal. De acordo com o documento do PDITS, as informações são de responsabilidade das prefeituras municipais.

Quadro 23: Quadro síntese/condições para gestão – Pólo Costa dos Coqueirais

Legislação/ Instrumentos de Gestão	Aracaju	Barra dos Coqueiros	Brejo Grande	Estância	Indiaroba	Itaporanga D'ajuda	Laranjeiras	Nossa Senhora DO Socorro	Pacatuba	Pirambu	Santa Luzia DO Itanhi	São Cristóvão	Santo Amaro das Brotas
Plano de Governo	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Plano Plurianual Investimentos	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Lei Diretrizes Orçamentárias	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Lei de Orçamento Anual	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Plano Estratégico	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Lei Orgânica	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Plano Diretor*	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Lei do Perímetro Urbano	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Lei do Parcelamento do Solo	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Lei Zoneamento ou equiv.	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Legisl. Área Especial de Interesse Social	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Código de Obras	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Código de Posturas	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Outros Instrumentos Planejamento Urbano	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Regulamento Tributário	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Cadastro	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Serviços Públicos													
Manutenção Ruas	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Sistema de Drenagem	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Manutenção de Calçadas	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Iluminação Pública	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Coleta de Resíduos Sólidos	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Órgão de Gestão/Fiscalização													
Secretaria de Turismo	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Secretaria de Meio Ambiente	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Fiscaliz. / Monit. Ambiental	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Planejamento	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

Segurança Pública	■	■		■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Licenciam. Atividades/ Edific	■	■		■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Fiscalização Uso Solo / Construções	■	■		■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Gerenciamento Coleta Resíduos Sólidos	■	■		■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Capacit Prof. para Turismo	■	■		■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

Fonte: Prefeituras Municipais/PDITS-2005

LEGENDA ■ SIM ■ NÃO ■ EM ELABORAÇÃO

Unidades produtivas da administração municipal

De acordo com informações da prefeitura, a administração municipal é proprietária e gerencia as unidades produtivas apresentadas na tabela a seguir.

Quadro 24: Unidades produtivas da administração municipal, 2007 - município de Laranjeiras/SE

Equipamentos	Nº de Estabelecimentos	Observações
Mercado	02	Sim
Matadouro	01	Não
Fábrica de Blocos, manilhas etc	-	
Olaris/ fábrica tijolos	-	
Fábrica de Gelo	-	

Fonte: Prefeitura Municipal de Laranjeiras (2007)

Cemitério

Não há cemitério em todas as localidades, os enterros acontecem no povoado Mussuca ou em cemitério particular da sede onde a população reclama de lotação.

No povoado Pinheiro o enterro é realizado no cemitério construído pela usina. No povoado Camaratuba foi citada uma área particular utilizada como cemitério, no entanto, não está legalizado e a área não é delimitada nem cercada.

Quadro 25: Perfil Municipal - Cadastro Imobiliário Laranjeiras - SE

Situação	1999	2000	2001	2007
Número de unidades prediais cadastradas	2010	2000		2673 (+/- 30%)
Número de unidades territoriais cadastradas				
Unidades prediais e territoriais cadastradas separadamente ou em conjunto	separadamente			

Fonte: IBGE - Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Gestão Pública 2005

Poder Legislativo

Quadro 26: Câmara municipal, 2007 - município de Laranjeiras/SE

	Característica
Composição	09 Vereadores
Representatividade	-
Atuação	-

Fonte: Prefeitura Municipal de Laranjeiras (2007)

Poder Judiciário

Existe um fórum no município, Fórum Levindo Cruz (Comarca Laranjeiras e Areia Branca), localizado no Conjunto Manoel do Prado Franco. Laranjeiras conta também com Vara Comum e Vara Civil, Juizado Especial de Pequenas Causas, representação do Ministério Público e quatro cartórios (2º ofício, 3º ofício, de imóveis e eleitoral).

Finanças Públicas

Quanto à composição de finanças públicas, o município de Laranjeiras encontra-se com grande dependência de transferência de recursos dos governos estadual e federal, com baixa arrecadação de impostos e de receitas próprias.

Finanças Públicas, Receitas 2004 Laranjeiras/ SE

Tipo de Receita	Valor (em reais)
Receita Orçamentária Realizada	28.216.348,48
Correntes	31.107.412,47
Tributárias	3.571.450,64
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial - IPTU	427.506,96
Imposto de Sobre Serviços - ISS	2.842.839,19
Imposto sobre Transmissão-Intervivos - ITBI	18.282,82
Taxas	23.297,67
Melhoria	0,00
Contribuição	27.905,82
Patrimonial	0,00
Industrial	0,00
Agropecuária	0,00
Serviços	0,00
Transferências Correntes	27.366.512,93
Transferência Intergovernamental da União	7.524.978,34
Transferência Intergovernamental do Estado	16.836.074,24
Dívida Ativa	86,84
Outras Receitas Correntes	141.543,08
Capital	430.022,00
Crédito	0,00
Realiação de Bens	12.021,99
Transferências de Capital	418.000,01
Trasferências da União	138.000,01
Trasferências dos Estados	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00

Fontes: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Registros Administrativos 2004; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2006..

Finanças Públicas, Despesas 2004 Laranjeiras / SE

Tipo de Despesa	Valor (em reais)
Despesas Orçamentárias Realizada	25.421.752,25
Correntes	11.128.054,79
Outras Despesas Corrente	702.309,71
Capital	0,00
Investimentos	14.293.697,46
Inversões Financeiras	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00
Legislativa	15.630.024,96
Judiciária	5.234.515,92
Administrativa	8.315,03

Fontes: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Registros Administrativos 2004; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

Finanças Públicas, Fundos e Impostos externos ao município 2004 Laranjeiras/SE

Valores de Fundos e Impostos	Reais
Valor do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	5.234.515,92
Valor do Imposto Territorial Rural - ITR	8.315,03
Valor do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - OURO - repassado aos Municípios	0,00
Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef Multigovernamental	63.089,50

Fontes: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Registros Administrativos 2004; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

Fontes: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Registros Administrativos 2004.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO – Grande Aracajú

Para o planejamento integrado da região da Grande Aracajú foram realizadas conferências temáticas municipais. Estas resultaram em demandas por município que são relevantes aqui para evidenciar a forma como a qual Laranjeiras se insere no contexto dessa região no que diz respeito às alternativas de desenvolvimento regional no âmbito metropolitano.

Essas audiências foram realizadas em todos os municípios da região, porém aqui serão colocadas apenas as demandas levantadas em Laranjeiras, divididas por tema. Essas demandas contribuem para enriquecer os dados coletados nas Leituras Comunitárias realizadas em Laranjeiras, de uma maneira mais abrangente relativa à escala regional.

Administração pública

Nº de Ordem	Propostas / Demandas	Localização	Nível de Atuação			Ano de Execução			
			Mun.	Territ.	Est.	2008	2009	2010	2011
495	Educação permanente ou continuada (DRH)	Município	X				X		
496	Programa de capacitação (valorização do servidor público).	Município	X				X		
497	Criação de centro administrativo	Sede	X				X		
498	Criação de ouvidoria	Sede	X					X	
499	Regularização do transporte de passageiros (regulação dos horários, do fluxo municipal e intermunicipal e renovação da frota)	Município	X	X	X		X		
500	Criação de secretaria no bairro Pedra Branca	Município	X			X			
501	Melhoria do sistema de comunicação (correio, telefonia fixa e móvel, rádio comunitária e/ou serviço de alto-falante e 0800)	Território	X	X	X			X	
502	Divulgação da gestão de governo	Município	X			X			
503	Independência na formação dos conselhos municipais	Município	X			X			

Agropecuária

TEMA: AGROPECUÁRIA								
Nº de Controle	Município	Nº de Ordem	Propostas / Demandas para o Território da Grande Aracaju	Localização	Ano de Execução			
					2008	2009	2010	2011
504	Laranjeiras	15	Matadouro com toda infra-estrutura necessária para atender a população local e circunvizinha.	Território	X			
509	Laranjeiras	16	Abertura e maior acesso ao crédito rural (revisão dos inadimplentes para acesso a novos créditos)	Município	X	X	X	X
511	Laranjeiras	17	Organizar os posseiros para ter acesso aos créditos da PRONESE	Município	X			
512	Laranjeiras	18	Facilidade para aquisição e escoamento da produção para mercados e feiras	Município	X			
513	Laranjeiras	19	Construção de escola agrícola	Sede	X			

Cultura, esporte e lazer

TEMA: CULTURA, ESPORTE E LAZER								
Nº de Controle	Município	Nº de Ordem	Propostas / Demandas para o Território da Grande Aracaju	Localização	Ano de Execução			
					2008	2009	2010	2011
491	Laranjeiras	2	Incentivo e divulgação do artesanato local	Sede e povoados	X			

Desenvolvimento urbano e habitacional

TEMA: DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO								
Nº de Controle	Município	Nº de Ordem	Propostas / Demandas para o Território da Grande Aracaju	Localização	Ano de Execução			
					2008	2009	2010	2011
449	Laranjeiras	7	Licitação para transportes intermunicipais	Município/Estado	X			
450	Laranjeiras	8	Regularização dos assentamentos precários (casas de taipa)	Município	X			
451	Laranjeiras	9	Construção de conjuntos sociais (casas populares)	Município/Estado		X		
452	Laranjeiras	10	Criação de programa de regularização fundiária	Estado	X			
454	Laranjeiras	11	Ampliação da frota de ônibus	Município/Estado	X			
456	Laranjeiras	12	Criação de sistema fluvial de transporte	Território				X

Educação

Nº de Ordem	Propostas / Demandas	Localização	Nível de Atuação			Ano de Execução			
			Mun.	Territ.	Est.	2008	2009	2010	2011
416	Plano de carreira adequado	Município	X			X			
417	Gestão democrática nas escolas públicas	Município	X		X		X		
418	Laboratórios funcionando nas áreas: informática, química, física e biologia equipados com profissionais qualificados nas escolas públicas.	Município	X		X		X		
419	Salas de leitura e bibliotecas equipadas nas escolas	Município	X		X	X			
420	Integrar a educação ambiental e patrimonial nos programas educacionais.	Município	X	X	X	X			
421	Implementação da Lei 10.639 (inclui a temática cultura afro-brasileira no currículo escolar)	Município	X		X	X			

Indústria, comércio, serviços e turismo

Nº de Ordem	Propostas / Demandas	Localização	Nível de Atuação			Ano de Execução			
			Mun.	Territ.	Est.	2008	2009	2010	2011
517	Oferta de empregos para a população local	Município		X		X			
518	Incentivos ao comércio local	Município	X						X
519	Capacitação de profissionais	Município	X					X	
520	Fortalecimento do turismo	Município			X	X			
521	Revitalização, capacitação, divulgação, criar meios de transporte para os turistas	Município			X	X			

Infra-estrutura e saneamento ambiental

TEMA: INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL									
Nº de Controle	Município	Nº de Ordem	Propostas / Demandas para o Território da Grande Aracaju	Localização	Ano de Execução				
					2008	2009	2010	2011	
466	Laranjeiras	11	Controle da queimada dos canaviais	Município	X				
470	Laranjeiras	12	Implantação de aterro sanitário (consórcio)	Território	X				

Saúde

TEMA: SAÚDE									
Nº de Controle	Município	Nº de Ordem	Propostas / Demandas para o Território da Grande Aracaju	Localização	Ano de Execução				
					2008	2009	2010	2011	
408	Laranjeiras	5	Reabertura do hospital maternidade e pleno funcionamento.	Sede	X				
412	Laranjeiras	6	Implantação de farmácia popular	Sede	X				